

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ATA N.º 08/2019

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 21 DE DEZEMBRO

- Presidente:** - *Luís Augusto de Melo Guimarães*
- 1.ª Secretária:** - *Luísa Maria Almeida Torres Belchior*
- 2.º Secretário:** - *José António Costa Ferreira*
- Hora de Abertura:** - **09.30 Horas**
- Outras presenças:** - *A Câmara Municipal esteve representada pela Senhora Presidente Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues e pelos Senhores Vereadores:*
- *Rui Fernando Moreira Magalhães*
  - *Orlando Ferreira Pires*
  - *Deolinda do Céu Lavandeira Ricardo*
  - *Vera Cristina Quintela Pires Preto*
  - *Manuel Carlos Pereira Rodrigues*
  - *José Miguel Romão Cunha*

----- O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a Sessão por haver quórum.

### **Informações da Mesa da Assembleia Municipal.**

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente, bom dia a todos, sejam bem-vindos.

Após uma longa Sessão de 9 horas que ontem tivemos, longa mas frutífera, penso eu, continuo convicto que as nossas Sessões, tal com o disse ontem de manhã, são extremamente positivas em conteúdo e em debate. Foram 9 horas, das quais em talvez 6 horas os Senhores Deputados Municipais fizeram as suas intervenções. Intervenções que, com certeza, lhes deu um trabalho exaustivo de preparação, carregadas de intenções e de informação. Também um trabalho exaustivo, talvez de 2 horas, não sei precisar, da Senhora Presidente respondendo ao grosso dessas questões. Continuo por isso a ter orgulho nas nossas Sessões. Orgulho, excluindo naturalmente as questões negativas que conhecemos. Mas, digamos que 99% do seu todo, as Sessões são extremamente positivas. Infelizmente essa pequena parte que não é, continua a ser uma sobra que pende sobre todos nós. Contudo, não podemos medir o todo pela parte. Não podemos fazer uma avaliação do trabalho desta Assembleia pelas pequenas interrupções de quem muitas vezes não sabe o caminho que deve seguir e o seu lugar.

Aliás, ontem aceitei plenamente uma crítica cerrada da Senhora Presidente que compreendo, embora, como disse no momento, entendo que esse tipo de avaliação caberá à própria Assembleia, mas de facto, chega-se por vezes a um ponto que não dá para suportar determinadas investidas. É uma pena realmente, que depois de tanto trabalho, de tanto debate, de tanta informação, parte se perca com estas insuportáveis fugas à boa educação e nível deste Órgão. Não cumprir regras, falar fora de tempo, entender-se que se pode chamar nomes e usar os termos que bem entendem, como “incompetente”, “irresponsável” e outros, quer a mim, quer à Senhora Presidente, quer entre os Senhores Deputados Municipais é no mínimo lamentável e tenho de me aliar às críticas externas embora confesse que não fiquei feliz por ter que as ouvir.

Fazer passar a mensagem e permitir que se passe a mensagem que esta Assembleia é um “desastre”, é uma “vergonha” dói-me muito, porque não é, não é no seu todo. De 61 Deputados Municipais, o grosso tem um comportamento extraordinário. Ontem assisti a intervenções muito bem trabalhadas e muito bem estudadas e será essencialmente sobre estas que deve recair a avaliação.

Aquilo que a Mesa pode fazer é muito pouco em relação àqueles que não sabem ocupar o seu lugar. Não posso pegar num Senhor Deputado Municipal e mandá-lo sair. Já me cansei de mandar calar as pessoas. Também me sinto mal. Portanto, este é o motivo por que e, mais uma vez, peço encarecidamente aos prevaricadores que adotem um comportamento responsável.

Outra coisa que peço e já ontem fiz referência a isso, são as ausências quando há votações..., bem como ausências de quase todo o dia que custam dinheiro à Assembleia com o pagamento de senhas, com os transportes e ajudas de custo. É preciso termos a responsabilidade de que um voto pode permitir que um Orçamento passe ou não passe. Não é brincadeira. Uma ausência que não é comunicada à Mesa, deixa-nos sem saber porque não está presente o Senhor Deputado A ou B, nem se vai regressar ou não até ao final do dia. Certas saídas e em determinados momentos podem provocar danos irreparáveis nas deliberações da Assembleia. Podem provocar danos ao ponto de se não conseguir de facto saber qual a real intenção de voto do plenário.

Peço desculpa por este introito, mas tinha de o dizer de uma vez por todas. Começo a ficar muito cansado. Por um lado satisfeito, mas por outro cansado pelas interrupções, pelas ausências, pelas palavras mal medidas e pela pontual falta de correção que deitam por terra todo o trabalho extraordinário desta Assembleia.

Assim sendo, vamos dar início à Sessão.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Relativamente à mobilidade da Assembleia, queria que tomassem conhecimento das seguintes substituições:

A Senhora Deputada *Sandra Cristina Bento Gomes* é substituída por *Paulo Jorge Pereira Afonso*;

O Senhor Deputado *José Manuel Lemos Pavão* é substituído por *José Domingos Carneiro*;

A Senhora Deputada *Rita Bárbara Pires Messias* é substituída por *Pedro Miguel Morais Esteves*;

A Senhora Presidente da Junta de Freguesias de Múrias *Cláudia Viviana Estrói Carvalho Afonso* é substituída por *Patrícia Paula Ruivo dos Santos Romão*;

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Telhas *Joaquim António Morais Clemente* é substituído por *Hélder Armando Ruivo Castelo*.

### **Registo de Faltas.**

*Sandra Cristina Bento Gomes, José Manuel Lemos Pavão, Rita Bárbara Pires Messias, Cláudia Viviana Estrói Carvalho Afonso, Joaquim António Morais Clemente, Jorge Augusto Pires, Marlene Margarida Grifo Baptista, Isabel Maria Branco Barreira, Carlos Alberto Ventura Marques, António Joaquim Pereira Figueiredo.*

### **Apresentaram justificação de Faltas:**

- *Sandra Cristina Bento Gomes*: Sessão de 21 de dezembro de 2019.
- *José Manuel Lemos Pavão*: Sessão de 21 de dezembro de 2019.
- *Rita Bárbara Pires Messias*: Sessão de 21 de dezembro de 2019.
- *Cláudia Viviana Estrói Carvalho Afonso*: Sessão de 21 de dezembro de 2019.
- *Joaquim António Morais Clemente*: Sessão de 21 de dezembro de 2019.
- *Jorge Augusto Pires*: Sessão de 21 de dezembro de 2019.
- *Marlene Margarida Grifo Baptista*: Sessão de 21 de dezembro de 2019.
- *Isabel Maria Branco Barreira*: Sessão de 21 de dezembro de 2019.
- *Carlos Alberto Ventura Marques*: Sessão de 21 de dezembro de 2019.
- *António Joaquim Pereira Figueiredo*: Sessão de 21 de dezembro de 2019.

**DELIBERAÇÃO:** A Mesa da Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar as faltas dos membros mencionados.

## **1.º Período de Intervenção do Público**

### **1 – Público - 1.º Período de Intervenção do Público.**

----- Não houve qualquer intervenção do público.

## **Ordem do Dia**

### **2 Período da Ordem do Dia.**

#### **2.1 - Debate alargado sobre os problemas das Freguesias/Uniões, distribuição de verbas, critérios e proporções entre verbas transferida/necessidades reportadas;**

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Hoje, estamos aqui numa Assembleia Extraordinária. Assembleia Extraordinária que foi deliberada ou recomendada há cerca de um ano atrás.

O Protocolo que entrou em vigor a favor das competências e financiamento das Juntas de Freguesia relembro que foi uma vitória da Bancada do PSD, porque perante a iminência de Juntas de Freguesia, porventura em sede de Orçamento, votarem contra o Orçamento, a Senhora Presidente da Câmara aceitou, e bem, julgo que os resultados estão à vista, o que quer dizer que a democracia funcionou. Funcionou a favor do PSD, porque propôs uma deliberação capaz e funcionou cabalmente, porque a Senhora Presidente da Câmara, entretanto, tem o concelho mais justo, mais equilibrado e de meios e partilhas mais equilibradas entre a cidade e o meio rural.

Dar nota também que esta Assembleia Extraordinária devia ter sido realizada no mês de outubro, porventura no mês de novembro. Teria de ser realizada antes da votação do Orçamento, sob pena de hoje alguma deliberação que aqui seja tomada tenha implicações sobre o Orçamento e sob pena de começar no seu primeiro dia a ser desvirtuado. Contudo, a Bancada do PSD reitera novamente que esta possibilidade de debate a favor das Juntas de Freguesia assume importância, nomeadamente a favor dos territórios do interior que são de baixa densidade, onde as instituições e os dirigentes assumem funções bem diferentes e até mais especializadas tendo em conta as características da população residente cada vez mais envelhecida e com dificuldades.

Há um ano atrás preconizamos o modelo de desenvolvimento a implementar que teria de ser e ter em conta o contexto específico de cada Junta de Freguesia, onde a Ação Social era de extrema importância, porque sociedade que não trata condignamente os jovens, não cuida dos idosos é uma sociedade falida. Onde, a nível dos cuidados primários de saúde era fundamental o apoio, visto que estas populações caem na Medicina curativa, pois o seu percurso de vida nunca estiveram instituídos por ensinamentos de Medicina curativa. Onde, a favor destas Juntas de Freguesia a Proteção Civil é um setor da maior importância, tendo em conta os tempos que se vivem. A exigência da tarefa de proceder à limpeza das matas e florestas obrigava a cuidados de manutenção de forma regular por parte das populações, dos caminhos rurais que são fundamentais na circulação de máquinas e pessoas, pelo que a sua manutenção era prioritária, a fim de permitir também o combate eficaz aos fogos de verão.

No fundo, Senhora Presidente, o que os Senhores Presidentes de Junta reivindicaram no ano transato foram mais meios para resolver os problemas das pessoas, porque dizer também que o seu Executivo governa para as pessoas.

Senhora Presidente, não temos dúvidas. Uma proposta sustentável num espaço rural iria conduzir à diminuição das assimetrias regionais, contribuindo para o desenvolvimento mais equilibrado dos territórios.

Portanto, e para o efeito Senhora Presidente, é fundamental aprimorar que as delegações de competências devem ser acompanhadas nas transferências dos meios necessários ou adequados ao exercício.

Devo dizer que houve e continua a haver vontade política, porque os Autarcas eleitos nas Freguesias, dada a sua proximidade aos problemas locais, são agentes com capacidade acrescida para identificar as necessidades da população.

Senhora Presidente, continue. Seja uma Autarca descentralizadora e sem reservas, no pressuposto de que as Freguesias cumprem um papel insubstituível pela proximidade com as populações no desenvolvimento do País e no reforço da democracia.

O Grupo Municipal do PSD reitera e reafirma novamente a sua matriz autárquica. Seremos vigilantes no acompanhamento do processo e reiteramos inequivocamente apoios aos Senhores Presidentes de Junta eleitos nas listas do PSD e não só.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Apresento os meus bons dias.

Permitam começar pelos Senhores Presidentes de Junta, uma vez que esta Assembleia é a eles dirigida extraordinariamente. Fazer só a referência que dado o elevado número de inscrições que a Mesa regista, são 17 na totalidade, por uma questão de gestão mínima do tempo, vamos seguir o Regimento estabelecendo 10 minutos para cada intervenção. Contudo, como estamos perante uma Assembleia Extraordinária e dedicada aos Senhores Presidentes de Junta, não é por haver necessidade de um Senhor Presidente de Junta falar mais um ou dois minutos que será inibido de continuar e finalizar a sua intervenção. É apenas para uma gestão mínima de controlo de duração da Sessão ao longo da manhã.

Bom trabalho a todos.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI PACHECO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Vou ser breve, porque na minha intervenção na discussão do Orçamento falei sobre a maior parte do que tenho aqui para dizer e porque acho que esta Assembleia Extraordinária, em primeiro lugar, serve para os Senhores Presidentes de Junta fazerem as suas considerações acerca deste Protocolo e desta forma de fazer política que foi iniciada no ano passado pelo Executivo.

No entanto, lembro sempre que este financiamento direto e logicamente indexado a cada uma das Freguesias, sem necessidade de peditórios, sem estarem sujeitas a uma série de considerandos e que lhes permite ter uma autonomia completamente diferente, permite-lhes ter uma série de condições que não tinham anteriormente. Teve ontem aqui uma resposta política cabal acerca da sua validade, quando na votação do Orçamento grande parte dos Senhores Presidentes de Junta votaram favoravelmente o Orçamento ontem apresentado e aprovado.

Acho que todas estas questões que foram ontem frisadas e que aqui certamente serão hoje por todos os Senhores Presidentes de Junta estarão logicamente sujeitas a uma nova avaliação. Os Senhores Presidentes trarão os problemas que afetam os seus fregueses e vamos com esta Sessão, em que muito me agrada estar presente, esperar que dela saiam sugestões, soluções e formas que quando discutidas de forma séria louvando e valorizando o que de bem é feito, negociando e pedindo aquilo que ainda pode ser melhorado, levarão certamente à melhoria das condições de vida dos nossos fregueses espalhados pelo nosso concelho, de forma a tornarmos o nosso Município e o nosso concelho muito mais coeso e muito mais saudável democraticamente.

*[Handwritten initials and marks]*

Aproveito para desejar um Bom Natal em nome pessoal e em nome da Bancada do Partido Socialista.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Não era para fazer intervenção, porque não tive tempo de a preparar, mas tenho umas pontas soltas e não poderia ficar indiferente, daí aproveitar esta oportunidade, sendo o dia do Presidente de Junta.

Fico mais uma vez estupefacto e desiludido com este Executivo quando recebo um cartaz relativamente à Fogueira do Natal a dizer que temos de tirar um licenciamento. Ora bem, esse licenciamento implica uma planta de localização da fogueira e implica um pagamento de 10,00 € por aldeia. Toda a gente sabe que em todas as aldeias isto é uma tradição de há muitos anos e que todas as aldeias, em princípio, irão fazer a Fogueira de Natal. Ou seja, há 102 aldeias, a Câmara vai encaixar 1.020,00 € e gasta milhares de euros em iluminação e para as aldeias zero. É uma vergonha para este Executivo. Em vez de mandar o cartaz para a licença, mandava logo a licença. Isso é que ficava bem, na minha opinião. Mais o trabalho que dá, já tenho aqui o requerimento, nem se deram ao luxo de enviar o requerimento, temos nós que o ir buscar ao GAM.

Tenho aqui uma situação pendente com a Senhora Presidente. Tive uma reunião no dia 03 de outubro, a primeira, ou seja, 24 meses depois de ser Presidente de Junta, na qual expus uma situação que no meu entender é grave. Já o tinha feito no ano passado com o Senhor Vice-Presidente *José Cunha*, mas ficou tudo em “águas de bacalhau”, como se diz na gíria popular. Diz respeito à marcação da Estrada Municipal 1095, ou seja, a estrada que vai para Vale da Sancha. Houve o compromisso que sim, mas passou o ano de 2018 e nada.

Na reunião do dia 03 falei com a Senhora Presidente e já não deixei isto de ânimo leve. Estipulei um prazo que era até dia 30 de outubro. Ou fazia ou não fazia. Não fizeram!

A Junta de Freguesia de Frechas entendeu, e bem, enviar um *e-mail* no dia 07 de novembro à Senhora Presidente e para o Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia. Só vou ler um parágrafo: “A fim de podermos minimizar os acidentes que têm ocorrido nos dias de nevoeiro, evitando uma possível tragédia, a Junta de Freguesia vem solicitar a V.ª Ex.ª a autorização para poder efetuar esta intervenção assumindo os custos da mesma.” - ou seja, a Junta assumia os custos da intervenção - “Visto que se trata de uma Estrada Municipal, aguardamos a autorização do Município para podermos assim fazer a respetiva intervenção na via.”

Sabem qual foi a resposta? Zero! Até hoje ninguém em disse nada. Portanto, este é um Executivo que nem faz, nem deixa fazer. Para a Freguesia de Frechas, às outras não sei de nada.

Perguntava à Senhora Presidente: Quantas vezes já foi a Vale da Sancha depois da campanha? Sabe quantas? Uma. Ao funeral da mãe de um colaborador da Câmara. Agora, o Senhor Presidente da Junta vai lá todas as semanas e há semanas que vai lá duas vezes. Ontem quando saí daqui fui lá. Vá lá ver o estado em que se encontra a estrada. Aquedutos, valetas, tudo entupido. Isso é da responsabilidade da Câmara. É uma Estrada Municipal.

Já nada me surpreende. Ainda ontem vimos aqui quase a apresentação do candidato à Junta de Frechas pelo PS, mas nada me surpreendia. Quando vi aquele habitante do Cachão até pensei que vinha falar dos desalojados que ficaram, infelizmente, junto ao rio que não tinham onde dormir, que os colchões ficaram molhados. Ainda fui lá ontem à noite, mas disso ninguém fala.

Também tenho aqui outra situação. A Senhora Presidente, relativamente a esta intervenção, na reunião que tivemos no dia 03 de outubro, disse que o Senhor Presidente de Frechas não merece nada, quem merece é a população. Faça a intervenção pela população!

Já agora, também queria referir, já é a terceira vez que trago aqui o assunto da muralha que está junto ao cemitério. Continuo sem obter nenhuma resposta. Já é a terceira vez que trago aqui este tema. Já tive o cuidado, poderia estar mal documentada, mandei o processo à Senhora Presidente, o número do projeto que está no Urbanismo da Câmara, mandei a cópia do loteamento, mais uma vez onde diz que aquele muro está mal implantado e não obtenho qualquer resposta.

Querida também, se possível, que fizesse um ponto de situação relativamente ao acidente do Pelourinho de Frechas. Já passaram três meses. Houve ali alguma euforia, de facto, na semana a seguir, do Senhor Arqueólogo *Isidro Gomes* e do IPPA - Instituto Português do Património Arquitectónico. Muita fotografia, muita fotografia e o facto é que já passaram três meses. Disseram que não valia a pena trazerem o património para Mirandela, que o guardasse a Junta de Freguesia, está sob a minha responsabilidade, mas e se alguém o rouba? Infelizmente a Junta de Freguesia não tem grandes instalações para acondicionar esse tipo de material. Facto é que já se passaram três meses, não vejo seguimento àquilo e é uma necessidade, porque acho que a Freguesia merece. Como toda a gente sabe, é um monumento histórico reconhecido e devia ser feito algo com carácter de urgência.

Em jeito de rodapé, dizer que estou mais uma vez desiludido com este Executivo, quando o Grupo Desportivo do Cachão, com 38 anos de existência, que tanto tem dignificado a Cidade e a Freguesia de Frechas, no seu aniversário, há 15 dias atrás ou três semanas, não estar presente um representante do Executivo. Isso envergonhou-me, a população registou isso e fico triste por não estar presente quando sei que há outros eventos que isso vai acontecer.

Ainda relativamente à Fogueira de Natal Senhora Presidente, dizer que a Junta de Freguesia vai assumir os custos da fogueira das três aldeias, mas vai fazer um comunicado à população a dizer exatamente aquilo que reporte agora, aqui, na Assembleia. Que a Junta pague e que a Câmara nada se importa desta situação.

Este Executivo parece que nem para fazer lanches-convívios tem grande jeito. Senão, vejamos: No dia 17 houve a Festa de Natal para os idosos ou seniores que fazem hidroginástica e ginástica. Reparem numa coisa. Mandam-me um *e-mail* no sábado, dia 14 às 21 horas. Tenho imenso orgulho em ser Presidente da Junta desta Freguesia e mais orgulho tenho a partir desta noite depois da publicação que fizemos ontem na página do *Facebook* de Frechas, os comentários que estavam no *Facebook*. Isto só me leva a ter que dar continuidade ao trabalho que estou a fazer e do qual muito me orgulho.

Além de ser Presidente de Junta tenho vida profissional e familiar, não posso estar ligado à Junta 24 horas. Isto só demonstra uma desorganização total do Executivo, dos seus assessores ou de quem organiza estes eventos. Senão, vejamos: Mandam-me um *e-mail* sábado a esta hora, só já o vejo no domingo. Avisam as pessoas, certo. Depois diz assim: “Circular n.º 5: Vale da Sancha” -

isto relativamente ao horário para as pessoas virem para o almoço - “Vale da Sancha: 9:00 h; Cachão: horário de recolha - não definido; Frechas: horário de recolha - não definido”. O que digo às pessoas? Que esperam até que alguém chegue?

Qual é o meu espanto quando me ligam na terça-feira a dizer para as pessoas estarem às 9h15min no Largo do Pelourinho.

Ora bem, Frechas está a 8 km de Mirandela. Para vir almoçar às 12h as pessoas têm que sair de Frechas às 9h15min? É que nem o tempo estava agradável para virem passear para a cidade, estava a chover.

Boas Festas a todos.

----- O Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Cedães *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

No seguimento de uma Sessão que iniciamos ontem, uma Sessão Ordinária, hoje uma Sessão Extraordinária para debater, de alguma forma, os problemas das Freguesias.

Especificamente à minha não irei trazer problema nenhum, porque os problemas da Freguesia de Cedães, trato nas reuniões, mas quero deixar essa recomendação à Senhora Presidente que, à semelhança do Senhor Presidente *José Teixeira*, só ao fim de 24 meses do Executivo ter tomado posse e o meu Executivo é que tivemos uma primeira reunião de trabalho. Isto parece-me manifestamente pouco. Queria articular a minha intervenção nesse sentido, porque acho que as Freguesias, não falo só na minha, mas nas do concelho, têm de ter um papel muito diferente de articulação com a Câmara do que aquilo que tem existido até à data.

Vou dar vários exemplos:

Ontem ouvi falar aqui na Carrinha do GAM. Quanto à Carrinha do GAM, continuo sem saber até hoje se tem atendido muito ou pouca gente. Já pedi essa informação ao Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia, mas se não fossemos muitas vezes, nós Freguesias, a pedir o calendário ao Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia, o mesmo nunca era disponibilizado. Já nos aconteceu por duas vezes estarmos a receber o calendário da ida à localidade no dia anterior a que a visita vai ser efetuada. Portanto, não vamos conseguir tirar rentabilidade, obviamente, dum serviço desta natureza quando não podemos fazer uma divulgação junto da população mais célere e mais atempada.

Há certos domínios que vão ter de ser fundamentais numa articulação entre a Câmara e as Juntas de Freguesia daqui para a frente. Digo isto porquê? Há muitos colegas que se esquecem que as Juntas têm autonomia. Há o princípio da autonomia consagrado nas Juntas de Freguesia. As Juntas de Freguesia são donos e senhores daquilo que entenderem dentro das competências que lhe estão definidas. Portanto, não podemos estar à espera que a Câmara faça o nosso trabalho. Esse é um princípio basilar da constituição, é um princípio basilar da Lei das Autarquias Locais que é o princípio da autonomia. Isto aplica-se na parte administrativa e aplica-se na parte financeira.

Não podemos estar aqui muitas vezes a levantar questões que são da nossa competência e isto é passarmos um atestado de incompetência a nós próprios quando viemos pedir aqui à Câmara para fazer aquilo que nós temos que fazer.

Aquilo que temos que exigir à Câmara, é o segundo ponto que quero deixar, é que temos de articular durante o ano uma série de situações.

Vou dar um exemplo:

Hoje não se pode definir o transporte escolar sem falar com as Juntas de Freguesia. Tivemos um problema relativamente há pouco tempo em Vale de Lobo, fiz questão de falar com o Senhor Vereador *Orlando Pires*, fiz questão de falar com a Divisão de Educação, porque estávamos com uma situação pontual gravíssima que não foi acautelada na fase do concurso. Porquê? Porque ninguém falou com a Freguesia nem ninguém falou com as pessoas da localidade para perceber como íamos articular isto.

Há domínios como é o caso da Ação Social, da Proteção Civil, da Cultura e da Educação que não podemos andar simplesmente a servir para participar nos eventos sem durante o ano nos pedirem qualquer tipo de opinião ou conselho nesta matéria.

É esta recomendação que quero deixar à Câmara. Temos que falar sobre isto e não podemos estar 24 meses à espera de uma reunião, como devem compreender. São assuntos sérios. Preocupa-nos a demografia, a falta de pessoas, mas também preocupa, como há dias estive em Vila Verdinho, dois indivíduos que pelos vistos eram os maiores assaltantes a nível do Norte do País em casas residenciais. Perguntei-me a mim próprio o que é que falhou numa localidade atenta em que dissemos à GNR que estava lá um casal a viver, foi para lá de novo e pelos vistos tinham um currículo invejável a assaltar a casa do alheio.

Há matérias muito importantes que temos de articular durante o ano. Hoje em dia é preciso perceber esta realidade. Há competências que vão ter de ser delegadas, há competências que têm de ser transferidas, mas há competências em que a Câmara não pode por si só querer executá-las sozinha. Precisa de nós como nós precisamos da Câmara Municipal. Acho que esta é a reflexão que tem de sair hoje daqui para a frente. É que não é só dar dinheiro, as Juntas precisam de dinheiro, obviamente, mas por vezes temos de articular pequenos serviços que são fundamentais.

A Carrinha da Saúde, por exemplo, não sei se ela vem, não sei se ela anda no terreno. Gostaria de saber o que se pensa fazer relativamente a esse serviço? É para avançar ou não é para avançar? Na supressão desse serviço, o que se pode fazer em localidades, como por exemplo nós temos, onde não há um Lar para poder dar apoio? É a Santa Casa da Misericórdia que o faz e bem, mas de vez em quando temos que articular com o Centro de Saúde e com o Hospital determinados serviços que não são fáceis. Portanto, é preciso perceber se esse projeto é para avançar, mas se não avançar que tipo de situações nós podemos ter para acautelar isto?

Deixar também aos colegas uma nota. O Fundo de Financiamento de Freguesias para este ano vai trazer mais 215 mil euros para o Concelho de Mirandela, ou seja, todas as Freguesias de Mirandela, mais ou menos em números genéricos, irão ter um aumento de 15 %. Obviamente que isto é um trabalho que a Associação Nacional de Freguesias tem feito e há disponibilidade do Governo para ir atualizando, ao longo dos anos, aquilo que não foi atualizado durante oito anos. Isto vai-nos dar uma almofada financeira maior, o que é benéfico, mas também deixar aqui à Câmara o repto que o valor que ontem aprovamos no Orçamento terá que ser revisto, porque se o nosso Protocolo está indexado, vi lá essa nota, a esses valores, obviamente vamos ter mais dinheiro da Câmara Municipal para o ano de 2020.

Isto é uma nota positiva para as Freguesias, porque dá-nos um certo conforto e também nos dá mais liberdade para executarmos aquilo que são as nossas competências. Este terá de ser o princípio basilar. As Juntas têm autonomia. Há assuntos que são da nossa competência e temos de ser nós a tratar deles. Não podemos estar à espera que a Câmara o faça, porque a Câmara não vai fazer aquilo que não é da competência dela. Isso tenho a certeza.

Para terminar, Senhora Presidente, nem tudo está bem, nem tudo está mal, obviamente. É o segundo Mandato que aqui estou, tenho que reconhecer que começar o ano a saber que vou ter mais 20 mil euros da parte da Câmara Municipal é benéfico, mas não me esqueço de um dia ter escrito um artigo para um Jornal, no meu primeiro Mandato, em que disse que para mim era mais importante uma obra estruturante que a Câmara pudesse fazer na aldeia do que propriamente o dinheiro que a Câmara me podia dar. É disso que estou à espera.

Estou à espera de saber quais são as obras estruturais que a Câmara tem para a Freguesia, tirando o abastecimento de água para Cedães que está consagrado no Orçamento, mas também quero saber, mais pontualmente e quero ter esse *feedback* em termos de reuniões, o que é que a Câmara pensa para a minha Freguesia e obviamente para as 29, porque Cedães não é uma Freguesia isolada do concelho, faz parte das 30 e se as 29 estiverem bem, nós com toda a certeza que também iremos estar bem.

De resto, quero desejar-vos uma boa sessão de trabalhos.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Barcel, Marmelos e Valverde da Gestosa *LUÍS ESTEVES* (Independente) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Em nome da União de Freguesias quero desejar um Bom Natal a todos, cheio de saúde e de paz.

Ao fim de dois anos como Presidente da União de Freguesias estive a refletir sobre alguns trabalhos que a Junta de Freguesia desenvolveu durante estes dois anos. Todos os trabalhos que fizemos foram em conjunto com a Câmara e sempre foram resolvidos com o Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesias.

Nunca achei oportuno vir para aqui pedir fosse o que fosse, porque tínhamos o Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesias para resolver os nossos problemas, sabemos onde os Senhores Vereadores estão e isso é meio caminho andado para as situações se resolverem. Contudo, há obras que precisamos e dependem da Câmara Municipal de Mirandela.

Fiz chegar vários ofícios à Câmara Municipal de Mirandela e não obtive qualquer resposta. Com esta Assembleia de hoje, direcionada para os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, decidi vir falar de situações que a Senhora Presidente tem. Tenho a noção de que não se podem resolver de um dia para o outro, mas terei de transmitir às pessoas da nossa localidade se isto vai ser feito ou não, porque durante estes dois anos dei-lhes a entender que havia a esperança de se poder resolver estes problemas e terei de lhes transmitir se isto se faz ou não.

A Estrada Nacional ou Municipal 154 que faz a ligação do aeródromo de Mirandela até à Ponte de Valverde da Gestosa, concelho Vila Flor. Esta estrada não tem sinalização vertical. Há cerca de quatro anos foi feita a sinalização horizontal e neste momento não tem a sinalização vertical. Esta obra é da responsabilidade do Executivo, é uma estrada com bastante movimento, vários autocarros passam lá devido ao transporte escolar, devido à Associação de São Pedro Vale do Conde, que é das melhores do Distrito de Bragança e traz-nos alguma preocupação o facto de não ter sinalização vertical.

A Estrada Municipal 585 que faz a ligação da Estrada Nacional 154 para Marmelos tem cerca de 1000 metros. Está em mau estado.

Depois, temos a situação da água de São Pedro de Vale do Conde. Temos recebido várias queixas, tenho transmitido isso à Câmara Municipal. Neste momento, a Câmara já deu uma solução, mas acho que isto já vai tardio. Tem que se resolver. Por vezes as pessoas abrem a torneira e a água sai completamente preta.

Temos outra situação que nunca vim aqui falar e acho que é das mais graves do concelho. Refiro-me à situação de Marmelos. Marmelos é das localidades mais escondidas do concelho de Mirandela. É a única aldeia que não tem água pública. Não tem água. Todas as pessoas que moram lá têm água por furo. Também já transmiti este problema à Câmara Municipal de Mirandela, ao Engenheiro responsável e já se enviou um relatório em relação ao trabalho e aos custos. Acho que não deveríamos abandonar Marmelos, por ser uma aldeia pequena não devíamos abandonar aquelas pessoas.

Também questionar a Câmara Municipal de Mirandela, porque no meu entender, já com os anteriores Executivos, acho que aquelas Freguesias sempre foram a parte pobre do Concelho de Mirandela. Há dificuldade dos Executivos investirem naquela zona, acho que somos sempre os últimos.

Neste momento, a Câmara Municipal de Mirandela anda a desenvolver um projeto com a Câmara Municipal de Valpaços em relação às margens do dia rabaçal, se não me engano. Queria questionar a Câmara, porquê não fazer o mesmo em relação ao Vale do Tua e em relação às margens do Rio Tua? Há pessoas que quase nunca vão para aquela zona, porque ficamos em fim de linha e não conhecem as margens do Rio Tua desde Barcel até Abreiro, não conhecem as margens do Rio Tua desde Barcel até Frechas e acho que merecíamos mais atenção. Sendo a Câmara Municipal de Vila Flor PS, sendo a Câmara Municipal de Mirandela PS, sendo o Governo PS acho que tínhamos tudo para fazer algo de diferente em relação ao Vale do Tua.

São estes projetos em que dependemos da Câmara e que gostávamos de ter alguma resposta concreta. Sei que não vão fazer tudo, mas alguma coisa para nós transmitirmos às pessoas.

Posso transmitir que com o envelope financeiro resolvemos vários problemas, desde calcetamentos, muros, caminhos, chegou uma fase em que andávamos com trabalho em quatro aldeias consecutivamente. É difícil para nós, mas com a ajuda financeira que a Câmara nos deu acho que se resolveram muitos problemas.

Ficam aqui registados estes problemas, mais uma vez, para tentar dizer algo mais concreto à minha população.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Fradizela *MANUEL FIGUEIRA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

*[Handwritten initials and marks]*

Confesso que hoje estou muito mais ligado a um evento que vamos realizar na Fradizela e que era tradicional fazer-se, mas que há 30 anos não tem sido possível. Isto também são os custos da interioridade. Estou-me a referir ao “Ramo” que é uma representação de cariz religioso e que envolve muitos personagens. Como é natural e como devem calcular, com a quantidade de pessoas ativas que temos na aldeia é muito difícil organizar um evento desta dimensão, que não sendo estratosférica para o nosso meio, é já de uma dimensão em que é difícil abranger pelos meios que temos disponíveis. Contudo, graças à boa vontade dos meus conterrâneos e respeitando uma tradição que já vem de há muitos anos, basta dizer que o texto do “Casco do Ramo” foi copiado à mão por um fradizelense, já falecido, em 1934. Desde aí, esse cidadão começou a organizar as representações que eram feitas periodicamente. Não todos os anos, mas com uma certa frequência.

Esta apresentação vai ser efetuada no dia 25, pelas 15 horas. Aproveito para convidar todos a deslocarem-se à Fradizela. É no Largo da Escola, da antiga Escola Primária. Serão bem-vindos e vão ver algo que é fruto da vontade de alguns cidadãos que querem respeitar as tradições, que querem continuar e perpetuar a memória daqueles que os precederam, dos nossos antepassados, que efetivamente do auto dos seus estudos primários, em muitos casos não ia sequer à 4.ª classe, conseguiram criar um fator de união, uma fonte de cultura que é a todos os títulos de realçar. Estão todos convidados para dia 25 se deslocarem à Fradizela.

Aliás, em homenagem a estes homens, como tenho alguma veia poética, queria dedicar uma quadra aos meus antepassados que, não sendo ilustrados, muito fizeram pela cultura.

É uma quadra muito singela.

*“Essas mãos com que me afagas,*

*Milagrosas hão de ser,*

*Tiram centeio das fragas,*

*Da noite, o amanhecer.”*

Agora, voltando ao tema que nos traz aqui, não pude preparar uma intervenção, visto que também sou Ator e isto faz-me uma certa confusão, porque entrei na Política, subi ao palanque com 67 anos e com 69 vou subir ao palco. Isto tudo faz uma certa confusão, é claro. Não consigo pensar em mais nada. Vou ser o *Abel* e vou ser o *Simeão* e estas coisas levam tempo a interiorizar, porque são novidades num tempo que já não é de aprendizagem, já ultrapassamos um pouco a fase da aprendizagem.

Em relação ao assunto que mais concretamente nos traz aqui hoje, embora este assunto que referi seja, para mim, de extrema importância. Isto só se consegue com muito esforço das pessoas e uni-las sempre foi um objetivo que eu acho que deve caracterizar o trabalho de um Presidente de Junta. Isso nem sempre é possível e estes acontecimentos muitas vezes ajudam a que isso aconteça.

Relativamente ao assunto das Freguesias e da nossa relação com a Câmara e com o trabalho que fazemos, dizer apenas duas coisas.

Primeiro, temos que realçar aquilo que é de realçar e na verdade acontece que nós hoje temos o dobro dos recursos que tínhamos nos anos anteriores e isso, parecendo que não, para a Fradizela é bom. Nós tínhamos 15 mil euros disponíveis, hoje temos 30 mil euros e ainda temos uma ajuda em material. Parecendo que não faz toda a diferença. Efetivamente despendemos muito dinheiro em reparação de caminhos, é um sorvedouro de dinheiro, porque as coisas nunca chegam, mas de alguma forma já conseguimos apresentar caminhos transitáveis e em boas condições para as pessoas se deslocarem, pois é algo importante no meio rural. Portanto, isso tem de se realçar. Efetivamente, nunca nenhum Executivo Camarário tinha disponibilizado as verbas que este disponibilizou e isso é de realçar. Sabemos perfeitamente que, regra geral, só se realça aquilo que é negativo e não se valoriza aquilo que de bom acontece.

Na Fradizela não temos problemas de maior em termos de infraestruturas. Estamos um pouco empenhados, mas por vezes sentimos da parte da população algum despreendimento do assunto. Refiro-me à Casa Mortuária na Fradizela que não temos e que tem sido sucessivamente programada e adiada. Hoje temos algumas dúvidas se é uma obra que vai de encontro à vontade das pessoas, mas de qualquer forma estamos a trabalhar nisso e a tentar ver se se justifica e se avançamos com a obra ou não.

Na Ribeirinha, anexa da Fradizela, temos problemas bastante complicados. Um deles é o abastecimento da água, que é recorrente a outras localidades. Efetivamente a água da Ribeirinha vem do Rio Tuela, é um abastecimento exclusivo para a aldeia através de um depósito que foi construído pela Câmara já há mais de 20 anos, só que de facto a água não tem condições, embora os Técnicos digam que não há problema para a saúde, sobretudo na questão da apresentação da água que a maior parte das vezes é muito turva. Quando acontecem estes temporais, para além de a água não convidar a ser bebida, danifica máquinas, porque toda aquela sujidade para as máquinas de lavar é fatal. Esse é o problema fundamental e mais premente que temos em mãos. É urgente resolver.

O outro problema é o acesso à ribeirinha. A estrada está bastante danificada, tem sido um apelo constante das populações a reparação dessa situação e, além disso, gostaríamos efetivamente de avançar com o melhoramento, aliás, conceder à Ribeirinha uma praia fluvial, não está classificada como tal, e fazer alguns melhoramentos na zona ribeirinha para as populações poderem usufruir dessa melhoria. Há ali um problema que a seu tempo será resolvido.

Estes são os problemas que já estão sinalizados, a Câmara tem conhecimento e esperamos sinceramente que sejam resolvidos ainda no decurso deste Mandato.

Desejar a todos um Bom Natal, reforçar o convite para que apareçam pela Fradizela no dia 25, pelas 15 horas para assistirem ao fruto do esforço de cidadãos que querem preservar e manter as memórias da nossa terra.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Obrigada, Senhor Deputado. Dizer-lhe que sempre que o oiço, os seus discursos são sempre carregados de uma sensibilidade que é um exemplo.

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de São Salvador *CRISTINA PASSAS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

*[Handwritten initials and marks]*

Excelentíssima Senhora Secretária *Luísa Belchior*, corroboro as suas palavras. De facto é uma inspiração ouvir o Senhor Presidente da Junta de Fradizela, até porque a vida e os projetos nunca têm idade para começar. Começar aos 67 anos e ser esta mais-valia no nosso meio é uma inspiração para todos nós.

Antes de iniciar a minha intervenção, em nome do povo de São Salvador, gosto de dizer que faço parte do povo, apresento a todos votos de Boas Festas e um Feliz Ano Novo.

A minha intervenção não se prende propriamente com o Protocolo que foi assinado com São Salvador, porque, à semelhança do que diz o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães, sempre que tenho problemas desloco-me ao gabinete da Senhora Presidente ou ao gabinete dos respetivos Senhores Vereadores e entendo-me. Posso também dizer que no decorrer destes dois anos já houve algumas coisas que foi preciso acertar. Nem tudo são rosas e, por isso, de vez em quando temos de ir ao encontro e dizer que não era aquele caminho que queríamos e que seria outro, sendo que o entendimento normalmente chega.

Como é de Freguesias que se trata e a minha Freguesia é uma Freguesia iminentemente rural e agrícola, gostava de partilhar um problema que penso não ser só da minha população e dos meus agricultores, mas é transversal ao Concelho e ao Distrito.

Assim sendo, Senhora Presidente, o que me faz pedir a palavra é a preocupação com a fileira olivícola, porque é de Freguesias que se trata, é de Freguesias que se precisa e, digamos, debater a sua sobrevivência.

Senhora Presidente, as suas aldeias contribuem de forma inequívoca para a formação da fileira olivícola a nível regional e nacional, sendo eu se espera que Portugal seja o terceiro produtor a nível do *ranking* mundial.

Senhora Presidente, todos nós sabemos que os agentes da fileira olivícola são predominantemente agentes privados, quer ao nível da produção, quer ao nível da extração, mas também não podemos sobrevalorizar que muitas destas iniciativas foram impulsionadas por estratégias públicas e comunitárias.

Assim, vejamos: Com a adesão de Portugal à União Europeia entrou por Trás-os-Montes a dentro uma PAC - Política Agrícola Comum que determinou que nós não eramos território de sequeiro, mas eramos território para olivicultura e frutos secos. Eis que vieram fundos e fundos para uma nova realidade agrícola do setor primário em Trás-os-Montes, nomeadamente no Concelho de Mirandela.

Assim, eis que volvidos 30 anos, depois deste paradigma estratégico, impõe-se uma reflexão seria e conjunta, sob pena que o ouro de Trás-os-Montes seja um verdadeiro fraude económico a quem foi imposto por força de uma vontade comunitária com problemas de sobrevaloridade económica da atividade associada à olivicultura, bem como os problemas ambientais a si associados.

Senhora Presidente, ontem foi referido que em Mirandela é alarmante a taxa de desertificação e a taxa de envelhecimento, por isso, é prioritário fixar jovens e é prioritário fixar iniciativas empresariais seja de que natureza for.

Iniciativa agrícola é no Concelho de Mirandela, em particular, uma importante alavanca para potenciar atividades empresariais colaterais, tais como a venda de máquinas, equipamentos, oficinas, adubos e pesticidas, etc., associando assim muitos postos de trabalho.

Assim, atrevo-me a dizer que nem só de alheira vive o Concelho de Mirandela.

Senhora Presidente, sabe com certeza que todas as suas aldeias têm centenas de olivicultores, têm um pano de olival que representa hectares e hectares de plantação, investimentos avultados sem que para isso represente um verdadeiro valor acrescentado para aqueles que cuidam, produzem, colhem e têm que entregar a um preço verdadeiramente vergonhoso, diria mesmo criminoso, a matéria que mais tarde vai ser transformada no ouro de Trás-os-Montes.

Qualquer iniciativa para sobreviver precisa de gerar um *superavit*. Pergunto eu se de facto a tipologia dos nossos terrenos, ao preço que a azeitona é paga atualmente, poderá resultar nesse *superavit*? Não, meus Senhores. Não! Porque todos os trabalhos a si associados são muito onerosos.

Assim, Senhora Presidente, em nome de vários Agricultores que não têm voz, apenas pedimos que este assunto, que é de relevante importância, comece a ter agenda, quer no Município de Mirandela, quer na CIM Terras de Trás-os-Montes, quer na CIM Douro, porque se formos de alguma forma seduzidos para enveredar por esta atividade impõe-se que haja uma regulamentação e que a *“laissez faire, laissez passer”* tenha que ser revisto pelas entidades e possivelmente pelas entidades comunitárias.

Assim, em nome de todos os Agricultores de São Salvador e em nome de todos os olivicultores do Concelho de Mirandela, pedimos a sua atenção para este problema.

Boas Festas.

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Como sabem, sou um homem do mundo rural. Considero-me um campesino.

No desempenho da minha atividade profissional, palmilhei ao longo de mais de três décadas, quase quatro, o campo das aldeias deste concelho e não só.

Nesta Sessão dedicada às Freguesias, que considero ser uma excelente prática, quero felicitar um Presidente de Junta pelo bom uso dos dinheiros recebidos e alertar outro para uma situação menos agradável. Falo apenas para estes dois, porque tive oportunidade de estar recentemente nos territórios das suas Freguesias, em pleno campo, em atos de caça. A prática da caça tem destas coisas. Permite-nos observar o campo muito de perto.

Felicito, então, o Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa por ter os caminhos todos, mas todos, pelo menos em Vila Boa, onde caçei, muito bem arrançados e transitáveis.

Noutro ato de caça, montaria das Aguieiras, observei uma situação que não me agradou. É uma lixeira que considero inconcebível nos dias de hoje, num tempo em que se defende cada vez mais a reciclagem. Senhor Presidente, amigo, *Manuel Fontes*, isto não é uma crítica, é um alerta. Porventura teremos mesmo que todos nos esforçar para obter mais ecopontos e melhor educação cívica por parte dos seus fregueses. Se quiser verificar, na porta 99 ao fundo do caminho está uma lixeira que é uma coisa incrível.



Handwritten initials and a signature in the top right corner.

Em termos gerais, quero fazer duas recomendações a todos os Senhores Presidentes de Junta.

Como todos nós sabemos, as Escolas Primárias desativadas - já falei nisto numa outra Sessão de Assembleia Municipal, mas é bom repeti-lo - são agora ocupadas por Associações Culturais, Desportivas, Recreativas, de Caça e etc. Nessas Associações instalam-se normalmente pequenos bares que as Autoridades Policiais de diversas índoles consideram como estabelecimentos de venda de bebidas. Na verdade elas são simplesmente associações. Por vezes o que acontece é caírem sobre essas Coletividades pesadas coimas ou porque não têm o extintor, ou porque não têm o aviso a dizer que não podem vender tabaco a menores e por aí adiante. São pesadíssimas. Penso ter contado aqui, na altura, que uma dessas Coletividades acumulava já um montante de cerca de 12.500,00 € de coimas. A situação tem uma solução muitíssimo simples, já a indiquei particularmente a alguns Senhores Presidentes de Junta e estou disponível para explicar como é que isso se resolve.

A outra recomendação tem a ver com questões ambientais. É também muito frequente aparecer o “desgraçado”, salvo seja, do Agricultor com o aviso da coima, porque cortou os choupos que eram de sua propriedade numa zona ribeirinha, mas ninguém o tinha informado que aquilo carecia de uma licença prévia, emitida pela Agência Portuguesa do Ambiente e, em meu entender, muitíssimo bem. Aqui deixo também essa ideia de que a Agência Portuguesa do Ambiente não está ali para estorvar, nem para emburrar com ninguém, simplesmente para fazer respeitar normas que têm a ver com a gestão da vegetação ribeirinha que é muito mais importante do que se imagina. Com as cheias de agora todos nós percebemos rapidamente que se não houver vegetação nas margens aquilo é tudo arrastado. Portanto, o que se recomenda é a boa gestão da vegetação ribeirinha das linhas de água e não simplesmente a limpeza, como se diz, parece que estamos a falar da limpeza do chão da cozinha, dessas linhas de água. É sim a gestão desta vegetação.

De resto, desejo Boas Festas a todos. Era apenas isto que tinha para dizer.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro Velho *CARLOS PIRES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Ontem durante a Sessão, tomei algumas notas de alguns problemas da nossa Freguesia, que acho serem relevantes.

Naturalmente, ao fim de dois anos já podemos fazer um balanço daquilo que correu bem, daquilo que este Executivo conseguiu melhorar e daquilo que correu menos bem.

Vou passar a enumerar algumas notas que fui tomando.

Uma delas é a iluminação pública, já foi feito o levantamento em São Pedro Velho dos pontos de luz, penso que foi logo no início do Mandato. No entanto, esse problema ainda não está resolvido. Temos uma rua que não tem iluminação, penso que hoje isso possa ser considerado um bem de primeira necessidade - a iluminação pública. Há lá uma rua que não tem mesmo iluminação nenhuma.

Quero também falar na taxa das fogueiras, já foi abordado aqui pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas. Também recebi esse aviso com alguma surpresa, mas compreendo. A minha maior surpresa foi quando me desloquei ao GAM da Torre de Dona Chama, na sexta-feira, em que tínhamos que pagar 10,00 €. Fiquei surpreendido, até porque acho que não faz muito sentido, uma vez que esta licença da fogueira é válida por um dia. Falando em casos concretos, em São Pedro Velho a fogueira vai ser acesa no dia 24 e, pelo que diz o comunicado, no dia 25 tem de ser tudo limpo e retirado. Isso não vai acontecer, certamente, porque geralmente o que acontece lá e na maior parte das aldeias é que as fogueiras ficam até à passagem de ano. Portanto, neste caso, teríamos que tirar uma licença todos os dias. Penso que não faz muito sentido.

Outro assunto, já abordei aqui em Assembleias anteriores, é a recolha dos monstros. A última recolha de monstros tinha sido antes da Feira do Morango, em maio. A partir dessa data comecei a enviar *e-mails*, a falar com as pessoas responsáveis por telefone, voltei a enviar *e-mails* com fotografias e falei aqui na Assembleia de setembro desse assunto. Fomos atendidos há cerca de 15 dias, ou seja, a recolha de monstros foi feita passado seis meses. Penso que é demasiado tempo e depois acontecem coisas, como falou o Senhor Deputado Municipal *Agostinho Beça*, em que se vai acumulando e acaba por ser vergonhoso. Como referi, fomos atendidos há cerca de 15 dias, portanto, demoraram seis meses para fazer a recolha de monstros, coisa que antes não acontecia, pois era feita com alguma brevidade. Demoraram dois dias a fazer a recolha e a nossa sorte é que os Romenos têm passado com alguma frequência e vão fazendo a recolha, porque senão era uma autêntica lixeira de facto.

Na última Sessão de Assembleia também abordei o assunto das bermas da Estrada Municipal de São Pedro Velho. Novamente o mesmo processo: *e-mails*, falar ao telefone com os responsáveis - isto desde junho, se não me engano - fotografias e referido aqui na Assembleia de setembro. Foram há cerca de 10 dias, ou seja, passados seis meses é que foi atendido esse pedido, mas dos 7km limpamos 2km e não voltaram lá mais, não sei porquê. Aliás, foi a primeira vez em que não me contactaram, geralmente contactam para ver se há disponibilidade da Junta em pagar o almoço aos colaboradores, coisa que fazemos sempre durante estes 10 anos. Desta vez foi a primeira que não me contactaram, não sei porquê, mas não voltaram lá, para não perder tempo, relembro que São Pedro Velho está a 35km de Mirandela. Se vêm a Mirandela almoçar não vale a pena voltarem e nós fazemos o favor de pagar os almoços quando lá vão. Portanto, cortaram 2km e ficaram por aí, não sei porquê.

Verifiquei na Newsletter, penso que vão ser disponibilizados transportes públicos para as populações para a sede do concelho fora do tempo escolar, durante as férias. Mais uma vez, São Pedro Velho não foi contemplado, sendo que São Pedro Velho é das poucas Freguesias, penso eu, que não tem transportes públicos. Portanto, deveria ser privilegiado nesse sentido, mas não temos essa sorte.

Positivo é o GAM Móvel. Acho que foi um excelente projeto da CIM em colaboração com a Câmara Municipal. Penso que em São Pedro Velho não tem tido muitos clientes, porque costumo dizer que desde 2009 temos lá o Mini GAM e em termos de prestação de serviços fazemos muita coisa nesse sentido. Continuo a dizer que a prestação de serviços é o melhor trabalho que se pode fazer nas nossas aldeias. Com população envelhecida, neste caso, sem transportes públicos para resolver os seus problemas e tendo lá quem faça esse trabalho penso que é ótimo. Falou-se ontem que havia pouca divulgação. No que toca a São Pedro Velho não. Temos os respetivos editais, é anunciado semanalmente nas missas sempre que passa, nas redes sociais para os filhos avisarem os pais. Nesse capítulo penso que não falhamos.

Outra coisa que estranhei, penso que todos os Senhores Presidentes de Junta devem ter recebido um inquérito da CIM há cerca de um mês a falar-nos nesta rede de transportes públicos que vai haver a partir do primeiro trimestre de 2020. Estranhei a última pergunta, porque questionavam-nos se estaríamos dispostos a colaborar, a ajudar, não sei se com transporte nosso, se financeiramente, no transporte pedido. Naturalmente respondi que sim. Não queria estar a boicotar esse serviço, mas achei estranho, principalmente quando se fala agora nesses projetos de transporte, vejo viagens a 0,10 € e a 0,20 € e achei estranho estarem a querer responsabilizar-nos a nós com esse serviço.

A Freguesia de São Pedro Velho está muito mal servida a nível de internet. Não sei se tem alguma resposta para nos dar em termos de fibra ótica. Aquilo que me dizem as operadoras, é que para 2020/2021 vamos estar servidos, todas as aldeias do Concelho de Mirandela. Não sei se isso corresponde à verdade.

Falar também nos Cabazes de Natal para as famílias desfavorecidas. Entendo que essa distribuição não deve ser feita pelos Senhores Presidentes de Junta. Se calhar nos primeiros anos achava que sim, mas ao fim de 10 anos acho que não e quem anda nisto há uns anos entenderá o porquê.

Fazer aqui *meaculpa* em relação ao meu amigo *Eurico Carrapatoso* que tomou a iniciativa desta Assembleia para os Senhores Presidentes de Junta. No passado disse aqui que se calhar não era a melhor forma de chegar ao Executivo, porque penso que deveríamos discutir os nossos problemas pessoalmente com o Executivo, mas tenho que fazer mea-culpa, porque tenho alguma dificuldade em reunir com a Senhora Presidente. Há cerca de uns meses recebemos um *e-mail* a dizer-nos que a Senhora Presidente estaria disponível à quintas-feiras para receber os Senhores Presidentes de Junta. Apressei-me a enviar *e-mail* há cerca de três meses, mas até à data ainda não consegui reunir com a Senhora Presidente e acho que era interessante isso ter acontecido antes do Orçamento para colocar todas estas questões. Orçamento, porque a nossa obra estruturante na Freguesia é a estrada que liga São Pedro Velho a Vilar de Ouro. Ouvi ontem algumas obras que estão previstas, como ETAR's e estradas. Para já não vi que a nossa fosse contemplada. Há esse acordo verbal, pelo menos já se falou nisso, mas gostava de ver isso no papel, pelo menos até 2021, porque se há uma coisa que as pessoas da Freguesia me questionam diariamente é a estrada. Então agora com estas chuvas já sei que vai ficar toda "esburacada". Já houve uma Senhora que ia sendo lá atropelada, como mencionei na última Assembleia. Houve um acidente recentemente, não sei se foi a desviar-se das bermas, se foi a desviar-se de algum buraco, foi uma Senhora que capotou, felizmente não se feriu muito.

Quanto à recolha dos cães, há meses que continuo à espera. São cães abandonados que já fizeram estragos num galinheiro em São Pedro Velho. Continuo à espera. Há meses, desde agosto, penso eu, que estou à espera que façam essa recolha.

O Senhor Deputado *Luís Mosqueiro* falou ontem aqui na Educação e no aproveitamento escolar. Falando nisso, é difícil um aluno de São Pedro Velho ter o mesmo aproveitamento que um aluno da cidade. Os alunos de São Pedro Velho levantam-se às 6h30min da manhã e chegam às 19 horas a casa. Sei que não há hipótese de melhorar isso, mas é impossível terem o aproveitamento escolar que têm os meninos da cidade. Queria fazer este apelo ao Executivo para a médio/longo prazo manter pelo menos até ao 9.º Ano na Torre de Dona Chama. Sei que há falta de alunos e com o tempo não sabemos o que está aí para vir, mas imagino alunos de 10, 11, 12 anos a ter que se levantar à 6h30min e chegar a casa às 19 horas. É extremamente pesado.

Louvar a iniciativa da Fradizela. Infelizmente não vou poder estar, mas acho que é importante reviver estas tradições.

Dizer também que penso que toda a gente quer o investimento dos 60 milhões em Barcel, só que há muitos que fazem tudo para que isso não aconteça. Portanto, se não conseguirmos em Barcel, venha ele para São Pedro Velho que eu agradeço.

Boas Festas para todos.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bouça *DUARTE RUIVO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Agradeço a possibilidade de termos esta Sessão para debater os problemas das nossas Freguesias, mas os tempos que vivemos não são só problemas, pois este Executivo cumpriu o que prometeu e deu soluções. Soluções essas que passaram por entregar um envelope financeiro a cada uma das Freguesias aqui presentes, tendo tido a coragem de desamarrar as Juntas.

Em 16 de fevereiro de 2019, este Executivo assinou Protocolos com todas as Juntas de Freguesia e entregou cerca de 700 mil euros, bem como uma bolsa em material, no valor de 5 mil euros. Na realidade, não se viu tanto paralelo nas Freguesias no meio do Mandato como agora. Este Executivo ainda apoiou eventos, feiras e deu apoios pontuais a restauros de igrejas e capelas.

Afinal, havia "Outro Caminho" para as Freguesias. Freguesias estas que estavam abandonadas, esquecidas e à sua sorte. A minha Freguesia é a Bouça e tem uma anexa que é a Ferradosa. Com o envelope financeiro que recebemos não conseguimos resolver todos os problemas, não Senhora Presidente, mas tem sido muito mais fácil gerir o dia-a-dia, o arranjo dos caminhos, limpeza de vias públicas e outros pequenos arranjos.

Queria realçar também, com toda a certeza, que foram assentes mais paralelos nestes dois últimos anos na Freguesia de Bouça do que nos oito anos anteriores. Isso é de verdade.

Temos uma população muito envelhecida, os jovens vão embora à procura de melhores condições, os mais velhos ficam, vão tratando das terras e praticando uma agricultura de subsistência. Esta é a realidade das nossas gentes às quais temos de dar as melhores condições. Todos temos de lutar para tentar contrariar esta tendência. Este problema é comum a todas as Freguesias e também as soluções devem partir de nós todos.

Lanço o desafio para que na próxima Assembleia Municipal sobre as Freguesias cada uma traga um esboço/proposta para todos juntos, a nível de concelho, encontrarmos algumas soluções capazes de mitigar a desertificação humana.

Aproveito para desejar um Santo Natal e um Próspero Ano Novo.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *PAULO PONTES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

*Handwritten initials and marks in the top right corner.*

Hoje ia dividir esta minha intervenção em dois tempos completamente diferentes.

Primeiro, já nada me estranha que a minha ordem de intervenção seja sempre a que é. Toda a gente é testemunha que sou quase sempre... Agora faço questão disso - já me disseram para fazer em último lugar que passarei a ser o primeiro - sou sempre o primeiro a levantar o braço quando faço questão de intervir e sou sempre dos últimos a intervir.

Quanto aos caminhos rurais, não fiz mais nem nunca faço mais que a minha obrigação do que trabalhar em prol da minha Freguesia, seja do Franco seja de Vila Boa. Assumi esse compromisso e é a prova dada que as Juntas de Freguesia fazem o trabalho com mais qualidade do que a Câmara Municipal, uma vez que a Câmara Municipal ainda não se comprometeu, não o fez, a limpeza dos caminhos a que ficou obrigada, que é o caso do estradão e de mais uns caminhos que não foram limpos.

Foi a primeira vez, Senhor Presidente, que me senti afetado. Em vinte e muitos anos foi a primeira vez que tive a necessidade de me ausentar de uma Sessão. Expliquei aqui, tive o cuidado de vir aqui dizer que tinha uma reunião de avaliação às 14 horas, reunião de avaliação em que há Juristas que dizem que este serviço se pode sobrepor à Reunião, mas não quis sequer colocar isso em causa, porque colocava em causa os meus colegas. Era Diretor de Turma e tive que ir a uma reunião às 14 horas em Vila Real, não é aqui ao lado e tive outra às 18h30min e posso comprová-lo. Não foi por livre vontade que faltei à Sessão ou que me ausentei dela.

Quanto à taxa que preocupa tanto os meus colegas Presidentes de Junta, taxa de licenciamento de fogueiras, engraçado, nada me preocupa. Não sei quem é que a faz, a Junta de Freguesia não tem de pagar taxas, porque não é a Junta de Freguesia que toma a iniciativa de fazer a fogueira, apenas cede o espaço que é cedido sem ser pedido sequer. Não sei quem faz a fogueira, portanto, não sei quem é que tem de pagar a taxa.

Depois, por incrível que pareça, nesta fase, pelo menos, não vou falar das Juntas de Freguesia, porque a minha consciência impõe-me e não ficarei de consciência tranquila se não o fizer, porque não o pude fazer ontem, de dirigir estas palavras à Assembleia Municipal.

“Antes de mais, dirijo-me a todos para com toda a sinceridade, humildade e honestidade”...

Gostava que o Senhor Presidente ouvisse a minha intervenção, porque depois parece que não ouve.

...“pedir desculpa a todos, pelo vocabulário usado por mim, na penúltima e última Assembleia Municipal, para com o Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Não quero limitar-me a pedir desculpa, mas sim prometer, e cumprir de certeza absoluta, que tais comportamentos, não voltarei a demonstrar nesta Assembleia Municipal a partir de hoje.

Senhor Presidente, o pedido de desculpas que acabo de apresentar não me inibe de lhe dizer a si e a toda a Assembleia, olhos nos olhos que passados dois anos, desde que assumiu o cargo, de lhe dizer que a avaliação que faço sobre o seu desempenho, como Presidente desta Assembleia, não é bom nem mau, é péssimo e digo-lhe porquê. Na minha perspetiva, passado este tempo, digo-lhe que tinham toda a razão os eleitores deste concelho quando disseram, através do voto, quem era o Presidente que desejavam para presidir ao Município de Mirandela e qual o Presidente que não queriam para presidir à sua Assembleia Municipal. Ficou claro, na minha opinião e na maioria dos mirandelenses de todo o Concelho que quem não queriam, como Presidente, era exatamente V. Ex.<sup>a</sup>. Não pretendo dizer, com este raciocínio, que é ou tem sido um Presidente ilegal desde a sua tomada de posse. Só o é porque a democracia tem formas legais e democráticas de contrariar a vontade popular. Só o é, porque membros desta Assembleia (inclusivamente da minha bancada), passados poucos dias, ignoraram também eles a vontade do povo e dos seus próprios eleitores quando votaram em si.

Nesse mesmo dia, na minha opinião, teve a grande oportunidade, mas desperdiçou-a, de dar uma grande lição democrática, ao concelho e a esta Assembleia se não tivesse aceitado o cargo que lhe ofereceram os Deputados contra a vontade da maioria dos eleitores de Mirandela. Preferiu aceitar e sentir-se muito honrado dizendo as lindas palavras “que era a democracia a funcionar, umas vezes perde-se e outras vezes ganha-se”. Reforço a minha opinião que grande serviço tinha prestado ao concelho de Mirandela se não tivesse aceitado o cargo, alegando exatamente que não queria contrariar a vontade expressa, poucos dias antes, pelos eleitores deste concelho. Sempre que tomei a liberdade de me candidatar a qualquer cargo, fi-lo com toda a liberdade, não pressionando, nem aceitar pressões de quem quer que seja.

Não tenho dúvidas que no início do seu Mandato se deslumbrou, pois já sem contar os Deputados da Assembleia acabaram por lhe oferecer, democraticamente, o cargo de Presidente que o povo dias antes não lhe tinha confiado e desde então nunca foi capaz de conter tal deslumbramento, permitindo-se mesmo dizer o que quer e quando quer a qualquer um dos Membros desta Assembleia, até mesmo tentar humilhá-los como, considero eu, o fez comigo quando me perguntou se conhecia o Regimento desta Assembleia.

Senhor Presidente, eu não lhe pergunto se conhece o Regimento, simplesmente lhe afirmo, com factos por si praticados, que não o conhece ou se o conhece ainda se torna mais grave, pois o Senhor tem a responsabilidade de o cumprir, como todos nós, e a autoridade de o fazer cumprir, o que nunca aconteceu em qualquer Assembleia que aqui se tenha realizado e passo a demonstrá-lo: não o cumpre porque, em regra, considera-se uma espécie de autoridade suprema da Lei e da Moral que tem quase sempre de comentar, avaliar e até ajuizar o que cada Deputado livremente aqui vem dizer, não se inibindo mesmo de dizer a um Deputado que é a vergonha, palavra proibida pelo PS Português, desta Assembleia, para num momento seguinte lhe dizer que a enobrece. Não se inibindo de dizer a uma camarada da sua bancada, depois de esta falar, que lamentava o que ela tinha dito e que não esperava aquilo dela. Desde quando o Senhor Presidente tem de lamentar ou criar expectativas do que cada um de nós aqui vem dizer? Antes de se precipitar e questionar alguém sobre se conhece ou não o Regimento questione-se primeiro a si próprio e cumpra o melhor possível o Regimento dando e agradecendo a palavra a cada Deputado.”

Se o Senhor fizer isto, é o que tem para fazer. É dar e agradecer as palavras dadas.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUIÇA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito obrigada pela sua intervenção.

Deixe-me comunicar-lhe o seguinte.

Relativamente à situação da sua ausência, compreendemo-la perfeitamente, entendemos e concordamos consigo. No entanto, teria duas formas de resolver esse assunto. A primeira delas seria comunicar à Mesa por escrito a necessidade da sua ausência e a outra, poderia pedir ao Setor de Apoio aos Órgãos Municipais a sua respetiva substituição, no caso de ter essas responsabilidades tão importantes.

Em relação à ordenação da sua intervenção, deixe-me dizer-lhe o seguinte. Neste caso está precisamente no meio da ordem de chamada. Já falaram 10 elementos inscritos e ainda faltam falar cerca de 10 também. Pelo que o Senhor tem manifestado desde o início essa preocupação de se inscrever em primeiro e depois ser chamado em último, parece que pensa que a Mesa o faz de alguma forma deliberada. Não tenha esse tipo de pensamento, porque isso não corresponde à realidade de forma alguma.

Quanto aos considerandos que teceu na pessoa do Senhor Presidente e nesse contexto em toda a Mesa, dizer-lhe que é a sua ideia, temos que a respeitar. Alguns dos factos parecem-me algo atrapalhados. Penso eu que não será a opinião da maioria, mas deixe-me dizer-lhe, em meu nome pessoal, que o Senhor Presidente já foi escrutinado por duas vezes. O escrutínio é secreto e é universal.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *PAULO PONTES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Queria falar. Defesa da Honra, se faz o favor.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa, eu não ofendi a sua honra.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *PAULO PONTES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senti-me ofendido.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ao abrigo do artigo 37.º do Regimento da Assembleia Municipal de Mirandela, é dada a palavra ao Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *Paulo Pontes* em defesa da honra.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *PAULO PONTES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Pode ter a certeza absoluta que aquilo que eu disse vai ser cumprido. Nunca mais na vida me ouvirão dizer aqui uma única palavra obscena, nem qualquer outro tipo de vocabulário. Depois cá estaremos para ver quem cumpre.

Relativamente à minha falta ontem, não tenho que dizer à Assembleia Municipal ou ao Senhor Presidente, até porque estive cá e não tenho que saber a que horas é que a Assembleia vai terminar. Já estive presente, em vinte e muitos anos, em Assembleias Municipais e já houve Assembleias Municipais de durarem duas horas. Chego aqui às 9h30min, vou estar presente numa Assembleia que eu penso, mas não corresponde à realidade, que às 12 horas a Assembleia estará terminada. Mesmo não acontecendo isso, como não aconteceu, tive o cuidado de vir dizer, aqui ao micro, que teria de me ausentar a partir das 12 horas, porque tinha uma reunião de avaliação.

Acha ainda que precisava de apresentar um Requerimento escrito ou substituir alguém?

É de um momento para o outro que vou arranjar alguém que me venha substituir ou então trago antecipadamente uma pessoa e digo-lhe “A partir das 12 horas vais-me substituir, porque vou ter de faltar, pois a Sessão não vai terminar”.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Apesar de o Regimento dizer que tem de comunicar por escrito, temos tido bastante flexibilidade nesse sentido. Quanto a isso não posso aceitar aquilo que diz, porque eu também sou Professora e o Senhor sabe, como eu sei, há muitos professores nesta sala, que as reuniões de avaliação já estão marcadas há algum tempo, bem como a Sessão de Assembleia Municipal já está marcada há algum tempo.

Cada um, naturalmente, tem de gerir a sua vida da melhor forma possível e dentro de uma forma coerente.

O Senhor disse-me que eu podia ter a certeza que a sua conduta iria alterar-se. Correto? Não tenho qualquer dúvida disso e acredito na sua palavra, como acredito na palavra de qualquer um outro Membro desta Assembleia que está presente nesta sala.

Agora, podia ter começado por aí. Esse devia ter sido o seu princípio. Começar com essa conduta, com uma conduta de não dizer as ditas palavras, são termos seus, obscenas, porque isso seria um bem que fazia para todos nós. O Senhor e todos os restantes que procedem da mesma forma que o Senhor. Entende?

Quer dizer mais alguma coisa? Diga, se faz o favor.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *PAULO PONTES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O que nos enobrece não é tentar parecer aquilo que não somos. O que nos enobrece é praticarmos erros e más ações e ter a hombridade de vir aqui reconhecer que nunca mais irá ser praticado.

*Handwritten initials and marks in the top right corner.*

O que espero da sua parte e da parte da Mesa é que em relação à minha pessoa, estou a falar em relação à minha pessoa, tenham esse mesmo comportamento.

Está a Senhora Secretária a dizer que é Professora e que tenho de gerir a minha agenda, mas eu geri a minha agenda. Tanto geri a minha agenda que pensei: “Tenho uma reunião às 14 horas, dá-me tempo - tenho eu todo o interesse, como sempre o demonstrei, de participar numa Sessão de Assembleia Municipal - de ir à Sessão de Assembleia Municipal das 9h30min às 12 horas, às 12 horas vir diretamente para casa, almoçando ou não e às 14 horas estar na minha reunião”. Portanto, raciocinei e pensei sempre bem e não tinha que antecipadamente ter uma pessoa de prevenção e dizer-lhe: “Está atento, porque a Sessão de Assembleia pode acabar ou não e às 12 horas vou-te ligar e vens para me substituir”.

Se está preocupada com a senha de presença, que eventualmente tenha vindo aqui ganhar, eu prescindindo da senha de presença. Ofereço-a a si ou à Assembleia Municipal, ou à Câmara, ou a qualquer outro. Se está a pensar que estou preocupado com a senha de presença, não. Venho às Sessões de Assembleia Municipal, porque faço questão de vir e viria, pode ter a certeza absoluta, se não recebesse nada.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Para terminarmos com esta saga, o Senhor acabou de faltar com a sua palavra. Entende?

Claro que não estou preocupada com a sua senha de presença, nem estou preocupada com a senha de presença de nenhum Membro desta Assembleia e também não preciso que me ofereça a senha de presença, nem nenhum outro Senhor Deputado precisa que lhe ofereça. Graças a Deus.

O problema é mesmo esse. O problema é que o Senhor promete ter uma conduta e depois não tem essa conduta. Desculpe, mas essa é a realidade. Portanto, ficou patente aqui essa situação.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mascarenhas *MÁRIO MORAIS (PS)* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

“Para que não restem dúvidas, este Executivo tratou todas as Freguesias de igual forma e com a maior deferência, dotando as mesmas de meios financeiros facilitadores de pequenas obras que há 35 anos se andavam a reclamar. Todas as Freguesias têm o direito de estarem mais asseadas e com os seus caminhos rurais limpos para que todos possam aceder às suas explorações agrícolas, fruto dos seus sustentos. As Freguesias contribuem, num todo, para a riqueza do concelho e, em particular, para uma população que vai envelhecendo sem que esta rejuvenesça. Neste fundamento, pela primeira vez, as Freguesias foram tratadas com o respeito que lhes é devido e com um paradigma diferente de dignidade.

Para termos póstumos e para que fique com o devido registo histórico, a Freguesia de Mascarenhas deu o tiro de partida às feiras que hoje fazem parte do itinerário cultural deste Município. A primeira Feira de Freguesia arrancou em 1999, no lugar da Senhora do Viso e foi realizada pelos sócios fundadores da Associação de Caça e Pesa de Nossa Senhora do Viso, denominando-se como “1.ª Feira do Tordo”. Nesse ano, as barracas de exposição foram, detalhadamente, construídas pela população e expositores locais. A Câmara, *a posteriori*, começou a apoiar esta iniciativa com o aluguer de barracas pré-fabricadas. Passados 2 anos surgiu, pela mão das Professoras que ainda lecionavam nas Escolas da Freguesia, a “1.ª Feira da Cereja”, que foi, também, um enorme sucesso. Nesta altura, a Feira do Tordo estava a ser projetada por uma rádio nacional, sobejamente conhecida - TSF - e para a Península Ibérica através de uma televisão Espanhola ligada à programação da caça. Desde já, uma palavra de simpatia e louvor aos sócios fundadores e às Professoras que conseguiram pôr em prática, sem qualquer recurso, a brilhante ideia da feira/festa. Conciliava-se o conceito feira para os pequenos produtores com o ambiente de festa para a população.

A Freguesia de Mascarenhas, como qualquer outra Freguesia, não poderá viver só dos seus póstumos e da sua história. Podem existir outras iniciativas que contribuirão para o bem-estar das populações, mas terá que haver, pelo menos, o investimento na manutenção de equipamento. É premente e absolutamente necessário que, no Orçamento da Autarquia, comece a constar as seguintes obras:

1. Renovação da calçada principal da aldeia de Mascarenhas e substituição das canalizações de água e esgotos;
2. Renovação do asfalto da aldeia de Valbom dos Figos até à Estrada Municipal;
3. Renovação, na aldeia de Paradela, do depósito de retenção da água da rede, na medida em que o mesmo apresenta fissuras, levando ao desperdício de água;
4. Para quando o calcetamento de Vale de Pereiro ao Cemitério?”

Bom Natal a todos.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Freixeda e Vila Verde *ANDRÉ GERALDO (PSD)* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Senhor Presidente da Assembleia, trago aqui um suporte fotográfico, para lhe entregar, que é para o Senhor Presidente poder acompanhar a minha intervenção e enquadrar-se nela. São fotografias com legenda, entrego-lhas em mão, e peço que vá acompanhado, assim como os Senhores Secretários.

Já se falou aqui de muita coisa, alguns dos Senhores Presidentes de Junta abordaram assuntos que todos compartilhamos, feliz ou infelizmente. Agora, não acho que seja bom termos essa posição - uns virem para aqui só a pôr “florzinhas” no Executivo e outros a desancar. Não! “Nem 8, nem 80”. Há partes boas que é de louvar ao Executivo, mas também há falhas, como já existia nos Executivos anteriores. Contudo, com um pouco de boa vontade de parte a parte, acho que se consegue “levar o barco a bom porto”. É isso que é preciso, bem como mantermos uma Assembleia que nos louve a todos como a que está a ocorrer hoje e não como a de ontem e outras anteriores.

*[Handwritten initials and marks]*

Ninguém se revê nas situações que aqui se passaram, nem eu, nem os meus colegas de Bancada e penso que as Bancadas dos outros Partidos também não. É preciso ter calma e falar daquilo que realmente é necessário. Isto de haver Deputados a falar em cruzado e uns com os outros acho que não tem aceitação, nem se passava em Assembleias anteriores das quais faço parte há 10 anos.

Vou então iniciar no Ponto 1, o Senhor Presidente e os Senhores Secretários se quiserem começar a desfolhar as fotografias que trago, sob pena de não poder toda a Assembleia verificá-las, não temos meios disponíveis para isso.

Ponto 1 - Ruínas da Freixeda. Temos lá uma série de problemas, na via pública todas elas. Tenho reclamações, tenho receios. A maioria delas, senão todas, estão sinalizadas já há bastante tempo. Há uma situação na qual umas pessoas se sentiam incomodadas por uma ruína, porque estava próxima da casa que restauraram, falaram com a Senhora Presidente e mandaram lá os colaboradores da Proteção Civil só para alertar daquela situação. Recebi a equipa da Proteção Civil e obriguei-os a dar a volta comigo à aldeia toda, porque se aquela situação incomodava, as outras também incomodavam muito mais - vai ser a última fotografia que vão ver. Havia algum perigo de as pedras caírem para a via pública, desloquei-me ao local com a minha máquina, não cobrei nada à pessoa por colocar as pedras que estavam a cair para dentro dos muros, sob pena minha de não o poder fazer, não tenho autonomia para isso, ou seja, pegar na máquina e tudo o que está em perigo colocar para dentro, porque depois pode “virar-se o feitiço contra o feiticeiro”.

Todas as pessoas que me têm recorrido, tenho ido de livre vontade - a meu custo, com a minha máquina - deitar os escombros para dentro dos muros. Já o fiz em duas ou três situações. Não o faço nas restantes, porque não tenho legitimidade para o fazer. Isto porquê? Temos uma rua que está cortada há cerca de 22 meses. Estão as placas que levou a Proteção Civil para a rua ficar intransitável, pois o muro da casa está a ruir. Da casa ou casas. Não tenho a certeza, porque há uma parte em que acho que lhes chama as “paredes meeiras” e penso que até seja de duas famílias, mas o certo é que a rua está interdita há mais de 22 meses.

Proteção Civil - ocorrências - algumas. Naquilo que realmente se deviam empenhar e resolver situação, infelizmente, na minha Freguesia não posso louvar a Equipa da Proteção Civil, porque está à vista de todos.

Ponto 2 - Curva referenciada com muitos acidentes que fica entre Freixeda e Vila Verde. Nesta curva há acidentes com frequência. A propriedade que está lá, ao lado esquerdo da curva, é da minha família. Já no Executivo anterior tinha deliberado que fizessem lá uma intervenção, que cortassem o que fosse necessário à propriedade ou que levantassem as oliveiras que fossem necessárias, para se melhorar esta situação e evitar acidentes. Continuamos igual.

Ponto 3 - Carro abandonado no Largo Santo Apolinário em Vila Verde desde o dia 1 de novembro de 2018. Carro já referenciado pelo Senhor Vereador e, na altura, o Eng.º *Alexandre Ricardo*, que estiveram comigo em maio em Vila Verde, o qual tirou também uma fotografia ao carro. Diz que iam resolver a situação, no máximo um mês, mas é um mês esquisito, porque estamos no final do ano e o carro mantém-se lá. Não sei quem tem a competência para levantar de lá o carro.

Ponto 4 - Limpeza de bermas da Estrada Municipal 578. É a estrada que vai dos Móveis Lindolar até ao Concelho de Vila Flor em direção à Trindade. É incrível virem aqui pessoas defenderem certas situações e uma parte importante que é transversal a todos os utilizadores, ninguém se lembra.

Se bem se lembram, na Reunião em que assinamos o Protocolo em fevereiro, comprometi-me e tenho cumprido, quem utiliza a estrada frequentemente vê isso, tenho mantido as bermas das estradas limpas. Por vezes precisavam de uma intervenção mais apressada, mas, por norma, quando faço as intervenções nas aldeias tenho também tomado em conta a estrada.

Senhor Presidente, neste Ponto, nas fotografias que lhe entreguei, da 1 à 7 diz respeito à parte da estrada que tem as bermas limpas e da fotografia 8 à 10 é a parte da estrada em que é competência da Câmara limpar. Aliás, a estrada é toda da Câmara, eu é que me comprometi de as manter limpas na minha área de Freguesia. É bom, realmente, em vez de se andar, por vezes, a financiar certos eventos, que pensassem também nos utilizadores que precisam de se deslocar ao concelho e daqui partir para outros locais.

Ponto 5 - Outra situação de louvar da Proteção Civil. Em junho comuniquei com os colaboradores da Proteção Civil para terem em conta uma situação que me preocupava e continua a preocupar, porque não foi resolvida. Esta situação diz respeito a um mato de silvas enorme que está junto a uma moradia num ponto da aldeia de Freixeda.

Chamei os colaboradores da Proteção Civil, no qual levaram pessoas que não contava que aparecessem, mas ainda bem que foram, porque podem comprovar se o que estou a dizer é ou não verdade, pois há muita coisa que se vem dizer aos palanques que “palavras leva-as o vento”. Esteve a Dr.ª *Maria Gouveia*, o Sr. *Armando Cepeda*, a Sr.ª *Cidália* e o Comandante dos Bombeiros *Edgar*, na altura. Isto em junho. Dei-lhes os dados que eu possuía, a outra parte - chamada “Eira dos Correias” - as pessoas foram informadas e limparam, sendo que a parte mais crítica, é a que está encostada à moradia que é habitada, continua igual. O Gabinete de Proteção Civil, mais uma vez, “para o teto”.

Além destes pontos, há outras situações que podemos referir aqui.

Agradecer o Protocolo, têm cumprido. Não sei o que se passa com os pagamentos, mas com a minha Freguesia já falharam, pelo menos, dois meses. Não sei se com os outros acontece igual.

Tenho uma listagem, que se recorda o Senhor Vice-Presidente *José Cunha* que esteve comigo, recebi-o na minha aldeia dia 13 de março deste ano, listagem que me comprometi a passar a limpo, ainda não o fiz, e entregar em papel. É uma listagem que já não traz nada de novo. O que está aqui já entreguei no início do Mandato deste Executivo. É um documento já elaborado por mim, com os meus projetos que já vinham de 2016. Com certeza deve estar no fundo de uma gaveta, porque a propaganda política de há dois anos era que iam fazer “isto e aquilo” e ainda não sei de nada.

Tenho feito, sim, gerido o Orçamento conforme já o fazia até aqui, com mais facilidade, porque o Protocolo não é nada, mas ajudamos, no caso da minha Freguesia são quase mais dois mil euros que se encaixa por mês, o que é bom. Ainda antes da reorganização, cheguei a estar com limpezas das aldeias em que eu tinha de suportar, por vezes, os custos, senão não as conseguia fazer. Portanto, nem tudo é mau, nem tudo é bom. Há que acertar certos aspetos.

Bom Natal a todos.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito obrigado pelo seu contributo e muito obrigado por ter disponibilizado o suporte que permitiu acompanhar a sua intervenção. Apenas gostaria de lhe colocar a seguinte questão: Deseja recolher o suporte ou deseja que a Mesa entregue ao Executivo este material fotográfico?

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Freixeda e Vila Verde *ANDRÉ GERALDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Esse suporte fotográfico agradecia que ficasse em arquivo da Assembleia Municipal juntamente com a transcrição da Ata.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito bem. Fica registado.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Não me vou demitir das minhas obrigações e ainda que ontem já aqui tenha sido referido nesta Assembleia, tenho a certeza que esta Assembleia faz sentido que se realize, mas também faz todo o sentido que tenha lugar antes da Assembleia do Orçamento. Isto porquê? Porque se eventualmente forem sugeridas aqui algumas situações pertinentes e que o Executivo entenda, podem ser acomodadas no Orçamento. De outra forma, poderá sempre haver a possibilidade de ainda poderem ser acomodadas no decorrer do ano, mas em termos orçamentais é difícil que esta situação possa ser acomodada.

Estava também a dizer que tenho toda a legitimidade para o fazer, isto é, de falar dos Protocolos. Digo que tenho toda a legitimidade, porque no passado com o Dr. *José Silvano*, com o Eng.º *António Branco*, com os anteriores Executivos Municipais vim várias vezes a este palanque bater-me pela celebração dos Protocolos. Não foi possível no passado, não interessa estar aqui a encontrar as razões pelas quais isto não foi possível. Efetivamente, este Executivo teve a vontade política, por proposta do PSD, isto também é importante que se diga, mas teve a vontade política, a audácia e a ousadia de os celebrar. Tenho de me congratular com isto.

Os Protocolos são um mecanismo positivo que permite às Juntas de Freguesia terem meios necessários que até aqui não tinham daquela forma. Desta forma, estão sob a jurisdição deles, podem-no gerir ao seu bel-prazer. Contudo, coloquei aqui algumas reservas aquando da celebração dos Protocolos em que achava que a fórmula de repartição dos fundos não é coerente. O não ser coerente tem a ver com a fórmula pela qual este mesmo Fundo de Financiamento de Freguesias é repartido. Se quisermos ficar bem com todos mantemos igual e as injustiças mantêm-se, se quisermos ser razoáveis, coerentes e se tivermos coragem suficiente encontramos um mecanismo de regulação que permita fazer justiça àquilo que tem de ser feita justiça.

Referi aqui, volto a dizê-lo hoje, que não vejo com bons olhos que uma Freguesia que tenha quatro, cinco, seis, sete, oito e nove aldeias tenha o mesmo Fundo de Financiamento de Freguesias que uma Freguesia que tem apenas uma aldeia. O Presidente de Junta que tenha nove aldeias tem que manter limpa e asseada a urbanidade de todo este espaço onde vive gente, enquanto a outra só tem que manter uma. Acho que não o tendo feito neste Orçamento, é uma boa altura este reforço do Fundo de Financiamento de Freguesias, que o colega que me antecedeu veio aqui dizer, que vai haver para que esta Câmara Municipal tenha a coragem política de introduzir aqui um mecanismo de correção. Não tem de ser feito no primeiro ano toda a percentagem do mecanismo de correção, mas que o vá fazendo gradualmente ao longo do Mandato ou por anos seguintes.

Desta forma, conseguimos fazer alguma justiça e corrigir algumas destas desigualdades que passam por este Protocolo.

Não entendo, por exemplo, que a Junta de Freguesia de Carvalhais - é a Junta de Freguesia que tem mais eleitores, onde reside mais gente - seja dotada de menos financiamento que, por exemplo, a Vila de Torre de Dona Chama. Não tenho problema de dizer os exemplos. Acho que para a Torre de Dona Chama é pouco, que devia receber mais, mas haja justiça.

Relativamente aos Protocolos, acho que era isto que queria dizer.

Depois, impõe-se aqui também uma situação relativamente aos caminhos agrícolas. Acho e tenho a certeza, fui Autarca de Freguesia 24 anos, que não há uma política de caminhos agrícolas. Digo política, não tenho problema nenhum de o dizer. Um plano bem delineado para que consigamos preservar e manter os nossos caminhos agrícolas. Há Presidentes de Junta que fazem um esforço enorme para que os mantenham transitáveis, limpos e asseados. Há outros que, por força da sua vida profissional, não são pessoas muito dotadas para saber de construção civil e de arranjo de caminhos agrícolas.

Se a experiência me ensinou alguma coisa é que os operadores de máquinas são pessoas sabidas, mas são pessoas sabidas de forma a arranjá-los, passo a expressão, para que no ano seguinte voltem lá. Passar com o pente da máquina a alisar é uma coisa muito básica. Qualquer um chega lá, tem uma irregularidade no caminho, baixa o pente e alisa. No ano seguinte, com uma trovoadas ou uma cheia aquela terra foi embora e tem de lá voltar. Isto não é arranjar caminhos agrícolas. Se os Senhores Presidentes de Junta não forem dotados, também porque não têm que o ser, para saber de Engenharia Civil, a Câmara Municipal tem de disponibilizar meios técnicos para que o possam fazer e para que o possam fazer bem. Quando se faz, que fiquem conservados para quatro, cinco, seis ou sete anos.

É impensável andar a compor caminhos agrícolas e não lhes fazer valetas. É impensável andar a compor caminhos agrícolas em rampas e que não lhes façam cortes de água. É impensável deixar construir muros de 50, 100, 200 metros ao longo de um caminho e que não obriguem a deixar lá aberturas para a água, as ditas gateiras. Se somos os zeladores da ordem pública, é para isso que somos eleitos, temos de fazer cumprir. Sei que algumas pessoas não gostam, mas esta situação era quanto mais fácil para os Senhores Presidentes de Junta se tivessem apoio técnico para o fazer.

É isto que aqui solicito relativamente aos caminhos agrícolas.

*Handwritten marks:*  
A signature at the top right.  
Below it, the letters "AB".  
At the bottom right, the number "71" with an arrow pointing to the right.

Mais ainda, digo também que a Câmara Municipal devia lançar um concurso de máquinas onde houvesse um preço de intervenção e os Senhores Presidentes de Junta que quisessem era ali que iam fazer o aluguer das máquinas para o arranjo dos caminhos com preço controlado. Obviamente que temos também aqui a parte social de ter que manter o operador de máquina que está na nossa Freguesia. Não tenho nada contra isso, era para quem quisesse, sendo que isto eram vidas poupadas em combate. Para não dizer que o Município se devia apetrechar com máquinas capazes e com operadores para poderem valer a esta catástrofe que é a dos caminhos agrícolas.

Relativamente aos caminhos agrícolas, refiro ainda, também foi aqui referido, que querem fazer um Protocolo com as Associações de Caça. Toda a gente sabe qual é a minha opinião sobre isso. Estou favorável a que ganhem escala, a que ganhem dimensão e a que se ajudem. É a forma de trazermos Turismo para a região e de mantermos a região viva. Por outro lado, não vejo com bons olhos que algumas Juntas de Freguesia se aproveitem do bom funcionamento de algumas Associações de Caça para lhes extorquir dinheiro para arranjos de caminhos. Se efetivamente as Associações de Caça estão organizadas, estão a trabalhar bem e voluntariamente o querem fazer, pois que o façam. É muito bem-vinda a ajuda. Agora, arranjar isto para extorquir dinheiro não me parece bem. Ajudem-nas, não as desajudem.

Tenho também que dizer aos Senhores Presidentes de Junta e deixar uma mensagem para o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que a fará chegar ao Executivo, relativamente à delimitação das Freguesias. Também toda a gente sabe qual é a minha posição relativamente à minha Freguesia, Vale de Gouvinhas, e à Freguesia contígua da Bouça e de Vale de Telhas, o litígio que existe na parte do cruzamento e que toda a gente “assobia para o ar” e ninguém quer pousar os intervenientes numa mesa e resolver-se aquilo.

Fiquei muito desagradado que no último ato eleitoral, pessoas de Vale de Gouvinhas que sempre votaram em Vale de Gouvinhas viram-se impedidas de exercer o seu dever cívico, porque os correios não atribuíram código postal de Vale de Gouvinhas, nem de Vale de Telhas. O único código postal que existe na zona do cruzamento é da Bouça e o recenseamento das pessoas caiu na Bouça e as pessoas não votam. Pura e simplesmente não votam e é isto que provoca o afastamento das pessoas. Se vivemos num território de baixa densidade estas situações não se pode fazer que não se veem. Obviamente que há de haver sempre pessoas contra, há de haver sempre pessoas favoráveis, umas têm uma opinião, outras têm outra, mas vamos sentar-nos numa mesa e resolver isto. É isto que proponho relativamente a esta situação.

Senhor Presidente, queria colocar uma questão ao Executivo: Qual é o critério de atribuição de subvenções ou subsídios às Feiras que ocorrem nas Freguesias e aos Eventos? Porque a mim chega-me a informação que, de facto, há Freguesias que recebem um subsídio ou uma subvenção de valor significativo e outras não recebem nada. Mas quem é que define aqui o critério de realização das Feiras? Se se realizam e se uns as dinamizam mais que outros, ainda bem que assim é, mas tem de haver um princípio de partida. Se este princípio de partida é discriminador, isto é a coisa mais fácil, há uma negociação por baixo da mesa, “tu toma lá 20, porque gosto de ti”, outro “toma lá 10”, outro “toma lá cinco” e “tu não levas nenhum, porque não és da minha cor”. Tem de haver um critério.

Aquilo que peço aqui, Senhor Presidente da Assembleia, é que este Executivo diga a esta Assembleia qual é o critério de atribuição das subvenções para Feiras nas Freguesias e quanto atribuiu no decorrer do ano de 2019?

Chegou também ao conhecimento que a forma de atribuir os subsídios para as Festas das Freguesias, a Câmara não teve mecanismo legal para o fazer. Estas situações por vezes acontecem. Sou favorável à atribuição de subsídios para as Festas das Freguesias, atribuíam mais. Agora, uma coisa é certa. Se queremos a legalidade na nossa casa e se temos que o fazer por força do imperativo legal, temos que dizer ao outro que está também sujeito a ele. Nós, Câmara Municipal, transferimos para a Junta de Freguesia e a Junta de Freguesia que se desenrasque. Então se é ilegal da Câmara Municipal, não é também ilegal da Junta de Freguesia? Ou irregular, tudo bem, mas não havendo número de pessoa coletiva, não havendo uma coletividade constituída legalmente, não me parece que haja grande margem de manobra para que se atribuisse.

Para finalizar, Senhor Presidente, é uma situação que me é muito cara e porque foi uma obra que iniciei e não acabei na minha Freguesia, em Valbom Pitez, foi uma obra lançada para a remodelação da rede de água na anexa de Valbom Pitez. Com essa remodelação foi também o levantamento de toda a calçada e a reposição da calçada depois da reposição da rede de água.

É sabido pelos documentos/relatórios técnicos da Câmara Municipal e também por denúncia minha, na altura, que esta cota da calçada em alguns sítios sofreu um aumento de 10, 12 e 15 cm. O que é que isto causou? Causou que a água, em tempo de cheias, entre para casa às pessoas. A água continua a entrar para casa às pessoas. Eu, como Presidente da Junta na altura, denunciei o caso à Câmara Municipal, a Câmara Municipal produziu documentos/relatórios técnicos, que existem, de que a obra não foi executada devidamente e que aquilo teria que ser levantado e tinha que ser reposta a cota inicial.

A minha questão, muito objetiva, é: O que é que foi feito a estes relatórios e a estes pareceres técnicos? Foi feita alguma *démarche* para que a verdade fosse reposta, ou seja, a cota inicial fosse reposta? Houve pagamentos à dita Empresa, mesmo que a obra não tenha sido dada tecnicamente como concluída?

Eram estas as questões em que gostaria de ser esclarecido, Senhor Presidente.

Renovo os votos de Boas Festas para todos.

----- O Senhor Secretário da Junta de Freguesia de Vale de Telhas *HÉLDER CASTELO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

“Nesta Sessão Extraordinária dedicada exclusivamente às Freguesias, muito nos alegra a todos estes temas aqui debatidos!

Vejam bem aquilo que se conquistou nos últimos 2 anos, neste Mandato do Partido Socialista...

Mas a minha intervenção prende-se com um agradecimento que a Junta de Freguesia de Vale de Telhas pretende fazer, bem como um pedido a este Executivo.

Vale de Telhas conseguiu em abril do corrente ano “destacou-se” com o Evento “Serrar a Belha”...



... uma vez mais agradecemos a este Executivo da Câmara Municipal a confiança depositada no Executivo da Junta de Freguesia de Vale de Telhas na preparação o evento. Sem o apoio financeiro não teria sido possível aquele feito de juntar milhares de pessoas na aldeia e no concelho.

A Junta de Freguesia pretende pedir a este Executivo que não deixe de apoiar este Evento e nos ajude a materializar e a preparar um trabalho de desenvolvimento sustentável que possa permitir a qualidade e o crescimento que o Evento deve ter.

Como sabem, o “Serrar da Belha” insere-se na celebração do Solstício de Inverno e pode muito bem conseguir, com trabalho e o vosso apoio, chegar mais longe...!

À semelhança do trabalho que os Caretos de Podence tiveram com o reconhecimento de Património Imaterial da Humanidade pela Unesco, aproveitando para Felicitar os Caretos de Podence...!

Eles acreditaram e Conseguiram - Muitos Parabéns.

Senhora Presidente, nós também acreditamos e temos vontade de crescer, ajude-nos a trilhar este Caminho!

Nós também acreditamos que é possível fazer mais e melhor e que o “Serrar a Belha” poderá ser no concelho, única e premiada também.”

Boas Festas.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvites *EURICO CARRAPATOSO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

A minha primeira palavra é relativa ao Jantar de Natal que houve no dia 13 de dezembro, sexta-feira. Repito aqui o que disse no final da refeição e reitero o que disse. Efetivamente em boa hora concorri a Presidente de Junta da Freguesia de Alvites, em boa hora fui eleito, porque é um privilégio ser vosso colega de Bancada, ser vosso colega Deputado Municipal, o relacionamento com o Executivo, o relacionamento com a Mesa, por isso, sinto-me um privilegiado por estar aqui sentado junto de vós.

O jantar tinha como mote o convívio entre Presidentes de Junta, mas aquilo que presidiu à minha escolha foi considerar uma espécie de família autárquica. Não cabemos lá todos, com pena minha, senão o convite teria sido feito a todos. Aquilo que pretendi foi que estivesse lá, nesse jantar, os Senhores Presidentes de Junta e quem se relaciona com os Senhores Presidentes de Junta, como o Executivo, os Vereadores sem Pelouro, a Mesa da Assembleia, porque pelo menos por cinco vezes por ano aqui nos reunimos, os Membros dos Gabinetes do Executivo e não foram os Chefes de Divisão. Havia mais gente para convidar, não apareceram os convidados todos e não seria possível convidar toda a gente que se queria lá presente. Fomos os que estivemos, agradeço a todos os que estiveram e tenho pena por aqueles que não puderam estar presentes.

Quero dar uma palavra especial ao nosso Presidente da Assembleia Municipal. Não concordo com aquilo que diz o meu colega e muito amigo, Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa, *Paulo Pontes*. Acho que o Senhor Presidente em muito contribui para dignificar esta Assembleia. É uma pessoa cordata, conciliadora, tolerante e se há coisa que não lhe podem assacar aqui é a sua parcialidade. Aliás, até repito isto com colegas meus lá fora, é muito mais severo com os seus colegas de Bancada, são várias as vezes em que, por exemplo, o Senhor Deputado *Agostinho Beça* vai para falar e o Senhor Presidente com muita mais facilidade lhe diz “sente-se” do que diz “sente-se” a um colega de Bancada do PSD. Por isso, sem dúvida que a sua imparcialidade é inquestionável.

Agora, uma crítica já fiz e penso-a. Por vezes, o Senhor Presidente comenta algumas intervenções que são feitas. Aí acho que é um espírito voluntarista da sua parte e, por norma, só comenta quando concorda e quando acha que é de fazer algum tipo de realce à intervenção que foi feita. Contudo, neste caso até concordo que não seja posição da Mesa comentar as intervenções que são feitas, mas isto não belisca em nada a apreciação que faço do desempenho da sua função. Não conheci o Dr. *José Manuel Pavão*, não sei como funcionavam as outras Mesas, mas uma coisa lhe garanto, sou um fã da sua postura enquanto Presidente da Assembleia Municipal.

A Mesa da Assembleia Municipal não é refém do comportamento dos Senhores Deputados Municipais. É óbvio, e, por isso, também é de apreciar a sua postura, que não vai forçar ninguém, mas não é bem assim. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal é a autoridade máxima desta Mesa e quando o Senhor Presidente retira a palavra a pessoa tem de retirar a palavra, porque senão estamos perante um crime de desobediência. Mais, se reiteradamente faltarem ao respeito quando o Senhor Presidente retira a palavra, isso também é uma forma de injúria qualificada, porque neste caso é no exercício de funções, pois este é um Órgão Autárquico e tratar-se-ia de um crime de injúrias agravado, por isso, a Mesa não é refém de ninguém. A Mesa é que por bondade para com os que cá estão não adota uma postura mais severa, partindo do pressuposto de que as pessoas têm capacidade de se corrigir e de se refrear nas intervenções.

Mesmo uma alteração no Regulamento que considerasse: “em caso de desobediência à retirada da palavra é aplicável uma coima”. Nada impede uma alteração do Regimento nesse sentido, por isso, não concordo que a Mesa seja refém. Aliás, eu se fosse a Mesa o que fazia era, na concordância com a Assembleia, propor uma alteração ao Regimento que prevenisse esse tipo de situações e digo, por muito que melindre os visados por comportamentos desse género, tenho quase a certeza absoluta que uma proposta de alteração desse género contaria com o apoio de todos.

Isto para dizer o quê? As nossas Assembleias são longas, ainda bem que o são. Perde-se tempo em questiúnculas, perde-se, mas quando oiço dizer que é uma vergonha que em Mirandela as Sessões de Assembleia duram de manhã até à noite e que, por exemplo, em Braga só demoram uma tarde, pena para os de Braga. Só deve ser um motivo de orgulho para o Concelho de Mirandela debater-se exaustivamente e dar-se a palavra exaustivamente a quem queira vir ao palanque e abordar as questões. Ainda bem que assim é. Mais concelhos deviam seguir o nosso exemplo. Aliás, ainda gostava de saber quantos concelhos preveem e deliberam, no sentido de permitir, que seja realizada uma Sessão de Assembleia Extraordinária para debater assuntos das Freguesias. Não hão de haver tantas quanto isso. Este é um motivo de nos congratularmos com esse facto e não o contrário.

Feito este introito, fazer um balanço do Protocolo. O Protocolo na nossa Freguesia, bem como para todas, é um balão de oxigénio. Podemos ter uma colaboradora, temos os caminhos arrançados, a Câmara nunca mais se preocupou em limpar as bermas das estradas, porque é a Junta que o faz. Pode-se fazer mais? É preciso mais dinheiro? Claro que é. Há muito mais para fazer,

*[Handwritten initials and marks]*

intervenções mais profundas, como referiu o Senhor Deputado *Rui Sá* e isso só se conseguem com mais dinheiro. Nem é tanto a intervenção de Técnicos especializados, é mais dinheiro para poder fazer intervenção técnica que é requerida, porque fica muito dispendioso e nem todos têm essa bolsa. Contudo, efetivamente o Protocolo veio em boa hora, mas acho que deve haver a correção dos critérios de acordo com as necessidades que forem reportadas pelas Freguesias.

Concordo que haja apoios a Festas, a Feiras e a tudo quanto é iniciativa, já o disse, mas as prioridades devem ser prioridades. Creio que na Freguesia de Alvites quando tem uma aldeia, como é Lamas de Cavallo, que só tem 1/3 das ruas calçadas, há de haver um critério que faça com que o Executivo na hora de fazer uma determinada iniciativa pondere que há ali uma aldeia que só tem 1/3 das ruas calçadas. Se vai construir um pavilhão quando há uma rua que não está calçada, acho que de se fazer uma espécie de priorização das intervenções que estão a ser realizadas, mas isso é uma escolha política.

Relativamente à bolsa de materiais, quero colocar uma questão. A bolsa de materiais também foi uma excelente ideia, porque nos permite fazer, pelo menos, uma obra por ano. Uma intervenção profunda não, mas permite fazer uma obra por ano. A questão que quero colocar é: Como o Executivo consegue preços mais competitivos, porque são compras em grandes quantidades - por exemplo, eu vou requerer os 5 mil euros em materiais para fazer um determinado calcetamento, mas os 5 mil euros em materiais não são suficientes para acautelar o custo total dessa obra em termos de materiais. Imaginando: no início do ano preciso de uma certa quantidade de banheiras de paralelo, de uma certa quantidade de saibro, mas é pagamento que a Junta vai fazer - é possível a uma Junta de Freguesia aproveitar o preço que a Câmara consegue obter por comprar em grande escala? É possível a Junta também poder associar-se à Câmara na compra desses materiais? Isto porque são 30 Freguesias, todas a negociar as banheiras de paralelo, mas se as 30 fizerem todos os pedidos de material associado à Câmara, acredito que há um ganho de poupança que não assim tão pequeno quanto isso.

Em relação ao GAM Móvel, só fazer um apontamento. Talvez não fosse má ideia, até para isto se tornar numa prática reiterada de ser no mesmo dia em cada Freguesia. As pessoas saberem que um determinado dia é o dia de Alvites e outro dia ser, por exemplo, o dia de Vale de Lagoa. Isto porque uma vez no dia 15 e outras vezes ser no dia 16 e termos de publicar o cartaz com uma semana ou duas de antecedência, as pessoas não sabem quando vai lá o GAM Móvel e há coisas que poderiam resolver e não resolvem, porque não sabem quando vai estar na Freguesia. Acho que se fosse marcado um dia específico para o GAM Móvel ir a determinada Freguesia, as pessoas já saberia que aquele dia específico é o dia para aquela Freguesia. Podiam esquecer-se no primeiro mês, mas no segundo ou terceiro mês até mesmo nós, Presidentes de Junta, não teríamos de andar a colar o cartaz “Balcão Móvel - mês de Janeiro”. Assim já saberiam, por exemplo, que em janeiro às 10 horas, no dia 15 é quando o GAM Móvel lá está. Isso tirar-nos-ia mais uma preocupação.

Quanto ao Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia, também não me canso de louvar a colaboradora *Sónia Mota*. Acho que é um elemento de mais-valia como apoio ao Executivo, só que se não for dada maior autonomia ao Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia, o que a *Sónia Mota* representa, no fundo, é uma bolha actimel/um escudo para os Membros do Executivo, porque os Senhores Presidentes de Junta fazem os pedidos diretamente aos Senhores Vereadores e terem de responder perante estes, temos de fazer o pedido à *Sónia Mota* e esperar pela resposta dos Senhores Vereadores. Por isso, acho que se o Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia tivesse mais autonomia mesmo nas respostas que são dadas no acompanhamento dos ofícios que são submetidos, ganhávamos em termos da criação dessa entidade. Não sendo assim, não passa de um escudo à Vereação e de um atropelo burocrático, porque em vez de pedirmos diretamente aos Senhores Vereadores, estamos a pedir primeiro à colaboradora. É uma “relação triangular” sem um objetivo definido.

Quanto ao penúltimo tópico, já disse isto três vezes, isto não é uma queixa, é uma proposta Senhora Presidente. Acho que a criação de um Gabinete de Apoio a Candidaturas a Projetos faria todo o sentido, porque de certeza que para as Associações Desportivas, para as Zonas de Caça, para as Freguesias e para as Comissões Fabriqueiras há todos os anos candidaturas a que se podem propor e não o fazem, porque não têm meios de o fazer. Se fosse criado um Gabinete de Apoio a Candidaturas, por ano eu pediria, seguramente, três ou quatro vezes apoio para a preparação e submissão de uma candidatura. Não sendo criado esse do grupo é uma pena, porque são a impotência a alguns centenas de milhares, senão milhões de euros que deixam de ser investidos na região e que o Município poupava esse rendimento.

A última questão é só para os Senhores Presidentes de Junta. Está a correr este ano e até maio o recenseamento agrícola nacional. Eu estava para fazer parte desse grupo de entrevistadores. São entre 15 a 17 entrevistadores no Concelho de Mirandela que se têm de apresentar com um cartão identificativo que assegure que são os entrevistadores do INE - Instituto Nacional de Estatística e, em princípio, vão falar com os Senhores Presidentes de Junta, porque precisam de entrar em contacto com os exploradores das diversas explorações agrícolas. Não é tarefa fácil, é tarefa ingrata, vamos entrar no inverno, as pessoas durante o dia trabalham, ao fim-de-semana trabalham para si e os entrevistadores não têm como fazer esse trabalho bem feito. Por isso, deixava aqui dois reptos aos Senhores Presidentes de Junta. Dar o apoio que for possível a esses entrevistadores e junto da população alertá-los de que só aqueles entrevistadores é que estão autorizados a fazê-lo, porque há perigo de burlas nestas alturas quando há eventos à escala nacional.

Boas Festas a todos e Bom Ano.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela *VÍTOR CORREIA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Começo a minha intervenção congratulando-me com a qualidade das intervenções dos Membros desta Assembleia que passaram por aqui. Todas elas de uma forma muito correta, assertiva, com assuntos muito pertinentes e comuns a todos nós. Os meus sinceros parabéns por isso.

Foi aqui referido, vou começar por este ponto, porque é do âmbito de todos os Senhores Presidente de Junta. Vai ser reforçada em 2020 uma verba proveniente do Fundo de Financiamento das Freguesias, cuja ANAFRE - Associação Nacional de Freguesias teve um papel muito importante. Este ano essa verba suplementar vai ser duplicada. Todas as Freguesias vão passar a receber 5.580,00 € e gostava que pensassem muito sobre este assunto, porque a ANAFRE teve aqui um papel determinante para que isto fosse conseguido. Faça parte da Delegação Distrital da ANAFRE e é com muita tristeza que na última reunião verifiquei que as Juntas de

*[Handwritten initials and marks]*

Freguesia de Mirandela estão representadas na ANAFRE com um número bastante baixo. O convite que vos fazia era que procurássemos todos aderir a esta Associação que muito tem feito em prol das Freguesias. Brevemente, no ano 2020, vai-vos ser endereçado um convite para estarmos presentes numa reunião onde possamos debater estes assuntos. Acho que faz todo o sentido. Não estou a fazer campanha pela ANAFRE, estou a fazer campanha pelas Freguesias que é para isso que aqui estamos.

Feito este introito, começava por dar os parabéns ao Executivo da Câmara Municipal. Vamos no terceiro Natal e quando cheguei aqui pela primeira vez, pelo menos no meu caso, pois este é o meu primeiro Mandado, verifiquei que a forma como os Cabazes de Natal eram feitos e eram distribuídos, havia alguma anarquia. Várias Entidades faziam Cabazes de Natal e faziam distribuição de Cabazes de Natal. Neste momento, através da Ação Social, do CLAS - Conselho Local de Ação Social, conseguiu-se que as várias Entidades se agregassem e que a distribuição fosse feita. Portanto, fazem os Cabazes de Natal e distribuem pelas Juntas de Freguesia. Há alguns Senhores Presidentes que não querem que sejam as Juntas a fazê-lo, mas no que diz respeito à Junta de Freguesia de Mirandela, não tenho problema nenhum em fazê-lo e assumir qualquer ónus que daí venha. O que importa realçar é a forma como este Grupo de Ação Social se organizou e fez chegar esses cabazes às Juntas de Freguesia de todo o concelho. Sinceros parabéns.

Quanto ao balanço do Protocolo, dizer o seguinte. No ano passado, em jeito de brincadeira ou não, como sabem, a Junta de Freguesia de Mirandela apenas recebe 25 % do valor do FEF e os outros 25 % disseram que tinham ido para a Freguesia de Torre de Dona Chama, de onde é natural a minha esposa, e que seria uma benesse da Junta de Freguesia de Mirandela por esse efeito. Não é verdade, não tem nada a ver. A Junta de Freguesia de Mirandela negociou com a Senhora Presidente e o Senhor Vereador esta possibilidade, simplesmente por ter a particularidade de ser sede de concelho e haver alguns trabalhos que são feitos, estavam inerentes à cedência dessa verba, que são feitos pela Câmara Municipal. No entanto, ficou muito claro que tudo o que fossem obras estruturantes o Município iria assumir. Assim tem feito e espero que continue a fazer.

Desta forma, relativamente à questão do balanço do Protocolo, para 2020 estamos com um pequeno problema. Estamos com um pequeno problema fruto do quê? Não vai chegar para recuperar a verba que tínhamos em 2019, não vai chegar este Fundo de Financiamento das Freguesias, porque temos uma perda de receita via abaixamento da taxa de IMI e via esta Lei, que ainda está um pouco por esclarecer, das licenças dos caniços. Estas duas formas de Financiamento da Freguesia não cair substancialmente, daí vemos as nossas receitas baixar por isso. É um assunto que chamo a atenção para quando estivermos a conversar no que diz respeito à transferência de competências. As reuniões têm de ser realizadas até dia 31 de março e as transferências têm de ser comunicadas até 30 de junho. Esperamos nessa altura que tudo isto esteja esclarecido.

Também enaltecer aqui o trabalho muito assertivo do Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia. É verdade o que disse o Senhor Presidente de Junta *Eurico Carrapatoso*. A colaboradora *Sónia Mota* é um escudo/uma grande almofada para a Vereação e para a Presidência, mas não deixa de ter grande importância para nós, porque é uma pessoa que está sempre presente, que nos liga a qualquer hora, que resolve e tem resolvido. Tem melhorado, não estamos na situação perfeita, não há nada perfeito, mas tem melhorado muito as suas respostas, fruto da sua envolvimento e da sua capacidade. É alguém que está sempre com as Juntas de Freguesia. Obrigado por isso, sendo extensível ao Executivo que lhe dá esse poder, embora devesse ter mais poder e mais autonomia.

Uma palavra muito especial para aquilo que é o trabalho da Proteção Civil. Ainda ontem foi prova disso mesmo, com as respostas, rápidas, eficazes e muito prontas. Ao sair daqui depois da Sessão de Assembleia que tivemos, estava a preparar-me para jantar e aconteceu um telefonema vindo de uma anexa nossa a comunicar um desabamento de terra. Rapidamente se comunicou à Proteção Civil e à PSP. Passado meia hora estávamos todos no “Teatro de Operações”, como assim se diz, a resolver o problema que posteriormente ficou resolvido. Isto dá-nos muita força para continuarmos este trabalho de proximidade das nossas populações. Obrigado também à Proteção Civil.

Quero chamar a atenção para o facto de sermos a Junta de Freguesia da sede de concelho e temos três anexas: Vale de Madeiro, Bronceda e Freixedinha. Qualquer uma destas três carece dos mesmos problemas ou de mais problemas que muitas das outras Freguesias que não são de sede de concelho. Aqui temos o caso da Bronceda que apesar de estar a 4 ou 5 km da cidade ainda não tem o seu saneamento básico concretizado. Espero que durante o ano de 2020 ou até ao final deste Mandato seja concluído, conforme temos isso alinhavado. Espero que isso seja uma realidade. Assim como espero que seja uma realidade a conclusão do calcetamento de todas as ruas da anexa de Vale de Madeiro, assim como da Freixedinha. Isto não é uma medida de forma nenhuma eleitoralista, como algumas pessoas podem dizer, porque não há lá votos. A verdade é que não há lá votos, representam 5 %, nem isso, dos votos da Freguesia de Mirandela, mas estamos preocupados com elas e estamos preocupados com as pessoas e com a sua qualidade de vida. Não estamos preocupados com mais nada que não seja isso. Temos que olhar para isto dessa forma.

Também, dizer, porque nem tudo são rosas, que temos um problema para resolver do acesso ao cemitério de Golfeiras. De facto, quer o seu acesso, quer a envolvente carece que seja olhada com outros olhos. Não me vou alongar mais, é apenas para recordar que temos de continuar a conversar sobre este assunto. Assim como o Bairro Vale de Cerdeira que continua ainda com aquele pavimento irregular e com necessidade de intervenção.

Agradecer, também, a melhoria que se tem verificado por toda a Freguesia em termos de iluminação, mas ainda se manifesta insuficiente. Se verificarmos o pedaço de estrada entre Mirandela e Bronceda, parece-me que ao longo da estrada, até para as habitações e há ali um problema social agravado, que deveria haver iluminação completa ao longo dessa estrada. Nos dias de nevoeiro torna-se muito perigoso.

Outra preocupação da nossa Freguesia, já foi aqui mencionada ontem, é relativamente à quantidade de cães vadios que estão a transitar pela nossa cidade. Naturalmente que tem muito a ver com a forma de estar das pessoas. Isto é um problema de cidadania e que algumas pessoas ainda não assumiram que ao ter um animal têm de tratá-lo com toda a dignidade. Tratá-lo com dignidade não é sair de casa, levá-lo à rua e “já está”. Portanto, tem de haver esse trabalho de divulgação e sensibilização. A Junta de Freguesia tem essa competência, teremos de o fazer também e é importante que isso seja feito.

Quanto às taxas das Fogueira de Natal aqui abordadas, congratulo-me e agradeço muito o facto do Município, no seu Executivo, ter informado as Juntas de Freguesia que é uma disposição legal, a Lei não é de agora, não foi este Executivo que inventou a Lei. Ao permitirmos que isso acontecesse, estávamos a incorrer numa contraordenação. É melhor pagar 10,00 € do que sofrer a

*[Handwritten initials and marks]*

contraordenação. Aquilo que digo é obrigado pelo alerta, como outros alertas sobre legalidades e aspetos legais que nos têm feito chegar muito via Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia.

Queria destacar, também, aqui um evento que terá passado, ou não, ao largo de algumas pessoas, mas as pessoas mais atentas verificaram que em frente à atual sede da Junta de Freguesia foi inaugurada a estátua de São Tiago. Gostava que as pessoas percebessem que a estátua de São Tiago existe ali, porque ali é a Rua de São Tiago, há uma tradição muito própria e não é por acaso que dia 25 de julho se celebra o de São Tiago e se dá início às Festas da Nossa Senhora do Amparo, nossa padroeira. O que está a ser feito em volta de São Tiago é um trabalho mais profundo àquele que se possa fazer. Está a ser feito um trabalho, o qual agradeço a colaboração, nós apenas fomos mentores desta ideia, mas sem o Município, sem o seu Executivo não conseguimos fazer isto. Prevemos que possa ser ali um ponto de interesse e colocar Mirandela, em termos de georreferenciação, no Mapa dos Caminhos de Portugal e isto, como alguém nos dizia muito entusiasmado, seria um grande passo em termos turísticos.

Passos em termos turístico, porquê? Hoje os Caminhos de Santiago são uma referência a nível mundial e podemos ver isso não sob o ponto de vista religioso, mas sob todos os pontos de vista. É um caminho que se faz, onde as pessoas vão procurar algum conhecimento de si próprio, entre outras situações. De facto, a procura desses caminhos é uma realidade e partindo daqui, com esta nova estruturação que se prevê no Turismo para Mirandela, podíamos ter gente dos Estados Unidos, porque vêm dos Estados Unidos fazer o caminho de Santiago pelo litoral, virem de comboio ou de barco até ao Tua, seguirem no seu comboio - que vai existir, vai ser uma realidade - e virem fazer o caminho a partir de Mirandela. Isto naturalmente vai trazer à cidade, se conseguirmos isso e está bem encaminhado, uma mais-valia em termos de Turismo e as pessoas têm de estar todas preparadas para isso.

Deixar, então, aqui esta nota de que aquela estátua de São Tiago pode ter uma mais-valia que muitas das pessoas ainda não conseguiram perceber.

Gostava, também, de salientar aqui esta minha experiência como Presidente de Junta. Estamos mais ou menos a meio do segundo ano e tem sido uma experiência francamente positiva. Não tinha experiência nenhuma, mas sei olhar, sei observar e perceber que estou na presença e rodeado de outros Senhores Presidentes de Junta com grande capacidade de trabalho. Destaco aqui eventos de todas as Freguesias com muita qualidade e especial destaque. Destaque só porque são novidade, as Lamas de Orelhão e Vale de Telhas, mas não deixar de fora as Feiras do Franco, Suções, Avidagos, Frechas, Mascarenhas. Todos têm eventos de grande qualidade com quem tenho observado e aprendido muito.

Gosto muito de ser Presidente de Junta. Ao fim destes dois anos não sabia se algum dia iria poder dizer isto, mas estou a gostar da experiência.

Para concluir, de um modo geral, quero agradecer o bom trabalho deste Executivo. Voltando à questão do balanço do Protocolo, quando tenho contactos, tenho muitos, sobretudo a nível do nosso Distrito de Bragança, contacto com muita gente fruto da minha atividade profissional principal, quando trocamos experiências e eu digo qual é a forma de trabalharmos com a Câmara Municipal, de uma forma geral, todos dizem “vocês são uns sortudos, porque aqui nas nossas Freguesias não temos nada disso”. Portanto, parabéns por isso.

Desejo a todos um Bom Natal.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira *ARMÉNIO VAZ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Não vou aqui falar de obras, porque as obras estão a ser negociadas com o Executivo e não tenho problemas em dizer que espero que cheguem a bom porto.

“Hoje decidi trazer este assunto, porque na verdade é um assunto que a todos deve preocupar, que é a desertificação das nossas aldeias.

Eu, como Presidente da União de Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira/Carvalho e Palorca, não me posso queixar muito, visto que ainda temos muitas crianças tanto no primeiro ciclo, como no infantário.

Isto deve-se aos excelentes empresários que temos e que souberam criar emprego, para que os jovens se tenham fixado nesta União de Freguesias.

Mas infelizmente nem todos, como sabemos, podem dizer o mesmo.

Estamos habituados a que todos os políticos encham a boca a falar sobre este tema, fingindo estarem muito preocupados. Mas na verdade, ao longo destes anos, nada se tem feito para contrariar esta tendência.

Por isso, sabemos que não podemos contar com o poder central, pois sabemos que estes estão mais preocupados com os grandes aglomerados populacionais.

A meu ver, também os diversos Executivos Camarários poderiam e deviam fazer mais e melhor para que esta tendência fosse combatida.

Senhora Presidente da Câmara, ainda estamos a tempo de fazer alguma coisa para contrariarmos o abandono das nossas aldeias e eu deixo-lhe aqui algumas sugestões.

Porque não incentivar quem queira construir nas aldeias, como por exemplo: Porque não a Câmara destacar um Arquiteto para fazer a planta dessas construções e oferecendo-a gratuitamente, bem como todas as despesas inerentes a estes processos?

Porque não a Câmara incentivar, com uma verba monetária, a todos os casais que tenham filhos na aldeia?

Porque é que não existe um incentivo a todos os empresários que se instalam nas aldeias e que criam vários postos de trabalho?

Pois é, a meu ver, acho que também os Executivos Camarários têm o dever de dar o exemplo, quem sabe se o poder central ao ver tais decisões, não começa a mudar de atitude com o interior do País.

Outro assunto que decidi trazer e que a meu ver a Câmara procedeu bem e tem cumprido é a verba que atribuiu a todas as Juntas de Freguesia.

Mas a meu ver, também aqui a Câmara, no próximo ano, pode e deve ir mais além, aumentando esta verba para valores mais atraentes.

Ficam assim as minhas sugestões e espero que este Executivo se debruce sobre elas.”

Bom Natal a todos, se possível com muitas prendas. Por acaso, pensava que o Executivo da Câmara hoje teria uma prenda para nós, mas quem sabe para o ano.

----- O Senhor Deputado Municipal *PEDRO BEATO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Vim ao palanque, porque sinto o mesmo que disse o Senhor Presidente da Junta de Alvites, *Eurico Carrapatoso*. Também quando estou aqui, tenho um prazer especial e esta sala também tem um significado muito especial. Primeiro, porque na Assembleia está o nosso concelho representado. Depois, porque temos ali três bandeiras que falam sobre a história do nosso País e também de Mirandela. Temos também a parte que diz respeito às nossas Festas de Inverno, já foram aqui focadas algumas e que estão simbolizadas no pinheiro.

Nestas minhas generalizações, gostava de dizer algo muito rápido. Esta região tem uma história muito longa. Falamos da pré-história, da proto-história e da romanização, estamos a falar de 4 mil anos antes de cristo, mas depois temos um caminho que está representado nas bandeiras. Lá está Mirandela ao lado da bandeira nacional e a bandeira nacional mostra-nos que no centro está um branco com azul, uma cruz num escudo, o que significa que este País foi feito com a luta entre a Igreja e o Poder Político e Militar. À volta tem os castelos, simboliza construir Portugal do Minho até ao Algarve e depois tem a diáspora - roda envolvente - que significa que nos espalhamos por todo o mundo.

Estou a dizer isto, porque Mirandela tem um tempo enorme, este concelho onde vivemos tem um tempo enorme. Neste momento, posso reduzi-lo a 6 mil anos. 6 mil anos é muito tempo e não podemos esquecer que quando estamos aqui, construímos o País e depois o caminho para a Comunidade Europeia.

Reparem que Mirandela tem um prazo político de quatro anos. Os Políticos estão quatro anos a governar, nos quatro anos seguintes podem ser outros. Aqui é necessário haver um certo cuidado, porque o tempo da nossa Terra, o tempo da nossa vida, o tempo da nossa história é muitíssimo mais que quatro anos. Isto é um desafio para a nossa preocupação como cidadãos que representam o concelho. Este é um aspeto muito importante.

No entanto, há outro aspeto que também considero muito importante, é a existência dos caminhos. Já referimos aqui várias vezes que o caminho faz-se caminhando. É verdade. Contudo, não se pode começar a fazer sem o primeiro passo, mas o caminho chega a um rio e tem de haver uma ponte. Não há caminhos sem pontes e é preciso saber construir pontes para falar com as pessoas que estão do outro lado. Isto é muito importante e faz parte das preocupações que todos nós temos nesta casa.

Gostava de dizer que ao longo de todo o tempo deste nosso espaço em que vivemos, 6 mil anos, há regiões que vão sendo organizadas naturalmente pelo clima, pela forma como as pessoas se relacionam, pela floresta, pela criação de gado, pela defesa, por todos estes aspetos que são importantes e o solo. Mirandela foi-se organizando. Quando olhamos para o nosso concelho, vemos que há espaços que se vão associando naturalmente ao longo da história. Já aqui houve Membros desta Assembleia que disseram em intervenções anteriores que uma Freguesia não vive sozinha, têm outras Freguesias à volta. Por exemplo, quando olhamos para a história do nosso concelho vemos que há microclimas, microrregiões, terras que com o tempo se foram associando umas às outras e onde vamos encontrar elementos da história comuns. Isto faz parte da história do nosso concelho e da história do que são hoje as Freguesias.

Vou dar exemplos muito curtos.

A Bacia do Tinhela-Tua: vamos encontrar os Avidagos, Abreiro, Barcel, Navalho. Terras que têm um historial comum nestes contextos que acabei de referir.

O Baixo Tuela: Torre de Dona Chama, Vale Pereiro, Vale de Telhas, Vale de Prados, Mascarenhas, Vale de Juncal, Valbom dos Figos.

O Baixo Rabaçal: Parte de Vale de Telhas, Bouça, Agueiras.

Serra dos Passos - Santa Comba: Franco, Passos, Suções, Pai Torto.

O Planalto da Serra da Assunção na Trindade: Caravelas.

A Depressão de Macedo: Vila Verdinho.

A Bacia de Mirandela: Frechas, São Pedro de Vale do Conde, Vila Verde, São Salvador, parte de Lamas de Orelhão, Marmelos, Suções, Romeu, Vale de Juncal, Abambres, Abreiro.

Baixo Azibo: Sabor, Paradela.

Estou a dizer isto, porque efetivamente ao longo da história há regiões que se foram organizando e que foram partilhando dificuldades que se foram encontrando. Acho que neste concelho isto tudo pode acontecer com naturalidade. Vejo a forma como todos aqui vieram falar, o empenho que todos têm e sobre isso não há a menor dúvida. Os Senhores Presidentes de Junta são exemplos de pessoas de trabalho, isso vejo em todas as Sessões de Assembleia e não tenho dúvida que a Câmara faz a mesma coisa, bem como a Mesa da Assembleia.

Quero aproveitar o pinheiro que está aqui exposto e o que ele simboliza nestas nostalgias e sensibilidades das Festas do Inverno para desejar Boas Festas a todos. Neste pinheiro falta no topo a estrela e a estrela simboliza o caminho que deve ser seguido, apesar das dificuldades que possam aparecer pelo meio.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOSÉ CARNEIRO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

*[Handwritten initials and marks]*

Hoje venho falar da Freguesia do Romeu, onde habito. Tenho muito gosto em lá morar, foi onde criei os meus filhos e é onde invisto o meu dinheiro.

É uma Freguesia que tem Turismo, deve ser olhada de um modo diferente, sobretudo no Romeu e em Vale de Couço, porque existe ali muito Turismo. No Romeu, porque tem a “Maria Rita” e sentimo-nos já um pouco colhidos do Museu, infelizmente, porque era visitado por muita gente. Em Vale de Couço, porque tem lá o Lar de Idosos, onde se tem entes queridos e onde vai muita gente visitá-los, tendo de ser olhados de forma diferente.

Temos as ruas do Romeu de cima com grandes depressões devido às obras que foram realizadas no saneamento. Os cubos foram abatidos, possivelmente, devido à má reposição. Devia ser olhado de forma diferente, porque toda a gente repara neste mau trânsito que ali se pratica. Há grandes depressões e causa problemas ao trânsito.

Em Vale de Couço temos um problema sério, porque coabita com o Quadraçal e este tem mato que pode provocar incêndios. Quando fazemos lá intervenções, temos a Rede Natura e somos confrontados, muitas vezes, com chatices. O ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e da Floresta contacta-nos a informar que não podemos fazer intervenções nos caminhos de acesso por aquele lado. Se houver um incendio na aldeia não tem por onde sair, a menos que se faça aquilo que já propusemos ao Município, isto é, um acesso - o Senhor Vice-Presidente *José Cunha* já tem conhecimento, já tivemos ocasião de lhe comunicar - pela Rua da Canelha. Ali a saída parece-me razoável. Eu próprio já forneci terreno para alargamento de caminhos, para ser feito esse acesso. Gostaríamos era que um dia a Senhora Presidente da Câmara ou o Executivo fosse visitar estes locais para se inteirar das situações que ali se vivem. Pensamos que não estamos a exigir aquilo que não é possível, gostaríamos era que tomassem conhecimento dos nossos problemas.

Em relação à Freguesia, é uma Freguesia que tem vida, tem cerca de 150 postos de trabalho criados na União de Freguesias e não queremos perdê-los. Queremos fazer com que ali se criem mais postos de trabalho e para isso não tenho dúvidas que o Executivo estará connosco, estará a pensar, de certa forma, como nós pensamos.

Relativamente ao Museu de Curiosidades, já me custa falar nisto, gostaria de sensibilizar a Senhora Presidente da Câmara. Sei que está um pouco como nós, não o fará só se não puder, porque é uma mais-valia não só para a Freguesia, mas para o concelho. É triste para nós, tenho as fotografias do espólio para entregar à Mesa e só de olhar para elas ficamos tristes. Um espólio daqueles desaparece e não pode ser visitado. Deixava aqui uma sensibilização nesse sentido para ver se levamos a bom porto a fixação do espólio, pelo menos, na aldeia do Romeu, naquele local ou num local muito próximo dali.

Desejo a todos Boas Festas e um Ano cheio de prosperidade.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Eu e o meu colega de Bancada decidimos dar o tempo todo aos Senhores Presidentes de Junta, uma vez que o debate é sobre as Juntas de Freguesia, mas resolvi pedir a palavra para fazer uma espécie de síntese/conclusão.

Deixo, assim, algumas notas breves.

Quanto à primeira nota, parece-me que não estou a ver aqui o canal NTV, que costuma estar presente e hoje não está. Pelo menos não vejo as filmagens. Possivelmente está presente para fazer a reportagem de outra forma, mas gostava de o ver também aqui hoje, porque a Sessão de hoje é sobre as Juntas de Freguesia e tinha toda a legitimidade e interesse informativo divulgar esta Sessão, uma vez que é rara a nível do País.

Segunda nota. Não há dúvida que também concordamos que este debate é positivo, pena que não fosse realizado antes do Orçamento, pelas razões já aqui referidas. Esta questão do Protocolo com as Juntas terá que ser melhorada, mas é visto que é positivo.

A terceira nota é em relação ao que disse o Senhor Presidente da Junta de Cedães, *António Martins*. Não é só dar dinheiro, as Juntas precisam de outro tipo de apoios, isto é, não se pode vincular só a este Protocolo, que já é muito positivo, mas é preciso esses apoios que já foram aqui referenciados.

Outra nota que acabamos por concluir é a demora incompreensível na resposta às solicitações das Juntas de Freguesia e a demora inqualificável na realização de reuniões com a Presidente do Executivo. Vamos dar o benefício da dúvida, sabemos que é novo, que em dois anos se está a “instalar a casa” e provavelmente a partir do próximo ano vai ter certamente mais algum tempo para isso.

Esta nota está ligada à anterior. Tem sido um problema de quase todos os Executivos. Penso que este Executivo tem de olhar muito para a comunicação. A comunicação é fundamental em qualquer Instituição, connosco próprios, mas entre o Executivo, os restantes órgãos e a população é fundamental.

No Orçamento está previsto o Boletim Municipal, espero que seja um dos veículos, mas, atenção, não pode ser uma agenda como aquela que era anteriormente que não se conseguia ler. Só realmente pessoas com uma capacidade visual muito boa é que conseguiam ler aquelas linhas tão pequenas. Portanto, era inútil o dinheiro que estava a ser gasto. Que seja um Boletim Municipal visível e que todos possam ser informados, assim como outros meios de comunicação.

Foi aqui falado que a Comunicação entre a Câmara, o Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia e depois às próprias Juntas, também me pareceu que transpareceu aqui como uma nota negativa e que tem de ser urgentemente intervencionada e melhorada.

Para terminar, realço um aspeto que acho muito importante e que todos às vezes se esquecem, mas está inserido neste contexto. É o facto de as Juntas de Freguesia virem aqui apresentar os seus problemas e, por vezes, apresentarem as suas realizações e as suas atividades, o que traz uma mais-valia importantíssima a nível Cultural. Porquê? Porque registo com agrado aspetos como, por exemplo, um pouco das histórias das Feiras como o Senhor Presidente da Junta de Mascarenhas aqui referiu. Registo com agrado a informação, por exemplo, do Pelourinho de Frechas em que é preciso intervir, não pode estar mal guardado, porque não tem outras instalações adequadas. É preciso coloca-lo no lugar, porque se Frechas foi um concelho antes de pertencer a Mirandela, porque é que não se coloca no devido lugar? Ou, por exemplo, a realização do Teatro na Fradizela e outros aspetos culturais que ficam registados na Ata desta Assembleia, que é um documento que passará a ser uma fonte para os estudiosos e para memória futura.

Desejo um Bom Natal e um Feliz Ano Novo a todos.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro Velho *CARLOS PIRES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Peço desculpa, esqueci-me de referir dois aspetos.

Não seria honesto da minha parte não falar do Protocolo. De facto, para nós foi uma lufada de ar fresco. Quem apenas entrou neste Mandato não imagina o que era antes e o depois com este Protocolo e com esta ajuda financeira da Câmara. Não tem nada a ver. É o ponto mais positivo deste Executivo.

Outro assunto que me esqueci de referir, é transversal a todas as Freguesias e penso que a Câmara se devia debruçar sobre isso, são as Escolas. As Escolas em degradação e a caírem na maior parte das aldeias. Penso que é um problema de São Pedro Velho e de todos os Senhores Presidentes de Junta. Já enviei fotos à Senhora Presidente, nomeadamente da Escola de Vila de Ouro. Penso que na maior parte das Freguesias tem-se encontrado solução, como Associações, Centros de Dia ou Casas Mortuárias. Nós lá estamos servidos nesse aspeto. Portanto, a Escola está lá, é um bom edifício a degradar-se e vai acabar por cair, porque penso que não há nenhuma Junta ou nenhuma Câmara que queira gastar 25 a 50 mil euros para estar ali aquele edifício sem ter serventia.

Neste caso, a Escola de Vilar de Ouro está a cair, já houve particulares que mostraram interesse em comprar, sei que isto não é hábito no Concelho de Mirandela, sei que mexe com muitos sentimentos das pessoas que passaram por lá, mas já está a acontecer muito no Concelho de Chaves. Estão a vender as Escolas, a leiloá-las para Turismo Rural e acho que deveríamos pensar seriamente nisso no Concelho de Mirandela. Penso que é preferível dar-lhes aproveitamento, nem que seja um particular, do que estar a vê-las cair e a degradar-se. Custa-me bastante ver a nossa Escola em São Pedro Velho, são duas salas, uma extensão em frente que podia ter muito aproveitamento, é aberta uma vez de dois em dois anos ou de três em três anos para as eleições. Continuamos a realizar lá as eleições precisamente para abrir a Escola nesse dia, pois a lógica seria na Junta.

Penso que o Executivo se devia debruçar sobre isto, pois é um problema transversal a todas as Juntas.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *PAULO PONTES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Peço desculpa, mas acho que é de importância superior referir estes pontos, pois esgotei, de facto, o meu tempo de intervenção com outro assunto.

Não sei se isto acontece só a nível das Uniões de Freguesias, se é só a nível da minha União de Freguesias ou se é a nível das Juntas de Freguesia.

Fala-se muito em desertificação e o que fazer. Há aqui testemunhas, há 20 anos que ando a dizer que isto é premeditado, isto é intencional. Não é deste Governo, não é do anterior, é de todos os Governos. Agora, está-se a verificar mais uma situação principalmente em Vila Boa, por isso é que digo que não sei se nas outras Uniões de Freguesia se verifica o mesmo, que cada vez que uma pessoa vai renovar o Cartão de Cidadão deixa de poder votar em Vila Boa e é inscrito automaticamente no Franco. De forma indireta o que é que estamos a fazer? Sei que isto não tem nada a ver com a Câmara. O que estamos a fazer a nível do recenseamento, estamos a eliminar Vila Boa. Isto é inacreditável, mas podem verificar. Não sei se a nível das outras Freguesias acontece a mesma coisa.

Ainda por causa da desertificação, também não terá diretamente a ver com a Câmara, mas terá a ver com a falta de vontade do Município, deste e de todos os que passaram. Para mim é incompreensível, falamos mais uma vez em desertificação, em que sempre que há necessidade de fazer Habitação Social, a Habitação Social é feita em Mirandela. O que é que acontece? Temos que deslocar alguns dos habitantes do Franco e de todas as outras Freguesias - como já aconteceu, isso é facilmente comprovado e provado - que deixaram de viver no Franco, em Vila Boa ou em outra Freguesia para terem de vir para Mirandela. Não sei porque é que essa Habitação Social não há de ser construída nas Freguesias, não estou a falar na União de Freguesias de Franco e Vila Boa em particular, que dela necessitam?

Outra questão ainda. Isto são questões de base e estruturais. Andamos aqui a falar de Protocolos e muito bem, até porque teve origem nesse mesmo Protocolo, a questão das Zonas Industriais. Mais uma vez, não sei se Mirandela já está ou se vai a alargar a Zona Industrial, havia um projeto. Não sei porque é que tem só de haver uma Zona Industrial em Mirandela. Porque é que não deveria haver Mini Zonas Industriais nas diversas Freguesias? Porque é que na Freguesia do Franco e Vila Boa que tem um nó de acesso, como tem Lamas de Orelhão e outras Freguesias, porque é que oficialmente não deveria ser criada ali uma Mini Zona Industrial? Assim fazia-se com que a população se fixasse.

Sei que os Protocolos até agora foram a melhor coisa que nos aconteceu, mas havia mais coisas e muito mais importantes que deveriam acontecer e que não acontecem.

Relativamente à Feira do Franco, nada tenho a dizer em relação à Feira. Quando as coisas correm bem, independentemente de haver muita ou pouca gente, a Senhora Presidente e a Senhora Vereadora devem ter tido oportunidade de ouvir que este ano a Feira correu bem e correu muito bem, porquê? Porque teve as condições no local para que a mesma pudesse acontecer, até porque a Feira acontece sempre em dezembro e em dezembro temos instabilidade temporal. Como aconteceu este ano, se lá forem montadas as tendas, de certeza absoluta, e já poderia estar a correr muitíssimo melhor se essa iniciativa tivesse sido tomada desde a primeira edição.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Terminadas as intervenções, antes de passar a palavra à Senhora Presidente, deixai-me referir que hoje, durante o período da manhã, estivemos perante um novo tipo de trabalhos, trabalhos altamente responsáveis, falando sobre os problemas das nossas Freguesias. Esta Assembleia, como ficou provado, aproveita bem e de uma forma exaustiva este tipo de Sessão. Durante a tarde vamos abordar um tema completamente diferente daquele que é usual, mas não menos importante, dado conter informações que deveremos ouvir com atenção, para posteriormente avaliarmos com correção. Contudo e voltando ao debate que agora terminou, direi que senti por parte dos nossos Presidentes de Junta uma vivacidade, responsabilidade e entusiasmo fora de série ao debater

*[Handwritten initials and marks]*

sobre os seus constrangimentos e insatisfações. Vê-se pela forma emotiva como o fizeram, o quanto prezam as Freguesias que estão a governar.

Direi mais. Esta Assembleia que é composta por 31 elementos eleitos por sufrágio direto, mais 30 Presidentes de Junta que a estes se juntaram por inerência, falaram a uma só voz, de forma solidária e empenhada num raro momento de alta qualidade no debate.

Para terminar e também porque não gosto de deixar determinadas coisas na penumbra, quero comentar as manifestadas opiniões sobre a Mesa, começando desde já por dizer que as respeito integralmente, quer concorde ou não, pois entendo que a livre expressão de opinião faz parte da democracia. As opiniões de cada um valem pela interpretação que o plenário no seu todo e em perfeito juízo saberá naturalmente fazer. Aliás, até agradeço a frontalidade como são colocadas essas mesmas opiniões, apesar das inverdades. Quanto às opiniões negativas, tiraremos as ilações que devemos tirar e delas registaremos o que se deverá ou não mudar. Quanto às positivas, que confesso são muitas vezes o motor que nos dá força para trabalhar, terão sempre da nossa parte uma especial atenção e um redobrar da nossa responsabilidade.

De qualquer modo, quero agradecer aos dois Senhores Presidentes de Junta que interpelaram diretamente a Mesa. Senhor Presidente de Junta *Paulo Pontes* e Senhor Presidente de Junta *Eurico Carrapatoso*, o meu muito obrigado, na certeza de que vamos refletir sobre aquilo que disseram, vamos tomar devida nota, com o intuito único e exclusivo de sempre que possível melhorar, para melhor servir esta Assembleia.

Muito obrigado. Passo a palavra à Senhora Presidente da Câmara.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

A minha intervenção vai ter duas partes. A primeira com uma intervenção que escrevi para vocês e a segunda parte com a resposta resumida às questões que foram levantadas, apesar de considerar que das 22 intervenções, muito há que dizer. Tenho 30 páginas escritas das notas que fomos recolhendo ao longo desta manhã, muitas notas importantes.

Começo por agradecer a participação de todos que julgaram oportuno participar nesta Sessão Extraordinária de Assembleia Municipal dedicada às Juntas de Freguesia. Julgo até que são todas dedicadas às Juntas de Freguesia, mas esta é, em particular, realizada com atenção à realidade e às mudanças que atualmente estão a ocorrer a nível de Juntas de Freguesia.

Agradecer a todos, em particular aos Senhores Presidentes de Junta Freguesia e Uniões de Freguesia que têm demonstrado capacidade de intervenção e que têm adotado uma postura democrática e política nesta Assembleia.

“Citando *Garrett* vos afirmo, tal como ele, que *“este é um século democrático: tudo o que se fizer há de ser pelo povo e com o povo e para o povo, ou então não se faz...”*”.

As Freguesias remontam em coincidência com a cristianização. Segundo o Padre *Miguel de Oliveira* as primitivas Freguesias apareceram no final do Século III e início do Século IV. O percurso de afirmação administrativa assume-se no Norte e com relativa interdependência com a igreja e só se desvincularia com a Primeira República. No Estado Novo, inicia-se um período, só interrompido 48 anos mais tarde, que se caracterizava pelo retrocesso em vários aspetos da vida das Freguesias, salientando-se a perda de independência e de autonomia.

Na República Democrática, as Freguesias voltaram a estar em pleno na organização administrativa do Estado Português readquirindo autonomia e beneficiando da descentralização da administração pública.

Nos dias de hoje e fruto da nossa proximidade, cumplicidade e comunidade por vezes confundimos as Freguesias com organismos que mais se assemelham a um serviço municipal com competências delegadas do que realidades administrativas autónomas. Ora o que defendemos é a plena outorga da condição democrática onde se afirmem os interesses dos fregueses com clarificação das atribuições e competências em cada um dos níveis autárquicos, isto é, à Câmara Municipal o que é da Câmara e às Freguesias o que é das Freguesias.

Cumpramos ainda recordar que existem razões fundadas para afirmar que o Município é uma das instituições mais sólidas e mais duráveis do nosso ordenamento jurídico. Sem prejuízo de se dever reconhecer que, em função do momento histórico-político, a sua configuração jurídica sofreu mutações consideráveis, a verdade é que, apesar disso mesmo, pode constatar-se a tendencial permanência do Município como um dos referentes da organização política, social e jurídica dos últimos (pelo menos), dois séculos de Portugal.

A autonomia local assume a forma de uma garantia institucional, naquele sentido em que, ao legislador ordinário, e sem prejuízo da sua liberdade de conformação do estatuto das entidades locais, cabe preservar um núcleo essencial a favor das entidades locais – território, população, atribuições, competências, finanças, pessoal – que não ponha em causa tanto a subsistência (em condições de autonomia, que não de independência), dessas entidades locais, como a perceção social que comunidade tem destas mesmas entidades, enquanto atores políticos e administrativos capazes de oferecer uma proposta inconfundível de satisfação de necessidades coletivas.

Revisito o início desta minha mensagem e voltamos ao POVO, à obrigação de pensar o tempo e a obra em função da nobre gente que nos/vos elegeram.

A “Freguesia” é a autarquia local de base, com uma dimensão histórica enraizada no tempo e que recebe, da lei ordinária, um conjunto de atribuições próprias e específicas, em ordem à prossecução dos seus fins de utilidade pública, com especial enfoque no valor da proximidade que revela aos cidadãos.

Dois anos à frente dos desígnios do Município de Mirandela e urge repensar a forma, o método e capacidade de nos fazermos ao trabalho. Perdemos muito tempo em reuniões, perdemos muito tempo a discutir soluções, perdemos muito tempo observando o alheio e tentando fazer melhor que o vizinho!

Não há tempo, meus Senhores, é necessário organizar melhor o trabalho, colocarmos a nossa energia em torno do FAZER e não do DIZER. Potenciar as sinergias, o trabalho em equipa, a partilha de soluções e serviços e acima de tudo de sermos capazes de



*[Handwritten initials and marks]*

abdicar de algum do nosso orgulho em prol de todos e do crescimento económico sustentável do nosso concelho. Estamos a envelhecer, a ver o território ficar vazio e temos de ser unidos e simples na otimização dos financiamentos e da sua real aplicação.

O tempo é de garantia de um serviço público de excelência.”

Lida que está a intervenção dedicada às Freguesias, passo a dar resposta às questões colocadas.

Começo por dar resposta ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas, *José Carlos Teixeira*, que se referiu à desilusão que tem com este Executivo. Pois bem, cada um é livre de expressar a sua opinião e lendo e revendo a intervenção do Senhor Presidente de Junta *Manuel Figueira*, dizer-lhe que um dos trabalhos dos Presidentes de Junta e também como responsáveis políticos é unir as pessoas a um trabalho.

Muitas vezes, é essa a situação que lamento existir na Freguesia, uma vez que não estamos uns contra os outros. Temos de estar unidos em prol dos fregueses, neste caso, de Frechas, Cachão e Vale da Sancha. É essa a nossa obrigação. É não criar conflitos, muitas vezes de ordem pessoal que possam incentivar e discutir situações que muitas vezes não passam de interesses meramente pessoais e partidários, por vezes, para depois colocar em causa tudo aquilo que são as necessidades e aquelas respostas que damos aos cidadãos.

Relativamente à Fogueira de Natal, dizer-lhe que decorre da Lei. Na Câmara Municipal nunca foi cumprida, nem havia impressos para esta situação. Houve uma informação relativamente às Fogueiras de Natal do Serviço Municipal de Proteção Civil e do Gabinete Técnico Florestal que no âmbito do n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 14/2009 e da Lei n.º 105/2015 se prevê o licenciamento do exercício da atividade das fogueiras e queimadas, a Câmara Municipal tem a competência de licenciar fogueiras tradicionais (Natal e Festas Populares), evitando que haja punições por Lei e estabelecendo as precauções necessárias à segurança das pessoas.

O pedido de licenciamento para a realização das atividades é feito no Gabinete de Apoio ao Município (GAM) e estão disponíveis os requerimentos na Internet.

É possível ir ao Gabinete de Apoio ao Município entregar e pedir isenção das taxas. No entanto, é bom que fique claro que é uma obrigação, sendo punível pela GNR ou pela PSP, o facto de existirem Fogueiras de Natal sem estarem licenciadas. Nós não estávamos a cumprir a Lei, por isso, acho que é bom que tenhamos essa consciência. Não fazemos tudo bem, obviamente, mas a partir do momento em que os Serviços Municipais propõem esta situação, o Executivo só tem que cumprir as determinações. De facto, a isenção das taxas é pedida para festividades, licenças de ruído, por isso, não vejo como é que esta isenção de taxa não pode ser solicitada no Gabinete de Apoio ao Município.

Em relação à questão da marcação da Estrada Municipal de Vale da Sancha, é verdade que a responsabilidade é da Câmara Municipal, tem de ter acompanhamento técnico e, por isso, a Câmara Municipal já pediu um orçamento e está em fase de ajuste direto, porque não ultrapassa o valor de ajuste direto.

Aquilo que lhe posso dizer relativamente às minhas idas a Vale da Sancha, talvez o Senhor Presidente da Junta não conheça as vezes que já fui a Vale da Sancha, porque vou lá, tenho lá amigos e tenho muito gosto em lá ir. Obviamente que quando vou a Vale da Sancha nem sempre ligo ao Senhor Presidente da Junta. Tenho muito gosto em lá ir e também observar algumas das obras que têm sido feitas, quer no Cachão, quer em Frechas, quer em Vale da Sancha que foram feitas em conjunto com a Câmara Municipal, porque é assim que tem de ser. Não somos nada sozinhos. Juntos conseguimos chegar mais além. Mais tarde ou mais cedo as pessoas saberão avaliar que o trabalho de um Presidente de Junta é realmente de louvar, mas que a Câmara Municipal apoia em quase tudo aquilo que são as atividades que vão sendo feitas e até obras mais significativas.

Quanto às considerações que fez em relação às candidaturas, acho que não cabe no foro desta Assembleia Municipal, acho até despropositadas e sem nenhuma inteligência política. Julgo que este fórum é para as Juntas de Freguesia, não é para candidatos a Juntas de Freguesia. Julgo que todos nós temos consciência que os Partidos Políticos ou mesmo candidatos independentes são de respeitar, todos eles, sendo que todos os municípios e os fregueses merecem o nosso respeito. Não somos mais uns que outros, somos todos iguais e todos merecem o nosso respeito. Se houve um freguês de Frechas que quis fazer uma intervenção, julgo que nenhum de nós poderá bloquear essas intervenções, acho até falta de capacidade democrática e ou competências a nível de democracia. A democracia é o melhor sistema que existe de gestão.

Relativamente ao Pelourinho de Frechas, como sabe, aliás, as informações têm ido cuidadosamente com conhecimento ao Senhor Presidente de Junta, já temos um concurso por consulta prévia para execução da empreitada, vão ser consultadas algumas empresas, já está despachada. Obviamente que teve de haver um caderno de encargos com a aprovação da Direção Geral da Cultura, porque os trabalhos têm de ser bem feitos. Não podem ser feitos como aquele que, por exemplo, provocou a queda do Pelourinho. Já todos sabemos que o Pelourinho estava em condições, que não é de agora, não foi nos últimos dois anos que o Pelourinho teve más condições, já vem de algum tempo. Tem de haver a caução, tem de haver os seguros, tem de haver o acompanhamento técnico da recuperação do Pelourinho. Este concurso por consulta prévia para execução da empreitada já está em marcha. Posso-lhe dizer que o custo do orçamento, que foi feito, foi na ordem dos 8.500,00 € + IVA. Já foram solicitadas empresas com capacidade técnica para o fazer que não põem em causa o monumento que temos em Frechas.

Não compreendo as palavras depreciativas que fez ao colaborador do Município, Arqueólogo *Isidro Gomes*, na “euforia inicial”. Não houve euforia inicial nenhuma. Houve a preocupação. Acho que as pessoas devem ser justas para quem trabalha e não criticar por criticar. Este colaborador de facto foi lá, foi lá com Técnicos da Direção Geral da Cultura do Norte. Temos que preservar o património e o património tem de ser preservado com acompanhamento técnico capaz de fazer um bom trabalho. Já chega muitos crimes que se fizeram ao património no concelho. Portanto, acho que é nossa obrigação, quer das Juntas de Freguesia, quer da Câmara Municipal, quer dos colaboradores do Município estarem atentos a estas recuperações.

Quanto ao Grupo Desportivo do Cachão, falou no aniversário, não falou na Ceia de Natal onde estivemos presentes, em que foi justificado que não foi possível estar no aniversário. Em relação a este Grupo sei que existe uma direção que foi eleita. Portanto, essas relações institucionais, obviamente que poderão ser através do Senhor Presidente de Junta, mas o Grupo Desportivo do Cachão é apoiado como outros Grupos Desportivos em Mirandela. É pago devidamente em relação aos subsídios, pode haver algum atraso, porque nem sempre há disponibilidade financeira para fazer as transferências, mas segundo sei as contas estão

*[Handwritten initials and marks]*

acertadas com eles e num foro próprio, com a direção do Grupo Desportivo, será conversado sob as situações da relação institucional entre a Câmara e o Grupo Desportivo do Cachão.

Em relação ao que referiu acerca da desorganização total do Grupo de Desporto, dizer que o Grupo de Desporto da Câmara Municipal organizou um Almoço de Natal com todos os idosos. Muitos de vocês receberam o pedido de apoio para agilizar o transporte de muitos idosos. Foi um trabalho exaustivo, como sabe, temos uma população muito dispersa e é difícil juntá-la. A Dr.ª *Liliana Correia* enviou uns *e-mails* para conseguir articular com todos o facto de juntar as pessoas para virem ao almoço. Foi um almoço de muita alegria, de muito convívio, em que as pessoas puderam confraternizar e, mais uma vez, é fácil criticar quando se faz, porque se faz e como se faz. Da parte de alguns colaboradores da Câmara Municipal julgo que não devem ser alvo de críticas, porque dão o seu melhor e a Equipa dos Técnicos de Desporto são colaboradores muito acarinhados pelas populações, muito próximas dos fregueses e é de enaltecer o trabalho deles. Não devemos fazer críticas gratuitas e sem nenhum fundamento. Se não querem colaborar é uma questão de comunicarem aos Técnicos da Câmara a dizer que não estão disponíveis para colaborar. Contudo, segundo o que percebi de muitas intervenções dos Senhores Presidentes de Junta, existe sempre a vontade de até colaborar mais, de haver mais parcerias, de haver mais comunicação, de haver mais intercambio, dos Técnicos da Câmara poderem estar disponíveis para as vossas atividades, mas sempre enaltecendo o trabalho dos outros e não desvalorizando o que os outros fazem.

Relativamente à questão do *Facebook* de Frechas, não acompanho, não sei exatamente o que aconteceu. Também tenho muito orgulho de ser Presidente da Câmara e poder trabalhar por Frechas, para Frechas e por todos os fregueses de Frechas, sabendo de antemão que o Senhor Presidente de Junta vai criticar sempre tudo aquilo que o Executivo faça em prol das pessoas de Frechas. Lamento profundamente. Não foi isso que julgava serem os valores e princípios democráticos para os quais fomos eleitos, mas cada um fica com as atitudes que tem.

Lamento também a rua a que se refere, apesar de não dar prioridade e de ontem ter feito essa exposição de não prioridade, só falou da rua. Devemos fazê-la, obviamente que sim, como todas as outras que são necessária em todas as outras Freguesias. Acho que qualquer um de nós, por mais que queira resolver alguns problemas que tem na sua própria Freguesia ou no concelho deve por acima de tudo o interesse público e priorizar as intervenções que quer fazer na sua localidade, na sua aldeia, na sua Freguesia e mesmo a nível do concelho, segundo os interesses públicos e das populações.

Relativamente ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães, *António Martins*, “24 meses depois é que tivemos uma reunião”, por acaso já tivemos duas, em pouco espaço de tempo já tivemos duas. É bom que fique claro que todas as reuniões solicitadas pelos Senhores Presidentes de Junta à Câmara Municipal, pelo menos para falar comigo, são despachadas de imediato, ou seja, os Senhores Presidentes de Junta têm prioridade em relação a todos os outros. Aliás, não há nenhum Presidente de Junta que vá à Câmara que eu encontre que não façamos logo uma reunião, a não ser que haja outra situação já agendada, mas estou sempre disponível para entender quer os Senhores Presidentes de Junta, quer todos os munícipes, porque acho que também é a ouvir críticas e soluções que podemos avançar. Não há nenhum *e-mail*, por exemplo, de São Pedro Velho a solicitar alguma reunião, pelo menos que eu tenha conhecimento e já foi confirmado, junto do Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia, que não existe nenhum *e-mail* a solicitar a reunião.

De qualquer forma, qualquer um de vocês tem o meu número de telemóvel, pode-me telefonar e agendaremos de imediato a reunião para decisão. Não vale a pena estarmos a marcar reuniões sem haver decisões, sem haver propostas de solução, porque quando apresentam problemas, devem ter também aquela solução que vocês apontam. É preciso priorizarmos os investimentos. Pelos cálculos ligeiros que fiz precisávamos de 25 milhões de euros para fazer todas as obras de que precisamos em todo o concelho, por isso, temos de priorizar aquilo que é a necessidade real das pessoas. Não vamos ter dinheiro para fazer tudo nem a Câmara, nem as Juntas de Freguesia, nem o Governo nos vai dar esse dinheiro, mas temos de priorizar aquilo que é prioritário.

Em relação à carrinha do GAM, os números do GAM Móvel constam das informações todas. O calendário é sempre disponibilizado, como foi dito por outro Senhor Presidente de Junta de Freguesia.

Concordo que exista uma autonomia absoluta das Juntas de Freguesia.

Relativamente à participação, vou-lhe só contar um caso que aconteceu ainda há pouco tempo. Estivemos a preparar com os Serviços da Ação Social da Câmara e em conjunto com outras Entidades os Cabazes de Natal, pedimos uma resposta até ao dia 06 de dezembro. No dia 19 de dezembro havia Senhores Presidentes de Junta que ainda não tinham entregue a resposta, por isso, é muito difícil planear estando à espera de respostas. Vocês acusam a Câmara Municipal de não dar respostas, a verdade é que às vezes a responsabilidade não será só da Câmara. Não estou a desculpar a Câmara Municipal, mas estou a dizer que a verdade é esta.

Os Serviços de Ação Social fizeram um alerta a dizer que era impossível estar a preparar os Cabazes de Natal para a entrega no dia 21 de dezembro se no dia 20 ainda não tinham as respostas de todas as Juntas de Freguesia. Por isso, apelo à vossa capacidade de organização que sei que é limitada, porque não têm recursos. Nós temos mais recursos, mas também temos mais solicitações e, por isso, mais difícil se torna resolver.

Em relação à Proteção Civil, tem sido feito um trabalho de muita proximidade com as Juntas de Freguesia, quer em relação às áreas dos aglomerados populacionais, quer em relação a tudo aquilo que é necessário fazer no âmbito da Proteção Civil e do Gabinete Técnico Florestal.

Relativamente às questões das pessoas que estavam em Vila Verdinho, é uma situação que diz respeito às Forças de Segurança. Não sei o cadastro de todos os residentes em Vila Verdinho, nem em Cedães. Pese embora, julgo que é importante articular os serviços, é realmente impossível saber o cadastro das pessoas que vivem nas aldeias. Se eram pessoas que tinham raízes lá e possivelmente foram para lá. Não sei exatamente o que está a ser feito.

Em relação à atualização do Protocolo, dizer-lhe que o Protocolo pode ser melhorado. Já referimos que para o ano vamos ter de fazer um trabalho muito exaustivo sobre a descentralização de competências, até porque o envelope financeiro que a Câmara dá pode passar a ser o Estado a dar diretamente às Freguesias. Por isso, a atualização do Protocolo, segundo outros critérios que não o Fundo de Financiamento de Freguesias é sempre passível de ser criticada. Aliás, sempre que se faz algum procedimento novo é passível de ser criticado, porque nem sempre as situações são justas e corretas para todos. Portanto, havendo um critério é sempre essa a justificação. Foi o critério que foi definido, acordado por todos e foi com base nessa aprovação que foi implementado este

*[Handwritten initials and marks]*

procedimento de transferência de verbas para as Juntas de Freguesias. Parece-me que foi um procedimento correto, pese embora poder ser melhorado, acho que já tem muito daquilo que eram as necessidades e as exigências das Juntas de Freguesia que já não são de agora. Portanto, não se trata de ser uma proposta do PSD, porque o PSD esteve na Câmara a governar durante as últimas décadas e nunca criou um Protocolo para transferência de verbas para as Freguesias. Isto tem a ver como uma forma de governação, um novo paradigma de gestão política.

Posso dizer que em relação à discricionariedade que se coloca às Juntas de Freguesia que são de um Partido Político ou de outro, ninguém pode acusar este Executivo de privilegiar umas Freguesias em torno de outras. Quando somos eleitos governamos para todos e não para aqueles que são de um Partido ou de outro. Acho de lamentar algumas afirmações que foram feitas aqui, dizendo que havia privilégios para as Juntas de Freguesia. Há privilégios que são para todos, fazendo a diferença de Junta para Junta, porque umas precisam de saneamento, outras precisam de ETAR's, outras precisam de arranjo de largos. O estabelecimento de critérios foi definido não com base em critérios eleitoristas, nem com base em Partidos Políticos, mas com base nas reais necessidade de cada uma, face ao Fundo de Financiamento de Freguesias que está atualmente em vigor.

“Mais importante que o dinheiro, são obras estruturantes”. A verdade é que são serviços que a Câmara Municipal pode ajudar, obviamente que o dinheiro dá autonomia para fazer o que os Senhores Presidentes de Junta consideram ser prioritário. O facto de os Serviços de Apoio da Câmara Municipal darem este apoio logístico ou de outra ordem, julgo que não há nenhum serviço que não responda atempadamente às solicitações dos Senhores Presidentes de Junta e se houver peço que me façam chegar essas críticas, porque vamos tentar ultrapassar todas as situações. A Câmara Municipal tem Serviços, tem Divisões, tem Serviços de Apoio Técnico, nem tudo corre a 100%, como em qualquer Organização Pública e Empresas, mas podemos sempre melhorar e julgo que todos os colaboradores estão disponíveis para o fazer.

Relativamente ao Senhor Presidente de Junta da União de Freguesias de Barcel, Marmelos e Vale Verde da Gestosa, *Luís Esteves*, não está presente neste momento, referiu a sinalização vertical da Estrada Nacional, julgo que foi já desclassificada.

Existem alguns problemas de abastecimento de água. Por ele não estar presente posso depois fazer uma resposta por escrito.

Aquilo que o Senhor Presidente de Junta referiu acerca da parceria com a Câmara Municipal de Vila Flor é um pontão entre Barcel e Ribeirinha. É um projeto interessante, mas que tem custos altos de execução. É realmente um projeto interessante que tem de ser trabalhado, mas só com base em candidaturas é que podemos executar.

Relativamente ao Senhor Presidente da Junta de Fradizela, *Manuel Figueira*, dizer-lhe que é uma inspiração, como disse a Senhora Presidente de Junta de São Salvador, *Cristina Passas*. Estaremos na Fradizela dia 25 de dezembro, às 15 horas. Esperemos não perder um Presidente de Junta, um Político em ascensão para um Ator por causa da Peça do Ramo. São estas tradições que tentamos recuperar e que fazem a diferença na atração de públicos, em visitantes e tudo aquilo que se vai fazendo.

Como sabe, está em adjudicação o abastecimento de água com uma ligação da Ferradosa para a Ribeirinha, sendo uma obra que será executada nos primeiros meses de 2020.

Relativamente à Senhora Presidente da Junta de São Salvador, *Cristina Passas*, dizer-lhe que aquilo que temos feito em São Salvador passou um pouco pela qualificação do canil municipal. Aliás, os problemas na recolha de monstros estão relacionados com a viatura que estava afeta à recolha de monstros passar para o canil municipal e para a recolha dos cães abandonados. Só nos últimos três meses capturamos 52 cães, ou seja, num ano inteiro ronda 200 animais - talvez um pouco menos, porque há meses que não temos tanto abandono de animais - que não podiam ir para o Centro de Recolha Oficial por estar sobrelotado.

Quanto às questões da fileira olivícola, é uma preocupação de todos. Cada vez temos menos dinheiro pago ao produtor pelos custos de produção do azeite.

Em relação à situação de fixar jovens e Empresários, é uma das nossas prioridades.

No que concerne à Agricultura, como sabe, é um setor que tem muito potencial na nossa região, mas este ano com os problemas que houve, com a empresa bem perto relativamente aos bagaços, temos tido alguns problemas para apoiar os Agricultores, uma vez que depois os lagares faturam esse montante acrescido aos Agricultores.

Relativamente ao Senhor Deputado Municipal *Agostinho Beça*, deu aqui alguns alertas em relação aos caminhos, à questão da Agência Portuguesa do Ambiente e à boa gestão da vegetação da ribeirinha das linhas de água. Este é um respeito que todos devemos ter. Muitas vezes achamos que a limpeza integral das margens dos rios fica mais bonita, mas tem depois problemas de contenção das águas e vimos isso ontem devido à subida do caudal da água.

Relativamente ao Senhor Presidente da Junta de São Pedro Velho, *Carlos Pires*, obviamente que há coisas que correm bem e outras menos bem. Felizmente não disse que algo correu mal, mas podia correr. Há sempre coisas que são feitas, outras que se deixam por fazer.

Quanto à rua sem iluminação pública, não sei se foi agora que a rua foi construída ou se já era antiga, provavelmente é uma rua que já existia há algum tempo. Existem muitos postes de iluminação pública, como referi ontem, que têm de ser colocados nas Freguesias e esse é um levantamento que iremos fazer relativamente àqueles que são prioritários.

Em relação ao aviso das fogueiras, julgo que ficou claro, todos podem pedir isenção.

No que concerne à recolha de monstros, temos esse problema em muitas outras Freguesias e julgo que aquilo que seria mais fácil era criarmos uma rota de recolha de monstros do que as pessoas acumularem monstros naqueles locais, pois tornam-se autênticas lixeiras. Estive em Suções, junto ao cemitério e de facto há um depósito de lixo basicamente e quando se vai retirar os colaboradores e a carrinha estão dois ou três dias a carregar toneladas de lixo. Assim, seria bom criarmos uma rota de retirada dos eletrodomésticos. Juntamente com a colaboração dos Senhores Presidentes de Junta acho que conseguimos chegar a bom porto.

Quanto à limpeza das bermas e segundo a informação que chegou, neste momento os colaboradores estão a fazer horário contínuo, ou seja, começam mais cedo. Têm um horário para os Senhores Presidentes de Junta não terem que suportar esses custos e agilizar também o trabalho deles. Houve um problema, porque eles até passaram para Carvalhais, para o corte das amoreiras que existia ao longo da estrada e também por causa das condições climáticas, mas esse trabalho vai ser iniciado em 2020 e vão limpar os restantes quilómetros. A verdade é que os colaboradores que fazem estes trabalhos são os mesmos, não mudaram, até estão mais pessoas a fazer esse trabalho. Portanto, o que eles asseguram é que era assim no passado. Não houve nada que mudou. Possivelmente o que

*[Handwritten initials and marks]*

mudou foi o Executivo e que também vos incentiva mais a fazer estas situações, mas é aquilo que temos da informação dos colaboradores e dos responsáveis é que nada mudou na limpeza das bermas relativamente a outros anos. Poderão ter uma atenção especial, mas as situações mantêm-se, servindo o concelho todo.

Em relação ao inquérito da Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes, estes transportes a pedido vai ser uma realidade. Houve um programa em todo o País que apoia em 90% o custo da bilhética. Em relação a isto, os transportes públicos, embora tenha mais visibilidades em grandes cidades, nos centros urbanos, aqui não conseguimos gastar o dinheiro que está afeto a esta medida do Governo.

No que diz respeito aos Cabazes de Natal, a distribuição poderá ser alterada, mas obviamente que estando os Senhores Presidentes de Junta mais próximos das pessoas não vejo problema em serem os mesmos a entregar, senão têm de ser os Serviços de Ação Social a percorrer o concelho e a entregar os Cabazes de Natal.

A estrada que liga São Pedro Velho a Vilar de Ouro está inscrita nas Grandes Opções do Plano. Não sei se o Senhor Presidente de Junta teve oportunidade de verificar. Está presente na página 36, onde diz “Rede Viária Municipal”, fala na EM 532 Vilar de Ouro para execução em 2021, porque ainda temos de realizar o projeto, pois não existe.

Quanto aos transportes escolares, até ao 9.º ano os jovens vão para a Torre de Dona Chama, ficando mais próximo, por isso, não têm que se levantar tão cedo. Em relação a Mirandela é uma contingência, mas já é assim há muitos anos, poderá eventualmente melhorar os horários.

Relativamente ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bouça, *Duarte Ruivo*, o desafio que fez relativamente a se fazer um debate para se encontrar soluções capazes de combate à desertificação humana nas Freguesias, acho que é um debate interessante. Temos de convidar apoios e possivelmente a Secretária de Estado da Valorização do Interior ou alguém que também nos possa dizer quais são os apoios que estão previstos a este nível. Já ontem dissemos que isto não seria uma solução que passaria só pelos Municípios nem pelas Freguesias, são soluções que o País, de uma vez por todas, tem de criar condições para “povoar” o Interior, no sentido de equilibrar um País a duas velocidades com densidades populacionais completamente diferentes, tendo os problemas de centros urbanos com muita população e o Interior desertificado.

Relativamente ao Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa, *Paulo Pontes*, à intervenção que fez foi mais no âmbito da Assembleia Municipal e em relação à Mesa da Assembleia.

Pese embora critique sempre a forma como as pessoas falam e criticam de uma forma agressiva, por vezes, também denegrindo as questões do comportamento dos outros na liderança dos processos, acho que a Mesa da Assembleia Municipal tem sido imparcial, tem colaborado com todos e acho que é assim que vai continuar a ser.

Relativamente ao Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Mascarenhas, *Mário Morais*, dizer-lhe que fez-nos aqui um histórico das nossas Feiras. Realmente a Freguesia de Mascarenhas foi das primeiras a iniciar as Feiras, como a Feira da Cereja e a Feira do Tordo que todos conhecemos.

Referiu também a situação da calçada. Julgo que a questão primária e mais importante de Mascarenhas é precisamente o setor da água, são as pessoas que dizem que a água de abastecimento tem de ser de qualidade, e só depois o calcetamento.

Relativamente ao Senhor Presidente da União de Freguesias de Freixeda e Vila Verde, *André Geraldo*, de facto Freixeda tem muitas casas em ruína. É uma aldeia que tem sido visitada semanalmente pela Proteção Civil, tem problemas graves de resolução e aquilo que posso dizer é que já se resolveram muitas situações que estavam há muitos anos sem estar resolvidas, porque estas situações de casas em ruínas implica a notificação ao proprietário, demolições, se o proprietário não faz a demolição tem de ser a Câmara a fazê-la. Também são processos judiciais que aguardam resolução.

Quanto à questão do carro abandonado, há um processo judicial em curso e não podemos levantá-lo, pois está num processo judicial.

Em relação a todas as outras questões, é realmente uma das aldeias onde temos mais problemas de segurança em habitações em risco de queda. Em Mirandela, na zona antiga, também temos situações graves, mas na Freixeda temos situações de muita perigosidade.

Relativamente ao Senhor Deputado Municipal *Rui Sá*, já falamos um pouco na questão da correção de algumas injustiças e perigosidades.

Em relação ao apoio superior da Vila de Torre de Dona Chama, é bom que se diga que, neste momento estão inscritos no Plano Estratégico a ciclovia Mirandela – Carvalhais, no valor de 305 mil euros e também a beneficiação de todos os passeios da Freguesia de Carvalhais, que já pertence a Carvalhais, mas está incluído no Plano Estratégico, no valor de 1.484.000,00 €. Portanto, também é bom que se saiba e que tenham essas informações. Algumas estão inscritas no nosso Plano Estratégico nas Grandes Opções do Plano.

No que diz respeito à política dos caminhos agrícolas e meios técnicos disponíveis, neste momento não temos maquinaria disponível, por isso é que localmente, até para apoio aos fregueses que têm máquinas agrícolas e havendo essa proximidade, o recurso a meios técnicos globais até se podia fazer pela aquisição comum das Freguesias. Ter uma bolsa de equipamentos, onde ao mesmo tempo todos precisam daquela máquina não é possível e é impossível de gerir estes meios técnicos disponíveis. Desta forma, há duas soluções. Cada um na sua Freguesia contrata empresas que façam esses trabalhos ou algumas Juntas de Freguesia se agregam e compram algumas máquinas. Mesmo assim, carece de se fazer um calendário de utilização das máquinas, porque ao mesmo tempo várias Freguesias precisam dessas mesmas máquinas. A nossa dificuldade para fazer determinados trabalhos também passa por aí, temos os mesmos colaboradores, a mesma maquinaria, sendo que a maquinaria também se degrada e tem custos de manutenção.

Quanto à delimitação da área geográfica referida pelo Senhor Deputado, como sabe, temos um problema. Na Bouça, Vale de Telhas e Ve de Gouvinhas há uma delimitação geográfica diferente daquela que está na realidade, pelo menos culturalmente e na tradição. Contudo, este problema só se resolve através da Assembleia da República que tem de alterar a delimitação das Freguesias. Não é só juntar os intervenientes, é preciso fazer um processo que tem de envolver as Juntas de Freguesia, as Assembleias de Freguesia e fazer um procedimento junto à Comissão do Poder Local, solicitando que façam a alteração da delimitação da área

*[Handwritten initials and marks]*

geográfica. É um processo moroso, se todos estiverem de acordo podemos iniciar o procedimento, mas é um processo que vai demorar algum tempo até ser aprovada a alteração da delimitação geográfica.

Em relação à atribuição dos valores às Feiras e Festas das Freguesias, em 2018 atribuímos 31.540,00 € de apoios. Temos a previsão deste ano ser um valor mais ou menos semelhante e também temos o apoio logístico que não está contabilizado. A Junta de Freguesia também define as suas prioridades. Assim que a organização envia para os serviços o apoio logístico ou financeiro de que necessita, esse apoio depende do orçamento provisional dos custos, do plano de atividades e muitas vezes é feito o histórico do custo que aquela feira recebeu. São analisados caso a caso, julgo que não existe da parte da Câmara Municipal qualquer tipo de visão diferente, até porque os Serviços Técnicos e também a Senhora Vereadora *Vera Preto* reúnem caso a caso para saber quais são as expectativas das Juntas de Freguesia. Não julgo que seja um problema em si, mas que foi levantado.

Relativamente mecanismos legais, referiu uma situação que realmente é verdade. No ano passado decidimos apoiar algumas Comissões de Festas, porque algumas têm muita dificuldade em organizar as festas e romarias. Têm menos apoios, mais pessoas mais custos, portanto decidimos apoiar as festas.

Houve uma denúncia ao Tribunal de Contas, julgo que anónima, relativamente à legalidade. A atribuição do apoio não é ilegal, a atribuição do apoio é legal, porque existe uma forma de que a Câmara apoia a tradição, a cultura, a festividade. Portanto, não é ilegal. Foi-nos proposto, já fizemos o início de procedimento na anterior Reunião de Câmara, para executarmos um Regulamento de Atribuição de Apoios a Comissões de Festas e Coletividades, que existe em algumas Câmaras Municipais e que não existia no Município de Mirandela. Não se pode banalizar a palavra “ilegal”, porque de facto não é ilegal, segundo o Tribunal de Contas, mas vamos dar os passos no sentido de regulamentar esta atribuição.

Quando à questão de Valbom Pitez, a verdade é que a empresa/o empreiteiro entrou em insolvência. Temos a caução que não deve ser suficiente para pagar os custos do terminar da obra. Não foi feita a entrega da obra, porque não aceitamos em virtude de haver esta questão para resolver. Com o valor da caução, a Câmara vai fazer essa correção, mas temos de ver se chegará para pagar aquilo que foi feito, porque a cota está acima daquilo que deveria estar.

Relativamente ao Senhor Secretário da Junta de Freguesia de Vale de Telhas, *Hélder Castelo*, dizer-lhe que o evento “Serrar da Belha” foi um sucesso. Julgamos poder continuar a apoiar e é com base nestas tradições e a diferenciação dos eventos que fazemos em relação ao que já existe que vai trazer mais turistas, mais eventos, porque as pessoas cada vez gostam mais de saber o que é genuíno da terra e não imitar como, por exemplo, o Carnaval deste ano em que convidamos todas as Juntas de Freguesia. Foi um Carnaval diferente, sentido, com raízes à terra, que é muito diferente de imitar Carnavais que já existem em outras localidades. Acho que é por aí o nosso caminho e é por aí que devemos investir os nossos recursos humanos e financeiros.

Relativamente ao Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Alvites, *Eurico Carrapatoso*, também me sinto privilegiada por poder servir o Município e saber que temos uma boa relação enquanto Autarcas com responsabilidades locais. A família autárquica tem de ser unida para ser forte e chagar longe. Pese embora termos pareceres diferentes em relação a algumas situações, ainda bem que assim é, porque é com base nas críticas e nas diferenças de opinião que conseguimos chegar a alguns consensos.

Também tenho orgulho quando as Assembleias Municipais correm como está a correr esta, por exemplo.

Como sabe, temos uma estrada prevista. Julgamos fazer projeto e lançar a obra. Estamos a falar da Estrada Municipal 1075 Vale de Lagoa - Alvites. Havia um projeto, já foi discutido em Reunião de Câmara, mas vai ter de ser alterado e reestruturado.

Quanto ao GAM Móvel, o dia da semana certo, parece-me mais justo e mais apontado, porque se for um dia do mês complica, porque pode ser durante o fim-de-semana, sendo que os colaboradores não trabalham ao fim-de-semana, mas podemos melhorar. O que interessa é implementar um projeto, pois melhorar é sempre possível. Mais difícil, por vezes, é iniciar e implementar novos processos.

Em relação ao Gabinete de Apoio a Candidaturas, na Câmara temos um serviço de projetos, as candidaturas têm sido feitas, ainda ontem foi aprovada uma candidatura ao património natural na Rede Natura. É difícil termos um Gabinete de Apoio a Candidaturas, não temos Técnicos disponíveis, mas podemos falar com outras entidades para podermos criar parcerias que possam servir este Gabinete. É um assunto que retomaremos no início do ano 2020.

No que diz respeito ao recenseamento agrícola nacional, estive envolvida no recenseamento em 2009. De 10 em 10 anos efetua-se o recenseamento e acho que é importante esta colaboração com todos.

Quanto ao Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia, de facto é preciso agilizar melhor alguns procedimentos. Por vezes e porque muitas das propostas dos Senhores Presidentes de Junta têm um custo e um investimento monetário, algumas assinaláveis, muitas vezes não é possível de imediato ter essa disponibilidade financeira. Por isso, o poder de decisão, muitas vezes, esbarra com a capacidade de libertar verbas para executarmos, ou seja, o poder de decisão está todo no Executivo, temos autonomia, mas essa autonomia esbarra sempre com a situação financeira. Muitas vezes não é possível responder aos pedidos dos Senhores Presidentes de Junta sempre que envolvam custos financeiros.

Relativamente ao Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Mirandela, *Vitor Correia*, este ano vai ser um ano também dedicado à Freguesia de Mirandela e à cidade, até porque existem alguns projetos para a cidade, como a Estação Ferroviária, a Rotunda do Hospital, vamos também fazer o projeto de Vale de Cerdeira - não sei se teremos disponibilidade financeira para executar - temos também a reabilitação integral dos bairros de Habitação Social, a reabilitação da Torre da Igreja da Nossa Senhora da Encarnação, a renovação deste auditório, a reabilitação do espaço verde junto ao IPB, a Estação de Camionagem, como já referi, vai também ser construído o hangar do comboio, os modos suaves do centro histórico, a reabilitação urbanística da Rua do Tanque, bem como várias ciclovias e redes pedonais. Temos uma série de obras e intervenções na cidade que são necessárias, urgentes e inadiáveis.

Em relação ao saneamento básico da Bronceda, este é um dos problemas que também queremos resolver. Temos incluído neste Plano Estratégico o cemitério de Golfeiras. Este Plano Estratégico já estava aprovado, houve alterações dos projetos a incluir, sendo que rondará 13.175.362,00 € com uma comparticipação do Orçamento Municipal de cerca de 6.000.000,00 €.

Quanto aos Caminhos de Santiago, fizemos uma candidatura e estamos a aguardar resposta para saber se é aprovada ou não. Vai passar por algumas aldeias e inclui também o Concelho de Valpaços.

Temos um balanço positivo na forma de trabalhar com a Câmara Municipal, por isso, retribuímos este trabalho conjunto.

*[Handwritten initials and marks]*

Relativamente ao Senhor Presidente da União de Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira, *Arménio Vaz*, dizer-lhe que as obras estão a ser negociadas em conjunto com o Executivo e a preocupação da desertificação das aldeias é comum.

Relativamente ao Senhor Deputado Municipal *Pedro Beato*, concordo que o caminho se faz caminhando. Fez referência ao pinheiro que lhe falta a estrela para seguir o caminho, julgo que cada um de nós é a sua estrela e temos as nossas estrelas para seguir o nosso caminho.

Relativamente ao Senhor Deputado Municipal *José Carneiro*, como sabe, houve alguns problemas na rede Natura. Houve o espalhamento do fresado em caminhos que não podiam utilizar o fresado, o que levantou um problema complicado. Estas restrições são obrigatórias por Lei, não podem ser ultrapassadas, levantando problemas em olivais biológicos.

Em relação à Rede de Emergência e Proteção Civil, é uma rede que já está aberta e a funcionar. Não existia esta rede, são estradões de escoamento de pessoas em caso de emergência.

Relativamente ao Senhor Deputado Municipal *Virgílio Tavares*, as notas a que fez referência são as conclusões a que chegaram. Por vezes, quando se fala na demora incompreensível nas respostas às Juntas de Freguesia e a demora nas reuniões com a Presidente, isto não é um problema, ou seja, em relação àquilo que é solicitado, no próprio dia, no dia seguinte ou nessa semana são agendadas todas as reuniões. A demora nas respostas às Juntas de Freguesia, muitas vezes estão relacionadas com as dificuldades financeiras associadas.

Relativamente ao Senhor Presidente da Junta de São Pedro Velho, *Carlos Pires*, já está a ser feito um levantamento da situação de todas as Escolas. Acontece que para vender temos de fazer hasta pública, tem de ser a Câmara Municipal a vender. A nossa opinião é que devemos passar a gestão para as Juntas de Freguesia e as Juntas de Freguesia poderem arrendar. Se quiserem vender património, o nosso património tem de ir a hasta pública e depois vender. É uma das soluções, podemos pensar. Em algumas situações foi transferida a gestão das Escolas para as Juntas de Freguesia, outras ainda estão na posse da Câmara Municipal que não tem capacidade financeira para fazer obras em todas as Escolas. Muitas delas estão degradadas, outras já foram beneficiadas, mas esta é uma situação que teremos de resolver caso a caso. Se há interesse privado, por exemplo, na Escola de Vilar de Ouro, poderá não haver em outra aldeia. Portanto, a solução tem de ser diferente e tem de ser resolvida caso a caso.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro Velho *CARLOS PIRES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na primeira intervenção, fiz referência que tinha agendado uma reunião com a Senhora Presidente há três meses atrás e que não me responderam. A Senhora Presidente disse que não recebeu nenhum *e-mail*. Já confirmei com a pessoa a quem enviei o *e-mail*.

Recebi no dia 02 de setembro o seguinte: “Incumbe-me a Senhora Presidente de informar os Senhores Presidentes de Junta que a partir da próxima semana o horário de atendimento às Juntas de Freguesia será, por marcação, às quintas-feiras.”

Respondi no dia 26 de setembro: “Venho por este meio solicitar uma reunião com a Senhora Presidente. Caso seja possível, agradeço que seja da parte da tarde, uma vez que na parte da manhã costumo estar na Junta no atendimento ao público.”

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

De facto, não recebi nenhum *e-mail*. Enviou para o Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia. Lamento que não tenha havido resposta. Lamento que tenha tentado confirmar se recebemos algum *e-mail* a solicitar a reunião, foi-me dito que não. Lamento profundamente. Como tem o meu número de telemóvel e como periodicamente nos vemos, não a convite do Senhor Presidente de Junta, mas a convite de alguns fregueses seus em Festas da Freguesia, obviamente que tenho todo o gosto até em reunir na sua Junta de Freguesia.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho tentar tornar mais objetivas as minhas questões colocadas à Senhora Presidente, que não considero que tivessem ficado respondidas na totalidade.

Relativamente à delimitação da Freguesia, não é um processo demorado. Se houver acordo entre as partes e se esse acordo for promovido só tem de vir a esta Assembleia para ratificar e seguidamente à Assembleia da República. É um processo célere.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É um processo demorado. Já fiz um em Vila Flor e sei o que é.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Sim, mas é alcançável com um período razoável.

Relativamente aos critérios de atribuição dos subsídios, não questionei qual o montante que foi atribuído às Feiras, Festividades e Eventos. Questionei o critério e quanto é que foi atribuído a cada uma delas. Era isso que gostava de ver respondido. Não tem de ser aqui, pode ser em outra Assembleia.

Quanto a Valbom Pitez e em relação às obras, estas já terminaram há dois anos. Pergunto eu, porque é que só passados dois anos é que se irá assinar a caução para repor a situação inicial? A minha questão também não foi nesse sentido. A minha questão era: Houve pagamentos depois dos relatórios técnicos que mencionavam a inconformidade das obras? O que questiono, Senhora Presidente, é os *timings* dos pagamentos, assim como os *timings* dos relatórios técnicos produzidos. É isso que gostaria de ver esclarecido numa próxima Assembleia não sendo possível hoje.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Obrigada pelas questões.

Aproveito também para questionar o Senhor Deputado Municipal *Rui Sá*, se esteve 20 anos na Freguesia porque é que não resolveu o problema da delimitação geográfica? Se é tão rápido, tão simples e tão fácil, gostava de saber porque é que como Autarca de 20 anos de Freguesia não conseguiu resolver o problema. Agora é fácil, porque estamos cá nós, porque temos a Junta de Freguesia também com outra liderança, mas sendo Presidente de Junta durante 20 anos, como tão bem referiu no início, gostava de saber porque é que o problema não foi resolvido.

Em relação às questões de Valbom Pitez, dizer-lhe que estivemos à espera de resolver a situação com o empreiteiro. Como sabe, com uma Empresa que esteja em insolvência é difícil negociar. Portanto, só agora estamos em condições de resolver o problema da caução.

Relativamente às questões dos apoios atribuídos às Feiras são todos aprovados em Reunião de Câmara, estão todos disponíveis no *site* do Município. Portanto, se quiser fazer esse trabalho, temos todo o gosto em apoiar no que for necessário.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, se tinha já a resposta ou a solução ou se já está em curso a questão da marcação da estrada de Vale da Sancha, a minha questão é: Porque é que não respondeu ao *e-mail* que lhe foi enviado no dia 07 de novembro?

Relativamente ao Grupo Desportivo do Cachão, a Senhora Presidente fez uma confusão muito grande. Só mencionei a não presença do Executivo relativamente ao aniversário, não falei de subsídios, nem que estão em atraso. Bem sei que isso é da responsabilidade da Câmara e do Grupo Desportivo do Cachão. A Junta não se mete nessas coisas. Lamentei o facto de no aniversário de 38 anos não estar presente o Executivo. Não falei em subsídios.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quanto aos subsídios, apenas quis dar essa informação.

Relativamente às questões da marcação da estrada de Vale da Sancha, foi adiada esta marcação em que não entrou na empreitada da sinalização em muitas Freguesias, como Paradela, Torre de Dona Chama. Foi um concurso público que fizemos na ordem de 100 mil euros. Não entrou, porque havia o objetivo, como sabe, de colocar um novo tapete naquela estrada. Portanto, estar a fazer a marcação horizontal iria ser dois custos. De facto, a marcação da estrada é uma necessidade. Não pode ser feita com este tempo, tem de se aguardar para ser feita não em períodos de chuva, pois tecnicamente não pode ser. Não é politicamente. É uma decisão técnica. Fomos aconselhados pelos Serviços Técnicos da Câmara de que as marcações das estradas devem ser feitas com o tempo favorável, porque pode haver problemas e no ano seguinte já não haver qualquer marcação, pois a tinta utilizada pode não ficar em condições. Foi isto que atrasou a marcação da estrada de Vale da Sancha, ou seja, por questões técnicas.

Na Ceia de Natal não disse que o Executivo esteve presente, porque esteve e foi mais recente que o aniversário dos 38 anos. Era só fazer esse esclarecimento, mas também são questões que não têm importância. Não somos propriamente uma Comissão de Festas, mas somos um Executivo com responsabilidades e com sentido de dever estar presente na maioria dos eventos com muita proximidade com as pessoas, como sabe que é assim.

## **2.2 - Agregação dos Sistemas de Água e Saneamento dos Municípios que integram a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes - Município de Mirandela através de delegação de competências na Empresa Intermunicipal Resíduos do Nordeste.**

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Vamos iniciar a discussão deste tema Agregação dos Sistemas de Água e Saneamento em Assembleia. A Senhora Presidente até manifestou vontade de levar isto para a área pública, ou seja, haver uma discussão pública sobre o tema, dada a importância do mesmo. É um tema muito sensível que está ainda em projeto, mas que merece uma atenção redobrada da nossa parte para podermos mais tarde nos pronunciar sobre o assunto.

Vou pedir à Senhora Presidente que faça uma introdução ao tema e de seguida vamos ter uma apresentação do Senhor Diretor da Resíduos do Nordeste, Dr. *Paulo Praça*, que se disponibilizou para contribuir nesta nossa Sessão. A sua vinda teve, como de costume, a anuência da Comissão Permanente onde todas as bancadas se pronunciaram favoravelmente. Desde já os nossos agradecimentos ao Dr. *Paulo Praça* pela disponibilidade.

Senhora Presidente, agradeço que faça então a introdução ao tema.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente a esta questão e de uma forma muito rápida, julgo que o Dr. *Paulo Praça*, Diretor da Empresa Intermunicipal Resíduos do Nordeste saberá fazer uma apresentação mais global, até porque este processo já vem há alguns anos, antes mesmo deste Executivo entrar em funções.

Foram distribuídos os estatutos que foram aprovados em Conselho de Administração em 03 de fevereiro de 2016 e em Assembleia Geral em 18 de fevereiro de 2016. Estes estatutos foram aprovados em todas as Assembleias Municipais do âmbito da Resíduos do Nordeste.

Julgo que o Dr. *Paulo Praça* é pessoa mais adequada para fazer este histórico, que estará em condições de fazer a apresentação para todos os Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta.

Também foi distribuído um estudo comparativo de análise económico-financeira de sistemas de abastecimento de água e saneamento. Estas agregações dos sistemas de água e saneamento têm vantagens e desvantagens. Foi solicitada uma pequena abordagem aos serviços, sob a tutela do Senhor Vice-Presidente *José Cunha* que poderemos apresentar depois desta intervenção inicial do Dr. *Paulo Praça* a quem agradeço a presença. A nossa intervenção será posterior à apresentação da Resíduos do Nordeste.

----- Senhor Diretor-Geral da Resíduos do Nordeste, *PAULO PRAÇA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

É bom ver o poder local de forma tão participativa, em vésperas de Natal ver uma sala cheia numa Sessão já longa.

Vou procurar ser sintético, naturalmente com necessidade de algum tempo e também introduzir algum rigor das questões, porque são específicas, não têm a ver com opções de natureza política, que este órgão é um órgão político.

É realmente uma honra participar na Assembleia Municipal de Mirandela que, se me permitem este parêntese, é a minha terra. Fico muito honrado. É a primeira vez que tenho esta oportunidade, não de assistir, mas de usar da palavra. Portanto, também o faço com este duplo sentido de responsabilidade e desde logo sobre um tema tão importante como é este tema da água. Não o problema da água que se coloca lá fora nestes últimos dias, mas na perspetiva do ciclo urbano da água, da gestão da água para consumo humano e das águas residuais que carecem de tratamento.

A questão é complexa, mas procurando simplificá-la, trago um breve índice que a Senhora Presidente da Câmara, a quem agradeço a introdução, já disse acerca da informação distribuída, ou seja, aquela que está aprovada, que está fechada e depois um conjunto das etapas que foram desenvolvidas e daquelas que falta desenvolver.

Quanto ao primeiro ponto de partida - sem maçar muito e sem entrar nas questões que estão no estudo que tem centenas de páginas e que faz parte já de um capítulo fechado - há uma matéria que mantém a sua atualidade e que é um problema comum e transversal a todos os Municípios do nosso território e também a nível nacional, isto é, de forma geral temos perdas comerciais na ordem dos 60%, o que corresponde a cerca de 8 milhões de m<sup>3</sup> de água por ano.

Imaginem qualquer um de nós, como cidadão, de forma simples em qualquer negócio ou em qualquer atividade, fosse de água ou outra qualquer, comprarmos 100 litros e por cada 100 litros que compramos estamos a faturar/vender 40%. Esta é uma das questões chave do processo do balanço hídrico e da necessidade de melhoria, otimização e racionalização da gestão da água.

Não vou entrar no detalhe de Município a Município, isso consta do estudo, mas uma vez que estamos na Assembleia Municipal de Mirandela podemos ver, à data do estudo, perdas comerciais de 42%, abaixo até daquilo que era a média, mas de qualquer forma é um valor significativo.

- Modelos Legais de Gestão:

A gestão da água, tal como dos resíduos, tem de ser feita de acordo com um modelo de gestão que a Lei consagra. A Lei o que consagra são estes modelos que aqui estão elencados:

- **Prestação direta do Município:** É aquela que existe e vigora atualmente;
- **Delegação do Serviço em Empresa constituída em parceria com o Estrado:** Não foi considerada nos estudos realizados por vontade dos Municípios. Os Municípios são as Entidades Titulares. Este foi o modelo seguido recentemente no Alto Minho - "Águas do Alto Minho". É um modelo de parceria Estado-Municípios em que o Grupo Águas de Portugal tem 51% do capital social e os Municípios 49%, ou seja, os Municípios ficam em minoria no capital social da Empresa;
- **Modelo de Gestão Delegada em Empresa do Setor Empresarial Local:** É o modelo que temos atualmente aplicado ao setor dos resíduos e que foi pedido para se estudar para replicar para o setor da água e do saneamento.
- **Concessão do Serviço:** Também por orientação das Entidades Titulares, os Município, nem sequer foi estudada. Portanto, o modelo de concessão não está em causa.

Muitas vezes aparece um *slogan* ligado a estas matérias do "não à privatização da água". Pois aí estamos todos de acordo. Não à privatização da água. Aliás, a Constituição, a Lei de Limitação de Setores e toda a vasta Legislação que há no Setor e que vigora em Portugal nem o permite. A água é um bem público. O que pode ser entregue a Privados é a sua gestão, a sua operação e aí com base num modelo de Concessão do Serviço que, como digo, ficou desde logo afastado, sendo que implicaria uma alienação durante algum período de tempo para uma gestão privada.

A Legislação também refere a necessidade de uma Gestão Integrada Territorialmente, com necessidade de economias de escala e mesmo também de economias de gama, ou seja, uma otimização daquilo que são os serviços e a gestão dos recursos.

- Vantagens que o estudo apontou para a Gestão Delegada:

- Evitar a criação de uma nova entidade. É aquilo que muitas vezes é comum assistir-se, isto é, uma excessiva proliferação de entidades. Quantas vezes cada um de nós ouve dizer em quantas entidades participamos, já perdemos a conta, tantas entidades para tantas coisas.
- Manter na esfera municipal. Recordar que a Resíduos do Nordeste é 100% de capitais municipais. Tem o Município de Mirandela com 8.400 ações, num conjunto de 50.000 ações. Portanto, não há capitais privados na esfera da Resíduos do Nordeste. A Resíduos do Nordeste pode, nas suas atividades, recorrer ao mercado, mas dentro de portas não há privados. É uma empresa que está, neste momento, capacitada com meios materiais e financeiros para desenvolvimento do projeto. Se



Handwritten initials and a signature in the top right corner.

desenvolver outras atividades que não seja a água, naturalmente que carece de uma capacitação de reforço dos seus quadros, mas há uma estrutura legal pré-existente e que facilita. Voltando um pouco atrás, se consultarem os registos históricos de constituição de novas entidades vão verificar que poucas vezes o Tribunal de Contas permitiu a constituição, nos últimos tempos, de novas entidades. A tendência tem sido a de evitar a proliferação de entidades, proibindo mesmo as participações indiretas.

- Benefícios da economia de escala e de gama.

- Facilidade no acesso a Fundos Comunitários. Esta questão é um aspeto central. Todos nós para desenvolver atividades precisamos de aceder ao dinheiro. Não conseguimos aceder ao dinheiro de forma individual, nem cumprimos os critérios de elegibilidade. Portanto, muitas vezes já nem é preciso apresentar a candidatura. Ficamos logo pela leitura do aviso que não nos permite cumprir os critérios de elegibilidade.

Se o Senhor Presidente me permite este parêntese, julgo que alguns membros desta Assembleia já tiveram oportunidade de visitar o Parque Ambiental e de conhecer um pouco melhor a Resíduos do Nordeste naquilo que é a sua atividade que são os resíduos, mas, se me permite, deixava novamente a ideia para um convite à Assembleia Municipal para podermos um dia falar sobre resíduos e ver aquilo que é o conjunto de infraestrutura que possuímos, nós todos, a região.

- A Resíduos do Nordeste tem experiência no acesso a fundos. No anterior quadro comunitário de apoio, a Resíduos do Nordeste executou 20 milhões de euros. Todas as candidaturas que submeteu foram bem-sucedidas. Porquê? Porque está a pedir em nome de um Distrito mais Vila Nova de Foz Côa. Genericamente somos o Distrito de Bragança mais o Município de Vila Nova de Foz Côa. Portanto, a nossa representatividade é outra.

- A Resíduos do Nordeste tem relações institucionais com os principais agentes do setor. Fazemo-lo diariamente com a ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, com a APA - Agência Portuguesa do Ambiente, com a CCDR-N - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte. Trabalhamos com essas pessoas, essas pessoas conhecem a empresa e a empresa conhece-as muito bem na vertente resíduos, porque há aqui um tronco comum.

- A Resíduos do Nordeste poderia efetuar a cobrança direta. A faturação que chega a casa dos Municípios, que hoje é feita por Municípios, podia ser uma fatura única para a entidade que geria água, saneamento e resíduos urbanos.

Se a entidade que gere a água não for os Municípios, acontece em alguns pontos do País, podemos falar de 10%/15% de custos administrativos pelo efeito de cobrança e também, naturalmente, exercer alguns poderes de autoridade e fiscalização que estão na esfera municipal. Uma delegação, nada mais do que isso. Como todos sabem, as delegações podem ser sempre revogadas, podem ser avocadas pela entidade delegante. Portanto, não há aqui um caminho que depois não tem retorno. Não! Este caminho tem retorno, assim que a Entidade Titular o entenda.

- Quanto a esta questão da certificação, hoje em dia fala-se muito que as empresas têm de ser certificadas. A Resíduos do Nordeste, naquilo que é o seu âmbito, tem certificação em qualidade, ambiente, higiene e segurança. Quem trabalha nisso sabe a dificuldade e o esforço quotidiano que é para o fazer. Estamos certificados, é uma exigência legal, naturalmente, teríamos que alargar o âmbito.

- O Modelo de Gestão Direta tem o problema dos sobrecustos de investimento à opção delegada. Não vou especificar muito este ponto, não é “a minha praia”, como se diz, quanto à questão financeira que está vertida nos estudos. Contudo, naturalmente, quando especializamos pessoas de Engenharia, de Economia e da área Jurídica e em outras áreas, nestes setores vamos ter uma especialização das pessoas. Isso cada vez é mais fundamental. Aliás, a capacitação é hoje um problema grave na nossa região, havendo mesmo quem já não tenha um único Técnico afeto 100% a este tipo de atividades.

- Relativamente às questões de dívidas e cobranças duvidosas, muitas vezes ouvimos falar do problema de dívidas e de cobrança aos utilizadores. Há aqui novos mecanismos, mecanismos empresariais de desenvolver esta atividade

- Nos estudos também está sugerido um modelo tendencial de uniformização tarifária. Atualmente tenho residência em Vila Flor e, por coincidência, ontem chegou uma fatura, a qual paguei, sendo que o valor não chegou a 6,00 €. Mirandela, sabem vocês melhor que eu o valor do serviço. Se confrontarmos estes dois Municípios vizinhos relativamente à estrutura tarifárias, vamos concluir que não é igual. Portanto, um dos pontos apontados no estudo é um modelo tarifário comum. O valor depois pode ser 5, 10 ou 20. Pode ser aquele que o Município determinar para a cobrança.

A este propósito, a OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico vem dizer que nestas matérias se pode e deve aplicar a política dos três T's – Taxas, Tarifas e Transferências. Os Municípios podem subsidiar estes setores, o que tem de estar é a conta feita. Saber se assim custa 100 e vou subsidiar em 50%. A questão é que muitas vezes a conta não está feita.

A grande dificuldade que houve neste estudo que se fez foi a recolha e a obtenção da informação, porque a informação não estava compilada e não estava tratada. Portanto, um dos pontos é a tarifa uniforme. Basta-nos ver no Município ao lado e verificamos que a tarifa não é uniforme e os níveis de serviços são genericamente similares.

- Atendendo às fortes limitações e restrições impostas ao endividamento dos Municípios, o setor empresarial local deve deter resultados líquidos positivos. A Resíduos do Nordeste em 16 anos tem alcançado esses resultados. No último anuário financeiro empresarial local aparece em 16.º lugar dos melhores resultados económicos com cerca de 300 mil euros de resultados positivos. Esses resultados positivos revertem sempre a favor das atividades das empresas e em última linha, se quiserem, dos municípios e dos cidadãos. Não há distribuição de lucros por ninguém, é em benefício do setor.

- Os Municípios neste modelo mantêm o controlo efetivo. São eles os titulares, são eles que determinam as orientações para a Entidade Gestora desenvolver a sua atividade.

- Sobre as manutenções de redes, devemos ter esta consciência. Particpei recentemente num fórum restrito sobre o setor da água em Lisboa de preparação do novo quadro comunitário de apoio e a tendência é de não financiar a renovação das redes, porque Bruxelas considera, falemos assim para simplificar, que isso tem de vir da tarifa. O que significa que se não tivermos dinheiro para a recuperação e renovação das redes vamos manter o problema do balanço hídrico e vamos continuar com as perdas muito elevadas. Esse é um caminho que está traçado, vamos ver se Portugal consegue ter margem para o amenizar um pouco, mas a tendência é essa.

*Handwritten initials and a signature in the top right corner.*

Do ponto de vista de financiamento, o modelo empresarial não tem problemas de financiamento com a Banca. Por exemplo, a Resíduos do Nordeste, naquele período crítico que o País atravessou, conseguiu financiamento que precisava para concretizar o tratamento mecânico e biológico, com uma taxa de juro muito favorável concedida pelo Banco Europeu de Investimentos. Banco Europeu de Investimentos está disponível para aprovar empréstimos/financiamentos nestes setores de atividade que são estratégicos e a Banca Comercial a mesma coisa.

- A questão da melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações no setor dos resíduos, no setor da água, hoje é claro. Basta consultar os indicadores da ERSAR. Faço aqui dois cliques no meu telemóvel e digo-lhes, como base na aplicação que tenho, onde é que estamos bem e onde é que estamos mal.

Um dos aspetos onde estamos mal é na recuperação de gastos. Temos que pensar não só em nós, temos que pensar nas gerações futuras, não deixar contas para pagar. Tem que haver esta tendência de recuperação de gastos. Deixem-me dizer assim de memória, o Senhor Vereador saberá o número melhor que eu, Mirandela estará a recuperar 50%.

Nas últimas candidaturas, sabem qual era o nível exigido como elegibilidade? Era na ordem dos 90%. Portanto, o compromisso de recuperação dos gastos, aliás, manter lucros, é recuperar aquilo que, no fundo, a Europa está a emprestar, porque a Europa cada vez mais nos empresta numa lógica, ainda utilizamos a expressão “fundo perdido”, mas não é bem o ponto, é o empréstimo. Empréstam o dinheiro para investir, mas temos que recuperar, porque vamos ter um dia que viver sem apoios e a Lei já não permite subsídios ao investimento.

Questão também central e sensível. Sejamos claros, porque visitamos todos os modelos intermunicipais que existem no País. Um exemplo são as “Águas do Ribatejo”. É um modelo que já existe, único e pioneiro que funciona há alguns anos. Visitámo-lo algumas vezes para nos informar, aconselhar e perceber como trabalham.

- Reduzir custos operacionais ainda que com a garantia que os funcionários afetos à gestão do sistema se mantenham. Não estão em causa postos de trabalho. Se houver 50 colaboradores, 50 colaboradores podem transitar, sendo certo que o colaborador tem sempre direito de aceitar ou não. Ninguém pode impor, o colaborador é livre. Esse é um ponto de partida que está claro. Está no estudo quantos milhões custa assumir os colaboradores.
  - Partilhar os riscos da operação.
  - Obter uma otimização e especialização na gestão do sistema, através de sistemas testados e desenvolvidos de combate à fraude, otimização das estruturas, qualidade de serviços, etc. Reparem numa situação. Fazem-se cadastros, adquirem-se *softwares* de gestão. Quem é que está capacitado para o gerir no dia-a-dia? A maioria das Entidades Gestoras no País não está capacitada. Portanto, não basta comprar o *software*, é preciso alguém que saiba gerir e utilizar aquele *software*. Fazemos hoje o cadastro, entrega-se na segunda-feira, no dia seguinte começa a ficar desatualizado se ninguém o atualizar. Tem de existir uma equipa especializada dedicada a estas matérias.
  - Garantir proximidade entre os utentes do sistema e a entidade responsável pela sua gestão. Baseado na inspiração dos modelos intermunicipais que já existem, não há um único Município que não fique com um Gabinete de Atendimento ao Público para tratar destas matérias da água, porque naturalmente o cidadão vai continuar a dirigir-se ao Município, não vai à empresa. Isso já é assim na Resíduos do Nordeste e é em tudo. O cidadão dirige-se à Junta de Freguesia, ao Município, à entidade que está mais próxima.
  - Modelo preconizado no Programa do Governo. Devemos ver os sinais que os governos nos transmitem. Eles é que governam, para isso foram eleitos. O anterior Governo, na legislatura que terminou recentemente, preconizava a agregação dos sistemas de menor dimensão. Ao ver o programa deste Governo - já é uma atualização - volta o ponto “agregação dos sistemas de menos dimensão”.
  - Modelo estimulado pelo Governo através de acessos aos fundos comunitários. Portanto, quem se agregar tem acesso a fundos comunitários, quem não se agregar não tem acesso a fundos comunitários ou tem de forma residual.
- Etapas do Processo Concluídas:
    - Elaboração de um Memorando com as linhas estratégicas do Projeto;
    - Elaboração do Estudo de Viabilidade e Racionalidade Económica e Financeira;
    - Elaboração de minuta de estatutos;
    - Aprovação da alteração do objeto social, juntamente com a minuta de alteração dos estatutos, pelo Conselho de Administração;
    - Aprovação da alteração do objeto social, juntamente com a minuta de alteração dos estatutos, pela Assembleia Geral;
    - Aprovação da alteração do objeto social, juntamente com a minuta de alteração dos estatutos, pelos Executivos e pelas Assembleias Gerais das Entidades Participantes (umas delas a Assembleia Municipal de Mirandela);
    - Elaboração da minuta tipo do Contrato de Gestão Delegada;
    - Pedido de parecer prévio à Entidade Reguladora ERSAR;
    - Registo de alteração do objeto social relativa à alteração estatutária;
    - Comunicação à Inspeção-Geral de Finanças, à Direção-Geral das Autarquias Locais e à ERSAR no prazo de 15 dias;
    - Comunicação ao Tribunal de Contas.
  - Etapas do Processo a Finalizar:

O Tribunal de Contas disse que o que fizemos estava bem, estava legal, estava conforme todas as Leis que vigoram no País. Portanto, este passo que foi dado está firme e seguro.

A Resíduos do Nordeste é uma empresa ao serviço dos Municípios, da região e dos cidadãos, não tem interesses próprios.

Assim, se houver vontade dos Municípios, falta fazer:

- Adaptação do Estudo de Viabilidade Económico-Financeira quanto aos Municípios que queiram efetivamente acompanhar o projeto.

Por exemplo, ouvi recentemente uma situação em que o processo já estava no Tribunal de Contas e houve um Município que saiu. Não sei se fez bem ou se fez mal. Não me compete tecer esses juízos de valor. Como facilmente compreendem, fazer um estudo para cinco Municípios, para seis ou para nove é completamente diferente. Se entra um Município ou se sai um Município altera completamente o estudo e volta tudo ao ponto zero.

Também nestas questões dos estudos, deixem-me dar aqui um dado técnico relevante. É a questão demográfica. Estamos a perder população. Entidades gestoras, de acordo com os estudos nacionais e internacionais, com menos de 100 mil habitantes dificilmente têm sustentabilidade. Estou a falar em habitantes, porque nem todos os habitantes são utentes.

- Adaptação do Contrato de Gestão Delegada e definir um plano de investimentos.

Que investimentos são esses? Não são todos aqueles que desejávamos fazer. Racionalização, priorização de investimentos. Serão os investimentos necessários, urgentes e fundamentais num período de cinco anos. É aquilo que a Entidade Reguladora exige, é o período que consideram vinculativo. Em cinco anos o que é essencial e prioritário para esta Entidade Gestora fazer ao nível de investimentos. Qual é a repercussão na tarifa a aplicar aos cidadãos? Pode-se fazer o investimento que se quiser. Se a fatura aumentar, em vez de 20 passamos a pagar 30, 40 ou 50. Não há limite. Contudo, isso não é razoável, ninguém o deseja e a própria Entidade Reguladora não o permite, porque a Entidade Reguladora neste setor é uma Entidade Reguladora forte, como há dias pudemos constatar, a propósito de um célebre processo dos bio resíduos.

A Entidade Reguladora, que lhe compete olhar a todas as partes envolvidas e nomeadamente aos interesses dos cidadãos diz se as tarifas estão bem ou mal calculadas. Se está muito acima ou se está muito abaixo, ou seja, diz qual é a tarifa que entende ser adequada.

Os estudos concluíram que a tarifa que se iria praticar no modelo aqui agregado é o valor de referência que existe ao nível das várias Entidades Gestoras - 25, 26, 27, os números variam. Contudo, os números estariam dentro daquilo que são as médias e os processos que existem em outros territórios. Por falar em outros territórios, julgo que isto é público, na região norte - ficamos-nos pela região norte, a sul houve mais processos de agregação com constituição de empresa - houve dois processos que mereceram destaque e avanços. É o caso do Douro, com sede em Vila Real abrangendo, do Distrito de Bragança, Moncorvo e Freixo já se agregaram, já constituíram uma empresa “Águas do Interior Norte” que irá entrar em funcionamento no próximo ano e no Alto Minho em parceria com o Estado, ficando num modelo em que são minoritários, mas que também já tomaram uma decisão.

- Aprovação da Minuta de Contrato de Gestão pelo Conselho Administrativo e Assembleia Geral da Resíduos do Nordeste.

Estamos disponíveis para trazer equipas técnicas para prestar todos os esclarecimentos que sejam necessários e dar toda a informação que seja necessária.

- Aprovação da minuta do Contrato de Gestão Delegada pelos órgãos das entidades participantes.

Os documentos e os passos que forem dados têm de ser aprovados nos órgãos da Resíduos do Nordeste e nos órgãos municipais. Isso é indiscutível. Assim a própria Lei o exige.

- Assinatura do Contrato de Gestão Delegada.
- Envio do Contrato de Gestão Delegada a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.
- Transferência das infraestruturas, transferência de pessoal.
- Alteração da denominação social do nome “Águas e Resíduos do Nordeste”, uma vez que agora é só “Resíduos do Nordeste” (caso se justifique).

Aqui poderá não ser inovador, porque na Madeira há uma empresa com o nome “Águas e Resíduos da Madeira” que gere águas e resíduos na região autónoma.

Fico à disposição para responder a qualquer questão.

Aproveito para desejar a todos Feliz Natal, Próspero Ano Novo e acima de tudo muita saúde.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Muito obrigado pela apresentação Dr. *Paulo Praça*.

Sendo que mostrou disponibilidade para responder a qualquer questão ou dúvida que a Assembleia tenha, pedia aos Senhores Deputados Municipais que manifestassem os seus problemas e dúvidas perante esta questão.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Cumprimentar o Dr. *Paulo Praça*, é muito bom revê-lo, encontramos-nos hoje na abordagem desta questão que é tão importante para os nossos territórios.

É apenas o Município de Mirandela que ainda não aderiu a este processo, no âmbito da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes mais Vila Nova de Foz Côa?

A maioria dos Municípios do Nordeste transmontano, do Distrito de Bragança mais Vila Nova de Foz Côa, já aderiram à Resíduos do Nordeste neste processo? Julgo ser só Mirandela que está pendente?

O Dr. *Paulo Praça* referiu uma situação que bastava só dizer isto: Concelhos com menos de 100 mil habitantes não têm viabilidade. A partir daqui está tudo dito. É preciso necessariamente encontrar um novo modelo de gestão. Não há mais dúvidas. Perante esta afirmação só temos de votar a favor. Por esta questão, parece que estamos quase condicionados e quase obrigados a votar a favor.

*[Handwritten initials and marks]*

O facto de os Municípios estarem condicionados no acesso a fundos comunitários, só está em regulamentos que a Comunidade Europeia inventa e depois pedem-me a mim e aos meus colegas para votarmos. Isto é votarmos, sob não sei que condição, qual é a liberdade de voto que tenho, sob pena de votações minhas perante situações tão evidentes de condicionar a qualidade dos serviços ao nível do saneamento básico, nomeadamente das águas e saneamento nos Municípios.

É evidente que o ganhar escala e o ganhar gama é dado adquirido, é verdade que a Resíduos do Nordeste é uma empresa competente e que tem conseguido ao longo do tempo fazer um serviço público fantástico, mas também há o histórico acumulado que cada vez que um País entra em arresto financeiro há um conjunto de bens essenciais que dizem que são públicos, a água é de natureza pública, mas entretanto há um grande País estrangeiro onde as suas empresas portentosas chegam aqui e nos compram tudo e mais alguma coisa, sob pena de nos levarem os “dedos e os anéis”.

O Dr. *Paulo Praça* explicou tudo tão bem. Já percebi que as vantagens que ali apresenta são as vantagens do Município de Mirandela. As desvantagens que não apresentou são as desvantagens do Município de Mirandela.

É verdade que com menos de 100 mil habitantes deixamos de ter viabilidade, mas condicionar a minha votação pelo simples facto de que a Câmara Municipal de Mirandela que é uma pessoa de bem, que tem a responsabilidade de criar e gerir um Município naquilo que são todas as suas oportunidades e que agora está condicionado no acesso a fundos comunitários sobre uma questão que é a água e o saneamento básico que foi bandeira do Poder Autárquico na instalação da democracia.

Sinceramente, vou votar mais tarde, com certeza, mas sinto-me condicionado na minha liberdade, porque outros, através de determinados regulamentos e poderosos, como são os fundos comunitários, porventura poderão não me deixar votar livremente como gostaria de votar. A Câmara Municipal se é pessoa de bem para tanta coisa, porque é que não continua a ser pessoa de bem para aceder a fundos comunitários e poder ser ela junto das populações a exercer um serviço que é público? Tanto mais que agora está num processo de descentralização. É pessoa de bem junto do Estado para receber um conjunto de delegação de competências e esta é retirada de forma encapuçada.

Dr. *Paulo Praça*, isto não tem nada a ver consigo, é uma análise. A minha análise é fruto da exposição que fez e muito bem e vamos perceber o que vai acontecer.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO AFONSO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

A minha questão é sintética e objetiva. Em qualquer processo de ganho de escala está proposto uma melhoria em termos de eficácia, eficiência e economia dos serviços. É previsível que este ganho de escala se traduza num diminuir de custos finais para os utilizadores ou para os utentes da Águas e Resíduos do Nordeste?

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Irei colocar algumas questões e tentarei ser objetivo.

Primeira questão: A regulação de preço da tarifa pode ser diferenciada por concelho que adira? Vamos supor que o concelho de Mirandela quer subsidiar o custo da água no seu concelho. Pode fazê-lo de forma diferenciada dos outros Municípios agregados?

Segunda questão: Vamos supor que Mirandela vota favoravelmente a agregação da água. No âmbito da sua área geográfica podem algumas Freguesias ficar de fora se não tiverem essa vontade de se agregar?

Não é bem uma questão, mas vou dizer isto um pouco por princípio. Não vínculo obviamente toda a bancada do PSD, mas tenho que dizer isto. O PSD, por norma, é um Partido que está favorável aos ganhos de escala, de eficiência e se com isso todos estivermos a ganhar e se a situação for devidamente acautelada, aqui o Dr. *Paulo Praça* fez questão de dizer que esta situação dura enquanto for a vontade municipal, enquanto for a vontade desta Câmara e sempre que a situação não esteja a ser cumprida, pode ser revertida. Portanto, por princípio vinculo-me a mim próprio, por princípio somos favoráveis aos ganhos de escala e de eficiência a bem de servir bem e melhor a população.

----- Senhor Diretor-Geral da Resíduos do Nordeste, *PAULO PRAÇA* disse:

Agradeço as questões, naturalmente que ajudam a clarificar.

A primeira declaração que quero fazer é que só me compete dar a informação técnica, nenhuma consideração de natureza política.

Quanto às questões colocadas pelo Senhor Deputado Municipal *Paulo Pinto*, Mirandela, do ponto de vista formal, está exatamente igual a todos os Municípios. Todos cumpriram as etapas que estão ali elencadas e durante o ano de 2020 vai-se definir os caminhos que ali estão, se assim houver vontade de todos ou de alguns e se não houve vontade de nenhuns damos o processo por fechado.

A questão das Entidades Gestoras, dos 100 mil habitantes, é uma inevitabilidade. Há coisas que nem vou dizer se concordo ou não concordo. É o que é.

Na questão dos acessos aos fundos comunitários, aí até com algum cariz ideológico, houve várias entidades neste País que se levantaram contra ainda na anterior legislatura, dizendo que isso era uma limitação da autonomia do poder local. Do ponto de vista do princípio, acho que até podemos concluir que é verdade, isto é, que isso limita e condiciona a autonomia do poder local. Contudo, quem gere os recursos, que são escassos, se o define assim, já o definiu na anterior legislatura, já o está a definir nesta legislatura e vai definir no próximo quadro comunitário de apoio. Nem é propriamente Portugal, há coisas que não são os nossos Governos, é o diretório. Bruxelas é que determina. O acesso aos fundos comunitários vai ficar extremamente condicionado por entidades de base local.

Já acontece assim da nossa experiência no domínio dos resíduos. As candidaturas da Resíduos do Nordeste - por vezes não gosto de dizer algumas coisas, pode parecer um pouco ter a autoestima elevada ou vaidade, mas é uma realidade - têm sido todas aprovadas. Fazer candidaturas de âmbito municipal ao POSEUR - Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de

*[Handwritten initials and marks]*

Recursos é muito difícil, em alguns casos impossível, porque não se cumprem os critérios de elegibilidade para aceder aos fundos comunitários, face às regras que são definidas. Podemos discordar delas, mas são as que têm sido definidas.

O Senhor Deputado Municipal *Paulo Afonso* colocou a questão da melhoria, eficiência e eficácia e a questão das tarifas finais para os municípios. O que é que está estudado e pensado? A tarifa é uma tarifa única. Chegamos a um valor em que a tarifa é igual em Mirandela e em todos os Municípios, mas pode - isto liga já com a questão do Senhor Deputado Municipal *Rui Sá* - ser diferente ao utilizador final/município de acordo com a vontade de cada Município. É fazer a tal conta: a conta dá 100, mas o Município entende subsidiar e diz “fature apenas 50 aos meus municípios”. Está no seu direito, naturalmente, tendo capacidade financeira para o fazer, porque o problema muitas vezes é de sustentabilidade.

O que está definido, neste momento, em termos de relatórios e de legislação é que os Municípios podem subsidiar. Essa questão também foi colocada e é legalmente possível. Temos é de ter um valor uniforme. A mesma coisa com tarifários sociais, tarifários de famílias numerosas, entre outras, pode e deve ser definido de acordo com as vontades das Entidades Titulares.

Quanto à questão dos Municípios - Freguesias, nós só podemos vir a receber o que estiver sob o domínio de gestão dos Municípios. Se há alguma questão ao nível de Freguesia - Município, ultrapassa a esfera desta questão. O Município é que delega, por isso, só pode legar o que gere no momento ou que vai gerir, pode haver períodos transitórios, podendo estar previsto gerir daqui a dois anos e aí há um período de transição.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOSÉ FAUSTINO CUNHA* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Em relação à questão que nos junta, é evidente que é uma forma de gestão que tem de ser seguida, não só porque a necessidade da economia de escala o vai obrigar, mas também porque há toda uma forma, desde a especialização de Técnicos e este Município já tentou várias formas de resolver o problema. O problema continua na mesma.

Os Municípios são responsáveis pela gestão da água. Não altera. Os Municípios já tentaram constituir empresas separadas, fizeram os SMAS - Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento, mas depois viram que aquilo fora era mais uma empresa e não resolvia. Integraram esses serviços outra vez no Município. Há Municípios que ainda têm SMAS conjuntos como, por exemplo, Oeiras e Amadora, embora sejam dois Municípios distintos a exploração da água continua numa empresa única.

A Câmara vai delegar, não vai desresponsabilizar. Delegam-se tarefas, não se delegam responsabilidades. Portanto, esta Assembleia continua a exigir à Câmara a solução dos problemas. A Câmara que se articule com quem delegou, porque o problema principal que estou a ver, o Senhor Dr. *Paulo Praça* fez o favor de referir, é a comunicação com o público. Depois, quando as Câmaras, as Juntas de Freguesia começarem a dizer que não têm abastecimento de água na aldeia X ou que o saneamento na aldeia Y está avariado, não podem mandar ir falar com a Resíduos do Nordeste. É a Câmara que tem de responder e que tem de receber essas questões. A Câmara é que depois se articula com a empresa a quem delegou, que é também capital próprio.

É verdade que não é fácil dizer: “vamos casar, juntamos tudo, mas depois quando quisermos cada um vai para casa dos pais”. Não é fácil. Temos de valorizar todos os investimentos. Depois também não é fácil retirar os investimentos que entretanto já foram feitos e têm de ser valorizados.

Pessoalmente, vejo este processo como um processo lógico em que temos de caminhar para ele, não como uma imposição da Europa. Contudo, brincar “às águas” não pode ser. Chamo a atenção para alguns dos Senhores Presidentes que nas Juntas de Freguesia ainda gerem a água, este processo é muito difícil de continuar. Não tenham dúvida. É impossível.

Estamos aqui a perceber como a Câmara Municipal de Mirandela quer gerir o abastecimento de água e dos resíduos, entregando a uma empresa especializada, de que faz parte na sua gestão, mas não se desresponsabilizando. É evidente que as questões das tarifas também não espero que os municípios vão ter que de repente passar de uma tarifa de “X” para “X-Y” ou para “X+Z”, porque não pode acontecer. É politicamente incorreto. A Câmara não é ingénuo e sabe que isso não pode acontecer. É evidente que vai subsidiar nessa parte aquilo que for necessário, porque senão deixava de ser Câmara nas próximas eleições.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Agradecer ao Dr. *Paulo Praça* por nos dar uma pequena explicação.

O Dr. *Paulo Praça* referiu que está aqui para responder pelas questões técnicas, como é óbvio. Obviamente que isto não é mais técnico do que político. Não estou aqui em representação de nenhuma Empresa. Portanto, não vou falar na questão técnica, tenho que falar na questão política. Não posso deixar de fazer algumas considerações.

O Dr. *Paulo Praça* começou por dizer, e bem, que há aqui uma confusão muito grande. Privatizar a água. Obviamente que a água não é privatizável. A água há de ser sempre pública, porque ela cai do céu. A não ser que haja alguém que consiga armazená-la num depósito e depois a consiga distribuir por toda a gente. O problema é exatamente a água passar a ser com gestão privada, ou seja, temos um bem público - a água - que é gerida de forma pública. Vamos passar a ter a água, que é um bem público, gerido de uma forma privada. O Dr. *Paulo Praça* deverá saber, como eu sei, como toda a Câmara sabe, que quando falamos em gestão privada é para dar lucro.

O que é grave nisto é que sabemos que é um negócio apetecível e criar estas condições para uma futura privatização da gestão - obviamente que não é da água, é da gestão - os sucessivos Governos que foram governando neste País tudo têm feito para impor a concentração dos serviços de água e saneamento como ocorreu com a questão dos resíduos. Sabemos como é que começou. Aliás, o Dr. *Paulo Praça*, mais do que ninguém, sabe explicar-nos que inicialmente a questão da constituição da Resíduos do Nordeste tinha uma finalidade e agora já está com outra em termos da característica de funcionamento.

E foi isto. Primeiro, retirar aos Municípios a competência em alta com a criação dos sistemas multimunicipais e a sua entrega ao Grupo Águas de Portugal. Agora, utilizando novamente a chantagem, o Dr. *Paulo Praça* desculpar-me-á e respondendo ao Senhor Deputado Municipal *Paulo Pinto*, isto é uma chantagem que está a ser feito ao povo português que os Municípios não podem

concorrer a fundos comunitários para satisfazer as melhorias naquilo que são os sistemas de água. Portanto, isto é uma chantagem, é uma vergonha, é um roubo que se está a fazer ao povo português que é impedir as Câmaras de poderem concorrer a fundos comunitários para melhorarem os serviços e os equipamentos. A única forma de se poder melhorar os equipamentos é retirando aos Municípios a possibilidade de concorrer a fundos comunitários, mas entregá-los seguidamente a grupos privados para poderem concorrer a esses subsídios. Isto é uma subversão daquilo que é o direito público, mas isso são outras lutas.

Peço desculpa Dr. *Paulo Praça* por esta minha intervenção.

Há duas coisas que o Dr. *Paulo Praça* disse e que fiquei espantado. Na sua apresentação deixou, de certa forma, no ar que a gestão feita pelos Municípios é incompetente, porque não faz bem a cobrança. Queria que esclarecesse essa questão. Fiquei com essa sensação e se não foi peço imensa desculpa.

Entretanto, queria lembrar, falo para o auditório, que aquilo que se está a passar agora é que a nível mundial o que se está a assistir é exatamente o contrário, ou seja, o retrocesso da gestão privada da água através da remonipolização, porque se concluiu que a gestão privada dos serviços da água conduziu à degradação da qualidade do serviço e à dificuldade em monitorizar os privados.

O Dr. *Paulo Praça* falou de outro ponto importante. Foi a questão das Entidades Reguladoras. Sabemos como é que o nosso País funcionou com as Entidades Reguladoras. Não regulou nem regula rigorosamente nada.

Para concluir e para não me alongar mais, tenho aqui um documento que gostava de poder informar o auditório e os Senhores Deputados Municipais. Por exemplo, as Águas do Baixo Alentejo que é uma parceria entre as Águas de Portugal, os Municípios de Aljustrel, Almodôvar, Barrancos, Beja, Castro Verde, Mértola, Moura e Ourique rejeitaram nas Assembleias Municipais essa parceria.

As Águas do Alto Minho que é uma parceria entre as Águas de Portugal e os Municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira, os Municípios de Melgaço, Ponte da Barca e Monção rejeitaram integrar nessa empresa.

Isto para dizer que isto não pode ser uma fatalidade.

Em nome do meu Partido, da CDU, tudo iremos fazer não só aqui, mas também na Assembleia da República e onde muita gente pensa que não se discute os desígnios do nosso País que é exatamente o Parlamento Europeu em Bruxelas. A nossa luta vai ser nesse sentido.

O Dr. *Paulo Praça* falou nas vantagens. Vou fazer-lhe uma pergunta muito direta. A água vai subir para os municípios de Mirandela, com certeza? Agora uma questão técnica. Aquilo que está estipulado pelo meu Partido é na ordem de cerca de 300%. Correto? Não? Será menos?

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI PACHECO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Agradeço desde já a disponibilidade do Dr. *Paulo Praça* por prestar estes esclarecimentos e pela apresentação.

A vantagem de ver alguns dos Senhores Deputados Municipais fazerem as suas questões é que algumas das questões que tinha prementes já foram entretanto respondidas.

No entanto tenho apenas duas ou três pequenas questões de cariz mais técnico, porque as questões de cariz político não são para aqui “chamadas”.

Há duas situações que o Dr. *Paulo Praça* referiu na sua apresentação.

Em primeiro, é o caso dos recursos humanos. Referiu que os recursos humanos e colaboradores afetos a cada Município aos serviços de água e saneamento teriam a hipótese de integrar os serviços desta nova Empresa ou desta Empresa alterada. A minha questão aqui é por uma questão de proximidade. Todos sabemos que os serviços municipalizados das Câmaras Municipais têm um serviço/piquete rápido para resolver situações pontuais. Criando uma Empresa Intermunicipal a celeridade com que os problemas devem ser resolvidos tem de ficar salvaguarda. Qual é a solução para esse problema?

Tendo em conta que temos algum receio e preocupação na manutenção dos preços finais do consumidor dos serviços de água e saneamento, como esta questão já foi colocada, pegando numa questão já abordada pelo Senhor Deputado Municipal *Rui Sá*, é a questão da revogação potencial deste acordo. Ou seja, nós, Município de Mirandela podemos integrar este acordo/esta Empresa, mas, como frisou na sua apresentação, podemos revogar e da mesma forma que integramos este projeto podemos sair deste projeto. A minha questão aqui é muito simples. Caso esta Câmara aprove a integração deste projeto e caso daqui a dois, três ou cinco anos decida que por uma razão qualquer o projeto não esteja a ser satisfatório para os nossos municípios, qual é que é o processo de revogação deste protocolo? Quais é que serão os potenciais custos que isso terá para o Município de Mirandela?

----- Senhor Diretor-Geral da Resíduos do Nordeste, *PAULO PRAÇA* disse:

Devo dizer que é um gosto estar aqui a falar destas coisas, porque elas são muito importantes e requerem um pouco de tempo, pois por vezes fala-se de forma rápida.

A intervenção do Senhor Deputado Municipal *Jorge Humberto* dava para fazermos uma sessão durante uma tarde ou um dia. Conheço os princípios que enunciou, porque são públicos e tudo o que é do setor eu leio. Li todos os últimos programas eleitorais, por isso, gosto de ler tudo o que diz respeito ao setor e de estar atento.

Queria só precisar tecnicamente, não é discordar, é precisar tecnicamente - permitam-me aqui recorrer há minha formação que é a área jurídica, sou uma pessoa muito interessada no direito das autarquias locais, fiz estudos nessa matéria e continuo a estudar muito sobre isto - para dizer o seguinte:

“A água é pública” - inteiramente de acordo;

“Gestão pública da água” - inteiramente de acordo;

A questão da gestão privada e do lucro - permitam-me discordar do ponto de vista técnico.

*[Handwritten initials and marks]*

O que é que acontece? Nós não fazemos uma gestão privada. A Resíduos do Nordeste não dá lucro. Gera resultados positivos, porque a Lei o obriga e se num ano não gerar os acionistas têm de colocar lá dinheiro. Imaginem que no ano de 2019, fechávamos o ano a negativo, 100 mil euros de prejuízo. O Município de Mirandela teria de colocar a sua quota-parte desses 100 mil euros e todos os outros. Nós não visamos o lucro e estamos proibidos por Lei de visar o lucro. O setor empresarial local está impedido de desenvolver aquilo que normalmente chamamos de “atividades mercantis”, não pode ser uma empresa de negócios. É a gestão pública que fazemos - delegada - e temos de ter resultados económicos equilibrados, mas não visamos o lucro.

Reparem. Temos uma posição dominante - monopólio natural. Se visássemos o lucro, a dada altura podíamos estar a ser uns usuários. Podíamos dizer “agora só me podem comprar a empresa ao serviço, vamos aumentá-lo”. Não é esse o ponto.

Questão de conceitos. Outro conceito é “multimunicipal”. Sei que os sistemas multimunicipais da EGF, era uma Empresa do Estado, que representa 60% da quota do mercado foi concessionada a gestão a privados. Não é o que aconteceu neste território. A Empresa Resíduos do Nordeste é intermunicipal, não é multimunicipal.

Dizer também que nunca podemos ser privatizados. A Resíduos do Nordeste não se pode privatizar, porque estaria a vender o que não é seu. Quem é o dono? Quem é a Entidade Titular? São os Municípios. Só se os Municípios entendessem privatizar/vender as suas quotas, mas isso era uma questão dos acionistas. A Empresa em si não tem poderes para ir ao mercado e vender.

O Senhor Deputado Municipal *Jorge Humberto* utilizou a palavra “chantagem”. Esta é uma palavra forte, mas entendo o sentido dela e respeito, porque são as regras que estão. Por isso, há pouco disse - a propósito da intervenção do Senhor Deputado Municipal *Paulo Pinto* - que condiciona as liberdades de opção, mas é o que tem existido. Limite-me a dizer as evidências.

“Incompetente” nunca na vida chamei a ninguém e espero que nunca ninguém me chame. Agora, “sistema ineficiente” é diferente. Os sistemas são ineficientes. Na área da Resíduos sabem onde somos ineficientes? A ERSAR usa uma coisa que é muito redutora, são bolinhas verdes, amarelas e vermelhas. É uma forma muito limitada de ver o mundo. Deixem-me dizer dos resíduos as três bolinhas vermelhas. Se forem consultar “Resíduos do Nordeste - Municipio de Mirandela”, as três bolinhas vermelhas são:

- Recolha Seletiva. Anda na ordem dos 73%, ou seja, ainda não está dentro daquilo que se pretende alcançar. É precisamente por estarmos com essa bolinha vermelha que estamos a investir neste ciclo, tudo na recolha seletiva. Já se está a assistir ao reforço de ecopontos e vão continuar a assistir. Portanto, mais projetos vão ser desenvolvidos nessa área.
- Frota de Recolha. Os carros já têm idade. Estamos a aguardar por isto e dentro de dias - esperamos nós, a expectativa é que seja até ao final do ano, mas se não for, será em janeiro - toda a frota que vão ver no início do próximo ano vai ser nova e com uma diferença. Já não vai ser a diesel, vai ser a gás natural. Isto não é uma promessa ou algo que esteja previsto, é uma certeza. O fabricante é que demorou um pouco mais a entregar. O facto de ser mais ecológica leva-me à terceira bolinha vermelha.
- Emissão de Gases.

Com o reforço da recolha seletiva, com as novas viaturas e com a diminuição das emissões de gases, acho que muito em breve vamos ter todo o Município de Mirandela com bolinhas verdes.

Se formos aos domínios da água, vamos encontrar bolinhas vermelhas, porque são ineficiências, mas naturalmente jamais iria fazer considerações sobre a questão da gestão. Não é isso. É que é incomputável, no modelo que existe, conseguir alterar.

O Senhor Deputado Municipal *Jorge Humberto* citou o exemplo do Alto Minho. O Alto Minho é público. Vai investir cerca de 30 milhões. Isto vem nos jornais. Cerca de 15 milhões é em reabilitação de redes. Conseguiu esse financiamento por força de se ter agregado. Portanto, vai melhorar as redes para combater esse problema.

Quanto aos “300%”, sei de onde vieram os “300%”. Foi de um Município vizinho. Isto é público, não tenho problema, tenho ali a fatura e posso mostrar. Isto veio a propósito do Município de Vila Flor. Porque é que dava esse número astronómico? Possivelmente vão ficar surpreendidos. É que não está a cobrar taxa de saneamento. Portanto, se não cobra taxa de saneamento qualquer aumento dá algo exponencial. Era daí que vinham os 300%.

Em relação às tarifas, como alguém comentou, o que está previsto é que o agravamento não dever ser feito a um só ano. As Águas do Ribatejo fizeram isso. Os seus autarcas assumiram que iriam aumentar a tarifa num só ano. Fizeram isso e eles até dizem sem resultados políticos negativos, que ganharam todas as eleições, mas isso é a opção deles.

O que é que está pensado e é usual é que a harmonização tarifária seja feita a cinco anos. Mas é a harmonização tarifária da Entidade Gestora, não é o que a Entidade Gestora volta ao ponto, cobra ao município. Aí o Município tem sempre autonomia para cobrar aquilo que entender.

A Resíduos do Nordeste cobra o valor exato que tem de cobrar aos Municípios. Os Municípios não estão a repercutir esses encargos todos ao cidadão. De outra forma teríamos de pagar bem mais.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Municipal *Rui Pacheco*, a questão dos recursos humanos que referi, queria clarificar ainda mais. É uma certeza. É um direito próprio. Não é uma hipótese, é uma certeza. Os colaboradores só não transitam se não quiserem.

Quanto à questão de proximidade e piquetes, claramente está pensado. Proximidade ao cidadão com as Lojas do Cidadão, com os GAM's, entre outros. Tem de haver esse local, é isso que está a acontecer em outros pontos do País. A questão dos piquetes também. Há pouco estavam a anunciar as questões atmosféricas e antes da minha intervenção estava a ver fotografias de um colega que estava na rua, porque alguns contentores com a força do vento deslocaram-se. Lá está o tal piquete, no caso da Resíduos. Naturalmente terá de haver e há os piquetes para a água.

Em relação à revogação da delegação, o que é que acontece? Se o Município avançar e este processo avançar, vem o Contrato de Gestão Delegada, sendo que o contrato tem tudo devidamente esclarecido. Como princípio geral, as delegações podem ser revogadas. Um Executivo delega, pode revogar. Naturalmente que aqui a revogação carece de um período de tempo adequado à especificidade do serviço. Não pode ser como a delegação administrativa em que no próprio dia a posso revogar e avoco os poderes. A revogação é uma figura legal que está prevista.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI PACHECO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

*[Handwritten initials and marks]*

Quais são os custos dessa revogação? Há alguma cláusula específica?

----- Senhor Diretor-Geral da Resíduos do Nordeste, *PAULO PRAÇA* disse:

Isso é uma questão económica. Pode ter custos ou até pode ter ativos. Depende do contributo que cada um dá, ou seja, cada um contribui com as infraestruturas que tem. Ora, em alguns casos, os ativos são muito diferentes de Município para Município. Há Municípios que têm bons ativos e há Municípios que têm poucos ativos.

Quanto a revogações, rescisões, todas as figuras legais que o direito administrativo consagra são possíveis.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOSÉ TROVISCO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Os esclarecimentos efetuados pelo Dr. *Paulo Praça* obrigaram-me a modificar o meu discurso, porque introduzi algumas variáveis que não previ no estudo. Uma delas tem a ver com a alteração da denominação para Águas e Resíduos do Nordeste, S.A. As dúvidas são: Implica alguma alteração no objeto social e nos estatutos da Resíduos do Nordeste que entretanto foram aprovados? Haverá alguma alteração na certificação?

Já me obrigou a retirar alguns pontos do meu discurso que tinha efetuado sobre a análise a um documento de quase 600 páginas, o que não é brincadeira. Retirei, por exemplo, a componente da exploração económica do negócio em que as águas em Portugal incorreram já há vários anos e continua. Vejamos as notícias recentes de seis barragens que foram vendidas, que algumas delas eu entrevi.

Vou colocar-me na qualidade de munícipe/consumidor iniciando o meu discurso defendendo uma questão comum já levantada por anteriores intervenientes. Tem a ver com as tarifas e com as responsabilidades desta futura transição. Nessa qualidade de consumidor, estou apreensivo em relação às taxas e à qualidade do serviço que vai ser prestado, isto é, se ele se mantém com o grau que até aqui vamos obtendo. Qual é concretamente a ação prevista pelas Águas e Resíduos do Nordeste em relação à ação corretiva que prevê? Já está estudada para as perdas significativas que no concelho vão em cerca de 62%? No planeamento que está no estudo há melhoria em relação aos custos com pessoal, aos custos com manutenção do sistema?

Na questão dos serviços especializados também fiquei com muitas dúvidas. O que entra aqui em serviços especializados? Mantém-se?

No controlo analítico da água, há alguma melhoria prevista? Há a introdução e alguns fatores que elevem a qualidade deste vetor?

Nos custos administrativos, também fiquei na dúvida. De que género?

Na verba da ERSAR que para a manter, realmente considero, na minha ótica, um valor exorbitante. Também na assistência técnica, se puder esquematizar estes custos, agradeça.

----- O Senhor Deputado Municipal *LUÍS MOSQUEIRO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Mais uma iniciativa de louvar da Mesa e deste Executivo trazer cá o Dr. *Paulo Praça* para clarificar questões muito importantes.

Gostava de ver clarificadas duas ou três questões.

A apresentação do Dr. *Paulo Praça* foi esclarecedora do assunto, mas não estamos só a falar da água. Penso eu que o saneamento também vai ter em conta nesta transferência de água e saneamento.

Há aqui uma questão que gostava de colocar. Vai haver dois Orçamentos. Ainda ontem estivemos aqui a discutir um documento de gestão importante para a Câmara que foi o Orçamento. Vai haver o Orçamento da Câmara e vai haver o Orçamento da Águas e Resíduos do Nordeste. Correto? A minha questão é esta: Como é que estes dois Orçamentos se vão casar?

Há aldeias que estão sem saneamento. Quem é que vai definir prioridades nessas Freguesias, nessas localidades, nesses Municípios? É o Município de Mirandela ou é a Empresa Águas e Resíduos do Nordeste? Não sei se me fiz entender com esta questão. Vamos perder o controlo dessa prioridade de investimento.

Já se falou aqui tarifação. Qual vai ser também a nossa palavra em termos de tarifação de água e de resíduos?

----- O Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Cedães *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Saudar o Dr. *Paulo Praça*, é sempre um gosto vê-lo na Assembleia Municipal. Vou tentar colocar uma questão prática.

Percebemos que em cada 10 litros, seis litros são perdidos. Qualquer pessoa em casa teria que racionar este assunto e resolvê-lo. A questão que se coloca, na minha modesta opinião, é saber se a Câmara Municipal tem condições por si só de poder fazer um investimento de melhoria da própria rede.

Se pensarmos que 1km de conduta rondará 40 ou 50 mil euros variando do diâmetro, percebemos claramente que a Câmara não vai ter capitais próprios para fazer a melhoria da rede e o investimento na melhoria da rede. Começa-se também a perceber que há uma limitação em termos de fundos comunitários e que consegue-se perceber que 1km de rede custará entre 40 a 50 mil euros para fazer uma melhoria do investimento. Percebe-se que a Câmara não tem capitais próprios para fazer um investimento desta envergadura no nosso concelho.

Como referi, em cada 10 litros, seis litros são perdidos e só conseguimos ter uma eficiência se conseguirmos ter a capacidade de resolver este problema. Se passarmos isto para uma escala, vamos ter recursos financeiros diferentes ao nosso dispor e vamos ter não um agravamento do preço, porque não acredito que isso aconteça se formos de encontro a esta eficiência que todos nós queremos combater.



*Handwritten initials and marks in the top right corner.*

Aquilo que me suscita dúvidas é relativamente à questão dos equipamentos. Percebe-se que a Câmara poderá transferir os recursos humanos para a Resíduos do Nordeste se assim os recursos humano o entender, mas a Câmara também tem um passivo de equipamentos, desde maquinaria, desde o *know-how*, desde ferramentas. Não sei se esse equipamento irá ser também absorvido pela Resíduos do Nordeste ou se aí, à partida, a Resíduos do Nordeste terá de ter um investimento adicional e aí, sim, possivelmente poderemos ter um agravamento de preço na nossa fatura para poder prestar um serviço ao cidadão à altura daquilo que desejamos.

A minha segunda questão tem a ver com um pouco com esta questão, que se coloca, do saneamento. Havia uma certa altura que se dizia que as ETAR's iriam passar a cobrar aos Municípios uma taxa por cada metro cúbico de afluente que lá entrava que iria passar a ser cobrada ao Município. Isso tornava-se um problema, porque sabemos que muitos sistemas têm as águas pluviais a entrar nas águas residuais. Portanto, o somatório dos componentes de cada fatura não corresponde ao total que entra na ETAR. Não sei se essa situação, à semelhança daquilo que vai acontecer com a água, se vai ser uma situação que depois a Resíduos irá pilotar e tramitar no futuro, porque também coloco a questão do abastecimento em alta. A água que chega em alta é faturada aos Municípios, de futuro não sei se esta água em alta será faturada aos Municípios ou se vai ser faturada à Resíduos do Nordeste, livrando-nos de alguma forma, não irei dizer a dívida que os Municípios têm perante as Águas, mas de alguma forma, possivelmente, vamos libertar de futuro o acumular de dívida perante um problema que aqui temos. O qual repito: por cada 10 litros, perdem-se seis litros de água. É muito.

Se pensarmos nas nossas empresas, nos nossos recursos humanos ou recursos financeiros estamos a perder 60%, estamos todos os dias a somar dívida em cima de dívida.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Aproveito para colocar duas ou três questões muito simples, mais na ótica do consumidor, mas que não deixarão de ser pertinentes nesta fase inicial do projeto. Primeira pergunta: o que é que ganharão os Serviços Municipalizados de Águas e o que é que os utentes poderão perder com esta gestão privada?

Segunda: As perdas astronómicas de água em Mirandela são preocupantes. Continuarão as mesmas a ser imputadas aos utentes?

Terceira: Qual a política dos escalões nessa gestão privada?

Quarta: Como e com que periodicidade vão ser processadas as contagens?

----- Senhor Diretor-Geral da Resíduos do Nordeste, *PAULO PRAÇA* disse:

Relativamente ao Senhor Deputado Municipal *José Trovisco*, dizer que a questão da gestão dos serviços e eficiência está considerado e que o Contrato de Gestão Delegada, num dos seus anexos, exige a definição dos níveis de serviço, ou seja, a delegação não é, desculpem a expressão, “cheque em branco”. Têm que fazer a gestão cumprindo os indicadores, que são indicadores técnicos da Entidade Reguladora, são eles que os definem. Queremos atingir estes níveis de serviço. A qualidade da água, a questão das perdas, tem de ser estimada qual é a redução, a eficiência, etc. Tudo isso é definido nesse Contrato de Gestão Delegada e que níveis de serviços queremos alcançar.

Dou um exemplo muito simples daquilo que por vezes já nos acontece no setor dos resíduos. Às vezes as pessoas querem mais serviço e todos concordamos que devia haver mais e melhor serviço. A questão é que procuramos ter o serviço bom, mas a um preço comportável, porque é sempre possível melhorá-lo. Contudo, a dada altura se o melhorarmos muito, fica excelente e nós não somos um País rico, não somos cidadãos ricos. Temos de ter essa noção. A Europa tem Países que reivindicam muito, mas tem outros níveis de rendimento que não têm os Portugueses. Essas questões, todas elas, os indicadores é um conjunto de indicadores oficiais, têm de ser verbalizados e devidamente seguidos. Não há dúvida nenhuma sobre isso, tem de ser assim e quantificado.

Relativamente ao Senhor Deputado Municipal *Luís Mosqueiro*, a questão que colocou acerca da água, resíduos, saneamento e a questão dos Orçamentos, dizer que a diferença que neste momento existe é que a água e o saneamento são geridos pelo Município, portanto, o Município acautela o Orçamento. Na parte dos resíduos, ainda assim, também não é totalmente linear, porque há uma parte de resíduos que tem a ver com aquilo que a Resíduos do Nordeste fatura ao Município de Mirandela, mas ainda há um conjunto de matérias que não têm a ver connosco. Ouvi há pouco a questão da recolha dos monstros. A recolha dos monstros não é uma matéria que esteja delegada. Portanto, o Município ainda tem mais despesa além do que tem com a nossa faturação, ainda tem em serviços associados ao setor dos resíduos.

A delegação vai dizer o que é que delega e o que delega é aquilo que tem de resultar dos Orçamentos.

Prioridades de investimento. Quem define a prioridade de investimento são os Municípios. O Contrato de Gestão Delegada obriga a que para um período, que a ERSAR considera período vinculativo, de cinco anos é definido com os Municípios. Quais são as prioridades a partir do ano 2020 até 2025? São “estas”. Tem de ser devidamente definido pela Entidade Titular. É o Município que define essas prioridades a constar do plano de investimentos, mas que naturalmente resultam das próprias necessidades que o serviço tem. Quando temos Municípios com imensas perdas, a prioridade está perfeitamente identificada. É o combate às perdas.

O Senhor Presidente da Juta de Freguesia de Cedães, *António Martins*, colocou uma questão relativamente à Câmara Municipal. Pela Câmara Municipal não falo, ao que diz respeito falará a Câmara Municipal.

Quanto à questão da ineficiência, é o que está nos indicadores, é matéria objetiva.

Em relação à questão do Contrato de Gestão Delegada, a parte de recursos humanos, infraestruturas e equipamentos, naturalmente tem de haver a transferência. A Gestão Delegada é acompanhada pela transferência de meios, em especial das principais infraestruturas, como ETA's e ETAR's.

Quanto ao saneamento, há pouco alguém colocou a questão, o saneamento também está aqui considerado no processo, sendo que no saneamento, porque durante muitos anos de forma geral não havia quem faturasse/cobrasse os saneamentos, em regra os indicadores estão piores do que estão na questão da água para abastecimento público.

No que diz respeito à faturação e água em alta, a Resíduos do Nordeste teria der comprar a água a quem a fornece. Portanto, isso seria um ponto assente. Em vez de haver nove Municípios no limite a comportar água, havia uma entidade que comprava e trataria de todo o processo depois em baixa.

*[Handwritten initials and marks]*

Relativamente às questões colocadas pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Guimarães*, quanto à gestão, volto ao ponto. Esta Gestão Delegada é sempre pública.

Quanto à questão da tarifa tem de haver uma uniformização do modelo que, aliás, está preconizado pela ERSAR. A tarifa ao município é que pode ser variável, ou seja, a tarifa não tem de ser igual em Mirandela, Vila Flor ou Alfandega da Fé. Cada Município tem a sua liberdade e autonomia para definir o que é que os seus municípios vão pagar.

Na questão dos contadores, julgo que foi isso que questionou, também foram colocados no balanço hídrico que há uns certos parâmetros que por vezes têm a ver com a ineficiência dos próprios contadores por contarem mal, por isso é que se fala em perdas comerciais. Perdas comerciais são todas as perdas, é o somatório das perdas, seja por fuga, seja por não contagem, por contagem deficiente, entre outras, o que dá no sistema estudado o valor de 62%. Estes 62% não é Mirandela, é o balanço hídrico conjunto. É o que dá e todos os anos se sabem esses números pelos indicadores. Não vale a pena estar a detalhar o diagnóstico que, de forma geral, já todos conhecem.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não quero colocar nenhuma questão em particular, até porque este processo já tem alguns anos. É um processo que temos discutido no âmbito da Comunidade Intermunicipal e também no âmbito da Resíduos do Nordeste.

No fundo, só quero fazer aqui um ponto de situação das preocupações e das dúvidas, assumindo o compromisso de que a Câmara Municipal não tomará decisão nenhuma sem haver uma aprovação na Assembleia Municipal, uma vez que não estamos a falar de resíduos. Estamos a falar de um bem essencial, um bem público que é a água. A água e o saneamento.

Há aqui duas situações. Aquilo que está hoje em causa é a agregação dos serviços em baixa, mas existem alguns Municípios que têm levantado a questão de haver também a verticalização, ou seja, haver a gestão da rede em alta e também em baixa. Isto é, haver, relativamente às Águas do Norte, a compra das infraestruturas que eles têm.

Durante o ano de 2018, pagamos à Resíduos do Nordeste 905 mil euros pelos processos relacionados com a recolha de resíduos e o tratamento. Neste momento, as dívidas que a Câmara tem ultrapassam 4 milhões de euros às Águas do Norte. As dívidas ficariam obviamente na Câmara Municipal para pagamento, não seriam transferidas para a Resíduos do Nordeste.

A Câmara Municipal inscreveu, como disse ontem, no Orçamento deste ano e nas Grandes Opções do Plano a manutenção da opção estratégica da defesa da gestão pública do abastecimento de água e do saneamento, garantindo o acesso de todos os municípios a este bem único e indispensável ao nosso bem-estar.

Para que possamos garantir o acesso de água em qualidade e quantidade à população, vamos executar novos furos de captação para reforço do abastecimento nos Eivados, procederemos à alteração do ponto de abastecimento em Vale de Madeiro e construiremos uma nova conduta de abastecimento desde a adutora das Águas do Norte do Azibo para Cedães, Cedainhos e Vale de Asnes e ainda garantiremos a ligação do reservatório de Vila Boa à rede de água do Franco. A limpeza total e conseqüente reabilitação parcial dos reservatórios é uma prioridade para o próximo ano. Iremos prosseguir com o plano de renovação de contadores e substituição de cerca de 1.200 contadores obsoletos. Tendo assumido uma política que visa minimizar as perdas de água queremos instalar um sistema de monitorização que visa a melhoria da eficiência da distribuição e a identificação de roturas.

Quanto ao saneamento, o que está previsto é a separação da rede pluvial da rede de esgotos domésticos, sobretudo junto a linhas de água, bem como desativaremos todas as ligações indevidas. Iremos proceder à eliminação de fossas sépticas municipais, construindo no seu lugar ETAR's, no caso de Passos e Rego de Vide, e instalaremos a rede de saneamento em Bronceda, como referimos hoje na parte da manhã, e Vale Maior com a respetiva ETAR.

Relativamente a esta questão, como disse no início desta Sessão, fizemos um trabalho de monitorização, realizado também pelo Senhor Vice-Presidente *José Cunha*, das vantagens e desvantagens deste modelo.

Vantagens:

- Criação de uma empresa especializada na área, criando conhecimento especializado para trabalhar estes dois temas - a água e o saneamento.
- As tarifas e os preços passarem a ser iguais em todos os concelhos depois da agregação, não estando definido se no primeiro ano passam todos os concelhos a ter os mesmos preços ou se é uma evolução gradual.
- Um dos argumentos utilizados pelo Governo e pela Resíduos do Nordeste é que com as agregações será mais fácil a captação dos fundos comunitários. O que é certo é que já passou um aviso e não fomos a tempo de nos candidatar como outros Municípios.

Desvantagens:

- Câmara Municipal deixa de ter o controlo do sistema. Ou seja, os investimentos a realizar, também como os preços e taxas a cobrar aos consumidores.
- As aldeias mais pequenas que ainda não têm saneamento ou que tenham problemas de água podem continuar a ter, porque com as agregações, a Resíduos do Nordeste vai para trabalhar para uma eficiência e vão fazer cálculos relativamente a se essas aldeias têm população suficiente - que não têm na sua maioria - para realizar estes investimentos.
- Os preços e as tarifas presumivelmente vão aumentar segundo o estudo de viabilidade económica que foi realizado.

Ainda está por definir:

- Como vai ser a gestão da agregação.
- Como vai ser financiada. Com que capital financeiro vai começar a empresa.
- Quais os projetos estruturais que vão ter investimento inicial e quem os vai decidir. Vai ser o Conselho de Administração?
- A questão dos recursos humanos. Vão ficar com os colaboradores, caso não aceitem ficam nos Municípios.
- Quem vai pagar às Águas do Norte o consumo em da água em alta, porque os contratos estão assinados com os Municípios.

- As redes atuais do sistema em baixa e saneamento passam para a Resíduos do Nordeste ou ficam na gestão da Câmara Municipal? Caso passem para a Resíduos do Nordeste vão pagar por estas redes ou pagam uma renda? No caso do sistema em água, as Águas do Norte pagam uma renda pelo uso das redes já construídas.
- Relativamente à gestão do sistema em alta, há a intenção da Resíduos do Nordeste ficar com a gestão do sistema em alta, mas, salvo melhor opinião, isso não venha a acontecer com a agregação, não será viável.
- Qual o local da sede da Empresa Resíduos do Nordeste. Onde vão estar as equipas de intervenção? Será centralizada ou em todos os concelhos?

De uma forma muito resumida, dizer-vos que estas vantagens, desvantagens e questões são situações que terão de ser debatidas, discutidas, assumidas e tratadas também com as Juntas de Freguesia e com os Senhores Deputados Municipais.

Esta Sessão foi muito importante para levantar estas dúvidas, para todos termos a consciência da responsabilidade que existe nestes sistemas de gestão da água e de saneamento, porque conhecemos diariamente problemas de abastecimento de água, de qualidade da água e dos investimentos que ficaram por fazer ao longo dos anos. Depósitos antigos, condutas antigas.

A solução passará pela agregação?

De uma forma simplista, sim. Agregando ganhamos escala.

De uma forma realista, poderá servir os nossos conceterrâneos? Poderá servir os mirandelenses? É uma questão que dependerá muito da forma como se fará, até porque os Contratos de Gestão Delegada não é tão simples revogá-los, como todos sabemos.

Tudo que passou para as infraestruturas da Águas do Norte é muito difícil e só com muito dinheiro vamos conseguir reaver aqueles equipamentos. Se transferirmos as competências para a Resíduos do Nordeste muito dificilmente poderemos voltar ao passado com a gestão municipal.

Muito se colocou com a internacionalização dos Serviços de Água Municipalizados na Câmara Municipal. Os Técnicos e os colaboradores que laboravam nos Serviços Municipalizados ainda hoje acham que os Serviços Municipalizados trabalhavam muito melhor com a internalização dos serviços, havendo também, no fundo, uma melhor gestão dos serviços de água. Não acompanhei de perto a internalização dos serviços, naturalmente alguns erros e falhas foram cometidas, mas são passos demasiado importantes para o futuro do nosso concelho para serem tratados com a leviandade de um Executivo qualquer puder decidir.

Por isso, apesar de confiar na Direção e no Conselho de Administração da Resíduos do Nordeste, continuo a considerar que teremos de pensar em nós e depois em nós, partindo do princípio que teremos de trabalhar pelos nossos conceterrâneos. É para isso que estamos aqui, é por isso que fomos eleitos e é isso que vamos fazer.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Terminados os esclarecimentos, resta-me agradecer ao Dr. *Paulo Praça* a excelente apresentação e respostas às nossas dúvidas. Foi de facto muito esclarecedor e eficaz. Penso que ainda o iremos “incomodar” mais tarde, numa fase em que o projeto esteja mais avançado.

## 2.º Período de Intervenção do Público

### 5. Público - 2.º Período de Intervenção.

----- Não houve qualquer intervenção do público.

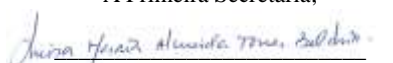
----- E não havendo mais nada a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art.º 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Secretários.

----- Seguidamente foi encerrada a Sessão, eram 18 horas.

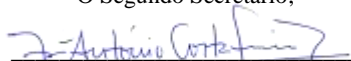
O Presidente da Assembleia Municipal;

  
*Luís Augusto de Meló Guimarães*

A Primeira Secretária;

  
*Luísa Maria Almeida Torres Belchior*

O Segundo Secretário;

  
*José António Costa Ferreira*